REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457

Rio de Janeiro - Ano 17 - Nº 50
Maio / Agosto - 2011

R454

***Revista Philologus* / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. – Ano 17, Nº 50, (maio/ago.2011) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 168 p.**

Quadrimestral
ISSN 1413-6457

1. Filologia – Periódicos. 2. Linguística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CDU 801 (05)

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas.
Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora
Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)
Boulevard Vinte e Oito de Setembro, 397 / 603 – 20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ
pereira@filologia.org.br – **(21) 2569-0276** e **www.filologia.org.br/revista**

Diretor-Presidente:	Prof. Dr. José Pereira da Silva
Vice-Diretora:	Profa. Me. Cristina Alves de Brito
Primeira Secretária:	Profa. Dra. Delia Cambeiro Praça
Segundo Secretário:	Profa. Dra. Maria Lúcia Mexias Simon
Diretor de Publicações	Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva
Vice-Diretor de Publicações	Prof. Dr. José Mario Botelho

Equipe de Apoio Editorial
Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista.*

Redator-Chefe: José Pereira da Silva

Conselho Editorial

Afrânio da Silva Garcia	Delia Cambeiro Praça
Álvaro Alfredo Bragança Júnior	José Mario Botelho
Amós Coêlho da Silva	José Pereira da Silva
Antônio Elias Lima Freitas	Nataniel dos Santos Gomes
Antônio Sérgio Cavalcante da Cunha	Ruy Magalhães de Araujo

Diagramação, editoração e edição	José Pereira da Silva
Projeto de capa:	Emmanoel Macedo Tavares

Distribuição
A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL
www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

0. EDITORIAL 05

1. A história e a evolução das línguas na Galiza, em Portugal e no Brasil – *Nilsa Areán-García* 07

2. A propósito de minha gramática histórica – *Ismael de Lima Coutinho* 27

3. As classes gramaticais: o problema de sua classicação – *Paulo Mosânio Teixeira Duarte* 53

4. Conversação: mudança e desvio de tópico conversacional – *José Mario Botelho* 66

5. Ismael de Lima Coutinho e os estudos linguísticos no Brasil – *Maria Teresa Coutinho Robert* 88

6. Resposta a um crítico [sobre os *Pontos de Gramática Histórica*] – *Ismael de Lima Coutinho* 105

7. Sufixo *-ismo*, ou *-mós*? A contradição existente entre a gramática grega e a portuguesa a respeito da origem do sufixo *-ismo*, e uma análise da sua produtividade – nos dias hodiernos – *Vanderlei Gianastacio* 133

8. Uma abordagem filológica de um dos versículos bíblicos mais difíceis de interpretar (1 João, 3.6) – *Carlos Alberto Gonçalves Lopes* 142

9. Vocabulário brasileiro no romance de um escritor português: o exemplo de *A Selva*, de Ferreira de Castro – *Patrícia Soares Silva* 150

Recensão Crítica

1. Pontos de Gramática Histórica – *José Pedro Machado* 161

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o número 50 da *Revista Philologus*, com nove artigos e uma recensão crítica, dos seguintes professores, filólogos e/ou linguistas: Carlos Alberto Gonçalves Lopes (p. 142-149), Ismael de Lima Coutinho (p. 27-52 e 105-132), José Mario Botelho (p. 66-87), José Pedro Machado (p. 161-168), Maria Teresa Coutinho Robert (p. 88-104), Nilsa Areán-García (p. 07-26), Patrícia Soares Silva (p. 150-160), Paulo Mosânio Teixeira Duarte (p. 53-65) e Vanderlei Gianastacio (p. 133-141).

Incluída na promoção da homenagem a Ismael de Lima Coutinho, que o CiFEFiL faz com a realização do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, a *Revista Philologus* inclui, neste número, dois artigos do próprio homenageado, transcritos da *Revista Filológica* e da *Revista Brasileira de Filologia*, respectivamente, em que responde, respeitosamente, às críticas dos professores e filólogos Rosário Farani Mansur Guérios e Francisco da Silveira Bueno sobre o seu livro *Pontos de Gramática Histórica,* além de uma síntese biográfica inédita, escrita pela Profa. Maria Teresa Coutinho Robert, e uma longa recensão publicada por José Pedro Machado, originalmente, no *Boletim de Filologia*.

Com isto, mais da metade deste número é constituída de trabalhos que homenageiam a memória de Ismael Coutinho, além de indicar outras fontes para o seu melhor conhecimento, como os três livros que tomamos a iniciativa de publicar como parte desta homenagem: *Bosquejos* (poesias), *Silhuetas* (poesias) e *Contos Ingênuos* (incluídos no cd-rom *Espólio de Ismael Coutinho*, agora lançados pela Botelho Editora, do professor e acadêmico José Mario Botelho, ocupante atual da cadeira fundada por Ismael de Lima Coutinho na Academia Brasileira de Filologia.

Publicamos também um artigo em professora Nilsa (p. 7-26), descreve o desenvolvimento na Galiza, em Portugal e no Brasil, das línguas galega e portuguesa, que compartilham uma origem comum, relacionando também as várias influências que se refletem no léxico do português e do galego.

No terceiro artigo, Paulo Mosânio trata das classes de palavras, do ponto de vista do formalismo, no amplo domínio semântico do termo, do gerativismo e do estruturalismo, apontando problemas e possíveis soluções, e concluindo que é erro partir de classes estanques.

No quarto, José Mario analisa a transcrição de uma conversa espontânea entre membros de uma família, com ênfase na organização do tópico conversacional e nas constantes interrupções, descrevendo a mudança de tópico e desvio ou quebra de tópico, além de identificar o que garantiu a compreensão da conversa por parte dos seus participantes.

No sétimo, Vanderlei demonstra a origem do sufixo -*ismo*, bem como sua produtividade, a partir de Houaiss, notando-se algumas diferenças do que é apresentado pelas gramáticas de língua portuguesa acerca das características do -*ismo*.

No oitavo, Carlos Alberto faz uma abordagem exegética de natureza filológica do versículo seis da primeira epístola joanina com o propósito de decifrar o seu verdadeiro sentido.

E no nono artigo, Patrícia examina as seleções lexicais de Ferreira de Castro ao descrever um cenário brasileiro, concluindo-se que, ao longo de seu trabalho descritivo, o autor faz uso de termos regionais amazônicos, estabelecendo um forte diálogo com o léxico brasileiro.

Por fim, agradecemos a atenção do leitor, em nome da direção do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos por qualquer crítica que nos puder enviar sobre esta publicação, visto ser o seu sonho produzir um periódico cada vez mais qualificado e importante para a maior interação entre os profissionais de linguística e letras e, muito especialmente, para os que atuam diretamente com a filologia em seu sentido mais restrito.

Rio de Janeiro, agosto de 2011.

José Pereira da Silva

A HISTÓRIA E A EVOLUÇÃO DAS LÍNGUAS NA GALIZA, EM PORTUGAL E NO BRASIL

Nilsa Areán-García (USP)
nilsa.garcia@usp.br

RESUMO

A partir de dados históricos e sociais é elaborada uma descrição do desenvolvimento na Galiza, em Portugal e no Brasil, das línguas galega e portuguesa, que, dando continuidade ao artigo publicado no número anterior desta, compartilham uma origem comum. Ademais, na conclusão, é feito um apanhado geral das várias influências que se refletem no léxico do português e do galego.

Palavras-chave: Português. Galego. História social do português e do galego.

1. Panorama histórico da Galiza

Segundo Saraiva (1999, p. 44), no final do século IX, as condições políticas de Leão e Castela tinham mudado, a administração foi aperfeiçoada e a influência dos cluniacenses fez-se sentir, principalmente nas modificações dos cultos cristãos e dos escritos eclesiásticos em latim. Assim, Afonso VI de Leão e Castela conquistou grande prestígio na Europa cristã, fornecendo uma considerável parte dos recursos para a construção de Cluny III, um templo majestoso. Dessa ligação com Cluny, Afonso VI casou suas duas filhas com os duques de Borgonha da alta nobreza do reino franco. E como tal, entregou-lhes à Dona Urraca, casada com Dom Raimundo de Borgonha, o governo da Galiza e à sua filha Dona Teresa, casada com Dom Henrique de Borgonha, o condado Portucalense. O rei Afonso VI havia conseguido impor o seu grande poder à maior parte da Península Ibérica. Os solenes títulos que usou: *Imperator super omnes Spaniae nationes*, em 1087, e *Hispaniae Imperator*, em 1091; traduzem sua intenção de acabar com as fronteiras na Península e conduzi-la a uma unidade política, sob seu poder. De acordo com Saraiva (1999, p. 45), as nomeações da Galiza e de *Portucale* tiveram a intenção de refrear as tendências de autonomias, mais de uma vez reveladas nas regiões mais afastadas do centro da coroa castelhana, substituindo nelas o governo de famílias locais pelos membros da família real. Entretanto, quando Afonso VI morreu, em 1109, desencadeou-se uma reação generalizada contra o crescente poder de Leão e Castela. A herdeira do trono, a rainha Urraca, disputou durante anos com o rei de Aragão a chefia política da Península e discutiu com o arcebispo de Compostela a autoridade

sobre a Galiza. O conde de Astúrias revoltou-se e, vencido, refugiou-se em *Portucale*. É desse período também, o cerco de Guimarães, revolta liderada por Dom Afonso Henriques, filho de Dona Teresa de *Portucale*.

Conforme Monteagudo (1999: 99-100), o filho de Dona Urraca seguia pelo caminho natural de se converter o rei de Galiza, entretanto, em 1135, fez-se coroar rei de toda a Espanha, na Catedral de Leão, sob o nome de Afonso VII, fixando-se nos interesses da coroa de Castela. Nesse período a influência dos francos no norte da Península aumentou avassaladoramente, bem como o número de fundações monásticas da ordem de Cluny, facilitado, em parte, pela peregrinação a Santiago de Compostela. A cargo da criação dos filhos dos reis cristãos, estava, em geral, o clero de Santiago de Compostela, onde ocorreu uma elevação de nível cultural, dada também a influência francesa. Com a morte de Afonso VII, em 1157, houve a divisão dos reinos de Leão e Castela, de forma que Sancho ficou com Castela e Fernando herdou Leão, Astúrias e Galiza. Segundo Monteagudo (1999, p. 114-115), em 1230, as coroas de Castela e Leão uniram-se novamente com o rei Fernando III, que incorporou totalmente, as regiões e reinos de Astúrias, Galiza e Leão pela coroa de Castela, introduzindo de forma maciça o uso do castelhano por meio das classes dirigentes nesses locais. De acordo com Lorenzo (1994), a penetração de nobres de fala castelhana na região da Galiza foi intensa, e na aliança que ainda se mantinha com a antiga classe nobre e dirigente galega, era requisito indispensável falar castelhano para a comunicação. A "desgaleguização" se produziu, em princípio, nos âmbitos mais formais e posteriormente no campo familiar da nobreza. Os cargos civis e eclesiásticos mais importantes também foram concedidos a pessoas não galegas, e por estes e outros motivos o galego deixou de ser a língua das classes sociais mais altas, ficou reduzido ao âmbito de uso popular, rural, restrito à sua forma oral contribuindo para o seu total desprestígio social. Esse processo se intensificou com Afonso X, o mesmo rei que escreveu as Cantigas de Santa Maria em galego-português nomeou o abade de Valladolid como arcebispo de Santiago de Compostela.

Segundo Lorenzo (1994), em meados do século XIV, na disputa pela coroa de Castela, de 1366 a 1369, os nobres galegos apoiaram Dom Pedro I, mas quem subiu ao trono foi Dom Henrique II, o que fez com que, a Galiza fosse desprestigiada e seus dirigentes gradativamente substituídos por dirigentes da confiança do rei, em geral castelhanos. Mas a "desgaleguização" culminou no século XV, novamente na disputa pela coroa de Castela, a Galiza apoiou Joana, mas quem se tornou rainha foi

Isabel, a Católica, que, durante seu reinado, exerceu uma grande repressão contra a Galiza, dando início aos Séculos Escuros para o galego e toda a sua literatura. De acordo com Mariño Paz (1999, p. 264), o estereótipo da personagem do galego imigrante pobre e rústico, já existente no período medieval, se popularizou a partir do século XV e se espalhou por toda a Península Ibérica, tomando como traço característico o seu falar e contribuindo para o desprestígio total da língua galega.

Assim, inicialmente na segunda metade do século XII, o galego disputava sua autonomia como língua, enfrentando o latim da igreja, o notarial e o literário. A partir do século XIII, o castelhano já começava a se impor como a língua de uma nação, começando a se sobrepor ao latim no campo notarial e literário. Com os reis católicos e a expansão marítima, o castelhano se sobrepôs às demais línguas espanholas. Mas, somente no século XVI, com o humanismo, o castelhano se impôs totalmente ao latim no campo literário, como também às outras línguas espanholas, e em particular ao galego.

Entretanto, de acordo com Monteagudo (1999, p. 117-121), a atividade literária não desapareceu totalmente. Encontra-se uma importante quantidade de mostras da literatura popular, elaborada anonimamente e divulgada na forma oral. Também se recolheram muitos versos que se cantavam por toda a península no tempo de Natal, e, ainda, se conhecem alguns autores que deixaram parte de seu trabalho poético em galego. Um exemplo é o *Soneto Renascentista de Isabel de Castro e Andrade*, Condessa de Altamira, composto no último terço do século XVI. São importantes também, os autores Gómez Tonel e Vazquez Neira com suas homenagens à rainha Dona Margarida de Áustria, que datam de 1611. Assim como os decassílabos escritos por Martín Torrado.

Segundo Mariño Paz (1999, p. 317-327), a situação de desprestígio começou a ser combatida somente no final do século XVIII, graças ao trabalho de alguns ilustrados que defendiam os direitos de uso do galego como qualquer outra língua. A figura mais relevante foi o Frade Martín Sarmiento, que não só se preocupou com o estudo da língua galega, como também denunciou a sua marginalização no âmbito educacional, administrativo e eclesiástico. A partir de Sarmiento, outros ilustrados, como o Padre Sobreira e José Cornide, passaram também a estudá-la e a defendê-la.

De acordo com Monteagudo (1999, p. 292-295), a invasão Napoleônica do século XIX contribuiu para despertar a consciência galega,

pois abriu as portas para a circulação de textos escritos na língua popular da região, como manifestos e panfletos, além das ideologias nacionalista e regionalista, respaldadas pelo crescente poder da burguesia. A consciência da Galiza diferenciada do resto da Espanha foi aumentando progressivamente e esta procura de identidade manifestou-se por meio de publicações nas quais os escritores e políticos valorizavam a sua cultura e região diante da opressão externa. Em 1848, houve o banquete de Conxo, no qual se confraternizaram estudantes e trabalhadores, e onde o "galeguismo" tomou características revolucionárias. Nesse contexto, começou a reivindicação do direito de Galiza administrar os seus próprios recursos e eleger seus próprios representantes. Em 1853, publicou-se o primeiro livro escrito em galego do século XIX: *A gaita galega*. O seu autor, Xoán Manuel Pinto, junto com Francisco Añón, Manuel Murguía e outros deram o primeiro passo para a normalização do galego e são conhecidos como o Grupo dos Precursores. Logo em seguida veio o *Rexurdimento*, ou seja, renascimento do galego, que é marcado pela publicação do livro *Cantares Gallegos* em 1863 por Rosalía de Castro, fazendo renascer a cultura lírica e popular, juntamente com outros escritores importantes da época, dentre eles: Curros Enríquez (*Aires da Miña Terra,* 1880) e Eduardo Pondal (*Queixumes dos Pinos*, 1886).

Nos primeiros anos do século XX, houve uma tomada de consciência sobre o galego por parte de diversas associações que conseguiram que a língua chegasse a ser normalizada não somente no campo literário. Entre elas: as *Irmandades da Fala*, a *Xeración Nós* e o *Seminario de Estudos Galegos*. As *Irmandades da Fala* foram constituídas em 1916, seu ideal foi difundido pela publicação da revista *A Nosa Terra*, e contemplava a defesa e habilitação do galego, com sua presença na escola e na administração pública. A partir daí a língua autóctone começou a ser habitual nos atos públicos e discursos políticos. *A Xeración Nós* realizava o trabalho de estudo e fortalecimento da cultura galega, defendendo o uso da língua em todos os campos. Criado em 1923, o *Seminário de Estudos Galegos* reunia muitos universitários para, em conjunto, publicarem os seus trabalhos em galego.

Entretanto, nesse período, os primeiros anos do século XX, a situação linguística do galego era muito diversificada. Vivendo na oralidade por tanto tempo produziu-se uma grande variedade dialetal e passou a ser designada como uma língua rural e rústica, própria das classes camponesas e do operariado exportado pelo campo galego. No âmbito urbano, prestes a desaparecer em favor do castelhano nas classes da elite, porém

vista como a língua dos operários, segundo García Blanco, *apud* Monteagudo (1999, p. 332). Em relação ao mesmo período, Vilar Ponte (*apud* MONTEAGUDO, 1999, p. 332), afirma que ainda que já não fosse mais a língua da classe média, esta classe também não deixava de utilizar o galego, mesmo em ambiente familiar.

Durante a Segunda República Espanhola, o movimento político nacionalista galego conseguiu um considerável desenvolvimento, figurando entre as suas reivindicações a do reconhecimento para a Galiza de seus direitos idiomáticos. Em junho de 1936, foi aprovado o Estatuto de Autonomia de Galiza, que no seu artigo 40 estabelecia a oficialidade do galego. Porém, com a eclosão da Guerra Civil Espanhola, todo o processo ficou paralisado, segundo Monteagudo (1999, p. 385-435).

A ditadura franquista foi um entrave para o desenvolvimento social e cultural na Galiza. Iniciou-se um duro período de repressão conhecido como a "longa noite de pedra". O galego sobreviveu na Espanha, na clandestinidade, no contexto oral, na fala familiar e camponesa, e graças ao trabalho de associações culturais clandestinas como *O Galo* em Santiago de Compostela e *O Facho* n'A Corunha. Mas, também sobreviveu na fala dos galegos que emigraram, em particular os que foram para Buenos Aires, na Argentina, onde formaram grandes e importantes comunidades, associações culturais e filantrópicas que publicavam obras literárias e jornais em galego.

Depois da morte de Franco, o galego, que tivera o uso proibido durante os quarenta anos de seu governo, voltou ao estado diglóssico semelhante ao que se encontrava no final do século XIX e XX. Entretanto, como resultado da Constituição de 1978, a Galiza recebeu um Estatuto de Autonomia, aprovado em 21 de dezembro de 1980, no qual se reconheceu e se legitimou o galego como língua oficial em toda a região. Iniciou-se, então, um resgate do galego por meio dos emigrantes e das comunidades que o falavam livremente fora de Espanha. Em 1983, a *Xunta de Galicia* promulgou a *Lei de Normalización Lingüística* a fim de favorecer a normalização e garantir a igualdade com o castelhano na administração pública, no ensino, na imprensa etc. Apesar dos progressos do galego em diversos campos, ainda há grandes lacunas no seu uso.

2. *Panorama histórico de Portugal*

Desde fins do século IX começaram a aparecer referências a um

condado Portucalense, de fronteiras muito imprecisas, mas que abrangia terras ao sul do rio Minho até ao sul do rio Douro, conforme Saraiva (1999, p. 42-49). A designação provinha da povoação *Portucale*, próxima à foz do rio Douro, conquistada dos muçulmanos e repovoada nos meados do século IX. As regiões mais ao sul formavam também um condado com sede em Coimbra, cujo governo foi exercido por uma família portucalense, até, novamente, cair em domínio muçulmano e voltar ao domínio cristão em 1064. Em 1128, Dom Afonso Henriques, filho de Dona Teresa de *Portucale*, liderou o cerco de Guimarães, uma revolta na qual se opunha à reintegração de terras do Condado Portucalense à Galiza, contrariamente às pretensões de sua mãe, Dona Teresa, de se apoderar do Reino de Galiza enquanto Dona Urraca se ocupava do reino de Leão e Castela. Em 1135, Dom Afonso VII proclamou-se imperador de Espanha, e começaram as guerras com seu primo Dom Afonso Henriques de *Portucale,* apoiado pelos barões portucalenses e pelos bispos de Braga e Coimbra que queriam obter a independência de suas dioceses. Já, em 1143, em carta ao papa Inocêncio II, Dom Afonso Henriques proclamou-se rei de Portugal, por meio de um censo pago à Cúria Romana. Entretanto, somente em 1179 tal ato foi reconhecido pelo Vaticano. Nesse período, já não havia o rei da Espanha e a força que impelia a unidade peninsular não evitara a fragmentação e, dessa forma, em 1179, Afonso Henriques era um dos vários reis cristãos existentes na Península Ibérica.

A fronteira do novo reino, quando Dom Afonso Henriques se intitulou rei, passava um pouco ao sul de Coimbra. O primeiro passo para o aumento do território se deu em 1147 com as conquistas de Santarém, Lisboa e Sintra. A última conquista foi a do Faro, em 1249. Durou, portanto, pouco mais de um século o período de expansão do território, tempo que comporta longos intervalos de paz, ganhos e perdas em consequência de contraofensivas muçulmanas.

De acordo com Saraiva (1999, p. 52-55), apesar das divisões e fraqueza interna dos reinos taifas, as forças militares portuguesas eram poucas, e foi, várias vezes, necessário recorrer à ajuda das tropas cruzadas vindas do Norte da Europa a caminho da Palestina quando faziam suas escalas nos portos portugueses. Os diplomatas encarregados de propor a colaboração guerreira eram bispos, que deviam convencer os chefes dos cruzados que tão santa era a guerra contra os "infiéis" da Península Ibérica como a cruzada para libertar o Santo Sepulcro e ao mesmo tempo ofereciam como pagamento o saque das cidades que caíssem em seu poder. Desse modo, Dom Afonso Henriques conquistou Lisboa, em 1147,

Dom Sancho I conquistou Alvor e Silves, em 1187, e Dom Afonso II dominou Alcácer do Sal, em 1217.

A conquista do território prosseguiu ao longo de toda a primeira metade do século XIII, com as numerosas expedições guerreiras no reinado de Sancho II. Parte das conquistas no Alentejo e no Algarve foi feita pelas ordens monásticas. O rei as recompensou com grandes doações de tipo semifeudal, nas quais a administração era entregue às ordens, que se tornavam proprietárias e organizavam o arrendamento de terras a lavradores estrangeiros. Assim, já no final do século XIII, fixaram-se os limites do que é hoje o território peninsular de Portugal.

Sabe-se que, a partir de 1255, na chancelaria do rei Afonso III de Portugal, a par do latim já se usava o português nos diplomas oficiais, de acordo com Mattos e Silva (1999). Dessa forma, na última década do século XIII, o rei Dom Dinis legalizou a língua portuguesa como língua oficial do reino, seguindo também nisso o modelo de seu avô, o rei Afonso X, o Sábio, de Leão e Castela, que institui o castelhano como língua oficial. Entretanto, segundo Saraiva (1999: 52), foi a tomada, em 1147, de Lisboa, que veio a ter importância decisiva para o destino de Portugal e da língua portuguesa. O centro do país deslocou-se em direção ao sul, sem, entretanto, deixar de se localizar no litoral. Assim, os velhos interesses agrícolas foram substituídos pelos marítimos e mercantis, com cujo apoio se pôs fim na dinastia de Borgonha na segunda metade do século XIV, com a subida ao trono do Mestre de Avis, filho de D. Pedro I, contrariamente ao ensejo da nobreza. Houve, então, o surgimento de uma nova classe social: a burguesia de comerciantes e armadores de navios. Quando Portugal se lançou aos Descobrimentos marítimos, não apenas se destacou Lisboa, também o Algarve teve um importante papel com a Escola de Navegação de Sagres do Infante D. Henrique o Navegador, e a de Lagos dos armadores de navios e da Casa da Guiné.

Estes fatores histórico-sociais tiveram as suas repercussões linguísticas. É este provavelmente o período em que, pelos hábitos articulatórios próprios das populações moçárabes do Sul, o galaico-português importado do Norte transformou-se em uma língua fonética e lexicamente distinta do galego. A decadência a partir de 1350 da lírica galaico-portuguesa, que contribuíra à formação de uma imagem de unidade linguística no oeste da Península, e o florescimento, sobretudo em Portugal, da prosa didática e histórica, gênero típico da época dos primeiros reis de Avis em que se reflete um pouco mais a língua falada, também fazem com que a ruptura entre as duas variantes linguísticas: a do norte e a do

sul do rio Minho, se note mais nítida e profundamente. Ao contrário do que acontecia no caso das cantigas, as diferenças existentes no que diz respeito à língua, entre obras portuguesas como a *Crônica Geral* de 1344, os *Livros de Linhagens*, o *Livro da Montaria de D. João I*, o *Leal Conselheiro do rei D. Duarte,* a *Demanda do Santo Graal* e as *Crônicas de Fernão Lopes e de Azurara*, por um lado, e outras galegas como a *Crônica Troyana* e a tradução da *Crônica Geral* de 1404, por outro, evidenciaram-se bastante e consideravelmente.

Os séculos XVI e XVII, de acordo com Saraiva (1999, p. 193-217), culturalmente foram uma época áurea das letras e artes portuguesas, e desde o ponto de vista linguístico, o instante em que o português conseguiu uma maior difusão no mundo, dada as colonizações, bem como os contatos portugueses com as demais potências, motivo pelo qual numerosas palavras exóticas adentraram no francês, italiano, inglês ou alemão por via portuguesa, mas também a existência nessas línguas de alguns lusitanismos puros que datam deste período, bem como vários neologismos de origem estrangeira que incidiram no português.

Na Idade Média, tinham sido o francês e o provençal os idiomas que contribuíram em maior grau para o enriquecimento do léxico português, nos séculos XVI e XVII foram o italiano e o espanhol. A Itália, como expoente durante o Renascimento, explica a abundância de italianismos introduzidos no português por esta época, enquanto que os espanholismos devem ser atribuídos não tanto aos sessenta anos de anexação a Espanha como à atração sobre a Europa durante os Séculos de Ouro das artes espanholas.

De maneira análoga a como Nebrija tinha feito na Espanha, alguns gramáticos começam a comparar as formas portuguesas com as latinas para eleger as mais "adequadas" à língua. Os primeiros gramáticos portugueses desta linha são Fernão de Oliveira com a *Gramática da linguagem portuguesa*, em 1536, e João de Barros com a *Gramática da língua portuguesa*, em 1540, mas sucedem-se muitos outros através de todo o século XVI, XVII, primeira metade do XVIII, e no século XIX. O século XVIII português, contudo, foi mais crítico que criador e manteve-se como o marco da fixação da língua. As modificações fonéticas posteriores não vieram a ser registradas pela ortografia e, muitas das vezes, não foram adotadas pela fala do Brasil.

Do século XVIII é também a Academia das Ciências de Lisboa, fundada em 1779, contribuindo para a fixação da língua, por meio do

primeiro Vocabulário Português e Latino em dez volumes, publicado entre 1712 e 1727, de autoria de Bluteau. De finais do mesmo século data o Dicionário de Morais Silva, considerado como um dos mais ricos para o estudo do português da época.

Já no século XIX, e durante o Romantismo, a perfeição do estilo é sacrificada ao vigor da expressão e o uso de palavras estrangeiras torna-se lícito. Assim, abundam os galicismos e algumas estruturas sintáticas do francês. Da mesma maneira, há uma nova entrada de espanholismos, determinada pela atração que exerce Espanha como pitoresca e heroica devido à resistência a Napoleão. Também a Itália contribuiu para o enriquecimento do léxico português neste tempo, ao passo que entraram no idioma a primeira leva de anglicismos.

Com o movimento realista e a entrada do século XX, houve uma abertura maior para a utilização de palavras vulgares e quotidianas, que até então estavam reclusas no ambiente familiar e popular. Entretanto, segundo Saraiva (1999, p. 357-366), durante a ditadura de Salazar, de 1933 a 1974, houve a repressão não apenas política, mas cultural, refletindo-se no desenvolvimento conservador da língua, pois nesses quarenta anos, o país praticamente ficou isolado geográfica e culturalmente. Neste período, houve a emigração portuguesa em massa para vários países europeus, bem como para Canadá e Estados Unidos. Com a Revolução dos Cravos, em 1974, além de haver uma mudança política no país, ocorreram também mudanças socioculturais. Muitos emigrantes retornaram trazendo consigo já uma influência linguística estrangeira. Nessa época, Portugal perdeu suas colônias africanas e recebeu, em contrapartida, uma grande quantidade de luso-descendentes foragidos das guerras, promovendo uma retomada das influências linguísticas africanas.

Segundo Saraiva (1999, p. 375), em junho de 1985, com a adesão e a integração de Portugal à Comunidade Europeia, houve mudanças profundas sob muitos aspectos da vida e da cultura portuguesa, que provocaram mudanças linguísticas, principalmente no léxico, com a entrada de palavras globais. Nesta fase, Portugal atraiu a imigração proveniente das suas ex-colônias, recebendo então, influências diretas dos falares africanos e brasileiros. A influência brasileira ocorre também pelos meios de comunicação como: revistas, livros, programas de rádio e televisão, e, em particular pelas telenovelas e entrevistas com jogadores de futebol.

Dessa maneira, ainda que o português seja uma unidade linguística, nele há uma grande variedade. Assim como a Espanha tem a sua divi-

são de falares provenientes do processo de Reconquista, em Portugal também pode-se traçar um paralelo com o processo de Reconquista, associando-o ao reconhecimento de áreas dialetais. Nas zonas setentrionais, conservam-se tipos léxicos arcaicos, alguns deles quase totalmente desaparecidos no resto da Romênia, bem como, ao norte, ainda há um contato o galego, enquanto que nas zonas centro-meridionais encontram-se, tipos lexicais do centro da Espanha.

Assim no território português, diferentemente do galego, houve um desenvolvimento distinto do idioma, dadas as condições sócio-históricas e políticas que privilegiaram a língua portuguesa.

3. Panorama histórico do Brasil

Segundo o Prof. Dr. Aryon D. Rodrigues, da Universidade de Brasília (UnB), quando os portugueses chegaram ao Brasil, em 1500, havia mais de 1.000 línguas no país, faladas por índios. Deste modo, a língua portuguesa no Brasil passou a ser praticada em uma relação de espaço e tempo diferentes dos de Portugal, relacionando-se com as línguas indígenas como um traço inovador em relação ao português lusitano.

A colonização portuguesa no Brasil começou pelo litoral, a partir de 1532, com a fundação de São Vicente e Piratininga, para a exploração de pau-brasil e a criação de engenhos de cana-de-açúcar. Nesse período, diversas comunidades de falantes de línguas da família Tupi habitavam o litoral entre o Maranhão e o Paraná, havendo entre elas uma grande proximidade linguística. A partir do tronco tupi, criou-se uma língua geral comum a índios e não-índios, sendo referida por viajantes e missionários como a língua dos índios, língua brasílica, língua da terra, língua do Brasil; uma língua franca da costa brasileira, que foi documentada pelos jesuítas, por exemplo, em a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil,* do padre José de Anchieta (1595). No século XVII, quando da colonização das regiões do Maranhão e Amazonas, usou-se outra língua-geral, conhecida como linguagem amazônica, usada ainda hoje, mas de forma restrita. Entretanto, a língua oficial do Estado era o português. Convém ressaltar que durante o século XVI e XVII, a língua portuguesa passou a sofrer concorrência direta com outras línguas oficiais: o holandês no nordeste e o francês no litoral sudeste, que também deixaram suas influências.

Com a saída dos holandeses, em 1654, intensificou-se o processo

português de colonização. A população, cuja maioria era de índios, passou a receber um número cada vez maior de escravos africanos e de portugueses que chegavam com o *status* de senhores. O tráfico de escravos começou com o cultivo da cana-de-açúcar em São Vicente, no Recôncavo Baiano e em Pernambuco, aumentando no século XVII. Segundo Câmara Jr. (1976, p. 30-31), os escravos acabaram aprendendo o português pela necessidade de se comunicar com os senhores, mas também se adaptaram à língua geral, que era a mais falada entre os colonos. De 1502 a 1860, foram introduzidos cerca de 3.600.000 africanos, de origem variada e em períodos diversos, Câmara Jr. (1976, p. 30-31). Assim, a complexa relação linguística no Brasil iniciou-se fundamentalmente entre o português de várias regiões de Portugal, as diversas línguas africanas, as diferentes línguas indígenas e a língua geral.

Com as atividades econômicas do século XVII, houve um considerável aumento no número de portugueses que emigraram ao Brasil para se aventurar nos centros em expansão, como bandeirantes. Por um lado, o papel destes foi fundamental na expansão territorial e na disseminação da língua geral, bem como pelo contato com o castelhano das missões no sul. Por outro, foi responsável pela diminuição das populações indígenas, e com elas a importância de suas línguas em seus territórios.

Pode-se notar que a ocupação territorial caminhou paralelamente com as atividades econômicas em cada período. Assim, no século XVI, restringiu-se ao litoral do nordeste e sudeste, com o ciclo do pau-brasil e da cana de açúcar. No século XVII, houve o ciclo do ouro em Minas Gerais e ao longo do rio São Francisco, bem como a criação de gado no: sertão nordestino, sul de Minas Gerais e sul de São Paulo, e a criação de búfalos ao longo do rio Amazonas. No século XIX, a importação do gado zebu contribuiu para a o aumento das áreas dedicadas à pecuária no nordeste e centro-oeste; houve a expansão no oeste paulista com o ciclo do café; e um aumento na ocupação da bacia amazônica com a extração da borracha. Dessa forma, a variedade das atividades econômicas em períodos diferentes, em contato com povos de procedências distintas, bem como as grandes diferenças geográficas, contribuíram para uma variedade dialetal na língua, ainda que houvesse um traço comum dado pela língua geral.

A predominância do uso do português no Brasil em relação à língua geral começou a ocorrer a partir da segunda metade do século XVIII e se consolidou definitivamente no início do século XIX, com a instalação da família real e da corte portuguesa no Rio de Janeiro. Por meio de

um decreto do Marquês de Pombal, em 17 de agosto de 1758, a língua portuguesa tornou-se o idioma oficial do Brasil, proibindo-se o uso das demais línguas, inclusive a língua geral. Entretanto, quando foi decretada a obrigatoriedade do uso do português, os falantes brasileiros já haviam incorporado traços característicos da língua geral, com mais de dois séculos de utilização. Ademais, a língua portuguesa passou a conviver no Brasil em um mesmo espaço com variedades que em Portugal não tinham esta relação direta, pois, ali conviviam como dialetos de regiões diferentes. Estes aspectos certamente contribuíram para diferenças específicas entre o português brasileiro e o europeu. Segundo Teyssier (1997, p. 95-96), no final do século XVIII, o brasileiro aparece no teatro português como uma personagem cuja característica é a peculiaridade de seu falar.

Com a chegada da família real portuguesa, em 1808, no Brasil, houve a rápida transformação do Rio de Janeiro em Capital do Império que trouxe novos aspectos para as relações sociais da, até então, colônia. Logo de início, Dom João VI criou a imprensa no Brasil e fundou a Biblioteca Nacional, mudando o quadro da vida cultural, e dando à língua, no solo americano, um instrumento direto de circulação. Estes fatos certamente contribuíram para que o português se tornasse uma língua de prestígio no Brasil, favorecendo-a como a língua nacional do Império quando da independência, e a língua oficial do Estado Brasileiro desde então. Nesse período, a influência do inglês cresceu, dadas as relações com a Inglaterra, e as atividades comerciais e construção civil exercidas pelos ingleses. Entretanto, a língua da cultura ainda era o francês, exercendo grande influência sobre o português.

Como reflexo das revoluções europeias ocorridas, tais como a revolução industrial e a expansão napoleônica; especialmente no século XIX, o Brasil passou por várias mudanças sociais e políticas, que atuaram na cultura e na língua. O processo de independência do Brasil é uma das consequências da influência do nacionalismo europeu transplantado ao solo da América. Após a independência política houve um grande número de discussões sobre a gramática da "língua nacional", que abriu espaços importantes tanto na literatura quanto na constituição do conhecimento sobre o português no Brasil. Desta maneira, marcou-se uma variedade da língua portuguesa proveniente de sua relação com as condições brasileiras, cuja história de convivência com outras línguas como as indígenas, a língua geral, as africanas, bem como a convivência com as línguas europeias e veiculares de cultura: o francês, italiano, inglês e

alemão, a modificou de forma específica.

Com as mudanças ocorridas no século XIX, o tráfico de escravos africanos diminuiu, até cessar por volta de 1850. As grandes extensões territoriais a ser povoadas no sul do Brasil, a necessidade de mão-de-obra para as lavouras e as políticas racistas do século XIX de "branqueamento" da população, facilitaram o processo de imigração, principalmente de europeus, não somente no Brasil, como também em outros países americanos, tais como Chile e Argentina. Assim, além das línguas indígenas autóctones e das africanas, completa-se o quadro geral do multilinguismo com a chegada dos emigrantes europeus e asiáticos, sobretudo a partir do século XIX. Segundo a Wikipédia[1], o processo de imigração deixou fortes marcas de mestiçagem e hibridismo cultural, que foi mais intenso no Sul e Sudeste do país.

De acordo com Kreutz (2000, p. 351), a partir de 1824, formou-se a primeira corrente imigratória com os alemães, seguida de 1.513.151 italianos, que vieram a partir de 1870, 1.462.111 portugueses, 598.802 espanhóis, 188.622, japoneses, 123.724 russos, 94.453 austríacos, 79.509 sírio-libaneses, 50.010 poloneses e 349.354 de diversas nacionalidades. Segundo a Enciclopédia de línguas no Brasil[2], devido à imigração do século XIX, houve influências no português brasileiro de línguas como: alemão e seus dialetos, árabe, castelhano e demais línguas da Espanha, hebraico, holandês, iídiche, inglês, italiano e seus dialetos, japonês, as línguas eslavas, novas variantes do português europeu. Já no século XX, além da continuidade da maioria das correntes migratórias, houve também, entre outros, a entrada do chinês, coreano e do castelhano da América, bem como das variantes africanas do português.

Com relação à imigração galega no Brasil, segundo Corbacho Quintela (2002), foi muito numerosa entre as duas últimas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX. Inicialmente os imigrantes foram enviados à formação de colônias agrícolas no Pará e Amazonas, cujo fracasso os destinou às cidades de Manaus, Belém e Salvador, como também à Santos, São Paulo e Rio de Janeiro. A influência galega no português brasileiro deu-se principalmente no léxico. Por exemplo, a palavra *galego*, no Brasil, designa um indivíduo muito branco e loiro, pois assim eram os primeiros imigrantes galegos em relação à população lo-

---

[1] http://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil

[2] http://www.labeurb.unicamp.br/elb/

cal.

Para Teyssier (1997, p. 98): “as divisões ´dialetais` no Brasil são menos geográficas que socioculturais”. Pois, de acordo com Mattos e Silva (1999), o fato é decorrente da conjunção da história demográfica brasileira, o tipo de transmissão linguística irregular, ao longo dos séculos XVI ao XIX, e a quase ausência de escolarização.

Deste modo, o português brasileiro resultou, conforme Mattos e Silva (1999), do contato entre falantes do português europeu com os falantes das línguas indígenas autóctones, os das *línguas gerais indígenas*, com os das várias línguas africanas e, a partir do século XIX, com os falantes dos mais diversos grupos de imigrantes, que ainda continuam a chegar e na língua hão de imprimir alguma característica. Os variados percursos que envolvem não só a língua portuguesa, mas todas as demais constituíram e continuam a constituir o português brasileiro dentro de um complexo contexto multilinguístico.

4. O léxico português e galego

Assim, a constituição do léxico português e galego foi o resultado da acumulação e seleção do vocabulário que se formou gradualmente ao longo de séculos, influenciado por diferentes condições socioculturais e sociolinguísticas. Se por um lado, em uma língua a massa lexical é o produto de uma seleção que, no transcurso do tempo, o registro culto e literário se encarrega de realizar. Por outro, apesar do léxico português e galego proceder em grande parte do latim, também se caracteriza por uma relativa heterogeneidade produzida por elementos que já a língua dos conquistadores romanos teve que incorporar, bem como as demais aquisições, principalmente germânicas e árabes, pelo processo contínuo de recepção de empréstimos que, a partir, especialmente, da aparição do galego-português na sua forma escrita, chegaram com maior ou menor intensidade à língua atual.

Segundo Ferreiro (2001, p. 13-14), pode-se considerar o latim como elemento fundamental, cuja adaptação da estrutura fonológica e morfológica aos termos populares criou os padrões lexicais dos atuais português e galego. Diante do latim, o substrato de línguas autóctones da *Gallaecia* não modificou seus aspectos fundamentais, tendo maior influência na toponímia, e no nome de utensílios, animais e plantas. Por exemplo, em português: *lastra* (ferida), *veiga* (várzea fértil), *robalo* (variedade de

peixe), *beiço*, *buraco*, *berço*, *bugalho* (fruto do carvalho); e no galego: *morea* (conjunto de objetos), *rodaballo* (variedade de peixe), *burato* ("buraco"), *billa* ("torneira"), *berce* ("berço"), *croio* ("seixo"), procedem das línguas anteriores ao latim. Desse modo, a história dos atuais português e galego tem como um marco importante a romanização da *Gallaecia*.

Acredita-se que o léxico latino era formado pelo latim vulgar frente ao latim literário, que na *Gallaecia* devia apresentar diferenças em relação ao latim das demais regiões da península. Diversos fatores, como a cronologia da romanização (a *Gallaecia* foi romanizada dois séculos depois que a Bética), a sua situação marginal em relação à Romênia, assim como as influências da Bética, a zona romanizada mais conservadora da Hispânia, apontam para características particulares de um latim vulgar galego-português que, segundo Piel (1989, p. 55-60), no campo lexical se manifesta com traços próprios. As diferenças regionais do latim e a sua evolução se acentuaram com a desintegração do Império Romano a partir do século V d.C. e a criação de unidades políticas autônomas, bem como com as migrações de povos suevos, vândalos, alanos e, posteriormente, visigodos, que estabelecerem o seu domínio na Península Ibérica. Segundo Bassetto (2001, p. 142-143), devido ao subjugo dos povos suevos pelos visigodos, é difícil atribuir a influência, exercida por aqueles, mas, sabe-se que certas estruturas morfológicas são herança direta dos visigodos, tais como os sufixos *-arde*, *-ardo* e *-engo*. Para Teyssier (1997, p. 21) a influência dos suevos e visigodos se sobressai no léxico em determinados campos semânticos, tais como os da guerra: *guerra, roubar* e *espiar*; da indumentária: *fato* e *ataviar*; nomes de animais: *ganso* e *marta*; na antroponímia: *Fernando, Rodrigo, Gonçalo*; e na toponímia: *Guitiriz, Gondomar, Sendim, Guimarães*.

Posteriormente, no século VIII, com a formação do Império Árabe houve uma grande influência lexical, pois são arabismos as palavras do galego: *azucre* ("açúcar"), *aceite* ("óleo"), *acelga*, *alfinete*, *alfombra* ("tapete") e a interjeição *oxalá* (proveniente de "*in sha Alah*"); e as palavras do atual português, no qual, segundo Saraiva (1999, p. 34), são numerosos para designar produtos hortícolas: *açafrão, acelga, açúcar*; termos relacionados com a água: *alcatruz, chafariz, azenha*; e ligados ao comércio: *armazém, arroba, quilate*; ligados à ciência: *álcool, algarismo, álgebra*. Entretanto, as diferenças linguísticas e culturais contribuíram para a superposição do romance galego-português sobre o moçárabe durante a Reconquista. Convém lembrar que no galego não há pratica-

mente arabismos que não apareçam ao mesmo tempo em português, em castelhano, ou até mesmo em ambas, sugerindo que tenham entrado no galego por via destas.

Segundo García (2003), a presença de palavras de origem provençal é bem menor do que seria de se esperar, apesar da longa convivência do português com essa língua, concentrando-se, basicamente, em vocábulos relacionados com a vida nas *cortes*, tais como: *balada*, *estandarte*, *homenagem*, *jogral*, *vassalo*. Como também, algumas de uso mais geral: *alegre*, *anel*, *artilharia*, *salitre*, *rouxinol, hospedagem* e *viagem*. Logo depois da aparição do galego-português na forma escrita, no final do século XII, já eram registrados os primeiros empréstimos de galo-romance, pelos contatos com as peregrinações, a presença de ordens monásticas de origem francesa e ainda pela influência francesa na corte portuguesa; e do provençal, da importância de sua literatura no movimento trovadoresco galego-português. No final do período medieval, foram documentados também os castelhanismos, principalmente nas traduções de obras castelhanas, que influenciarão diretamente o galego a partir dos Séculos Escuros. Segundo Teyssier (1997, p. 88), da metade do século XV até o final do século XVII, constatou-se um bilinguismo luso-espanhol não só na corte portuguesa, mas também na literatura da época, fator este que certamente produziu forte influência no desenvolvimento da língua portuguesa de prestígio. No caso da Galiza, deve-se levar em conta a sua condição sociolinguística diglóssica desde a Idade Média, favorecendo o castelhanismo. O período dos descobrimentos marítimos e a ascensão de Portugal como potência europeia, favoreceu uma posição de destaque à língua portuguesa e também trouxe uma grande contribuição ao seu léxico, bem como ao léxico galego e de outras línguas da Europa, enriquecendo-as, dado o contato com produtos, povos, culturas e línguas diferentes, procedentes das regiões mais diversas: África, Ásia, América e Oceania. De acordo com Teyssier (1997, p. 86), nesse período também houve uma nova injeção de palavras árabes provenientes do Norte e Leste da África e do Oceano Índico.

A importância do latim e do grego literário na aquisição de cultismos acentuou-se no século XVI e XVII no período do Renascimento, momento no qual, também houve uma forte influência do italiano nos campos literário, artístico e linguístico. Os autores adeptos do movimento Renascentista recriaram os recursos de ampliação vocabular nos moldes dos clássicos antigos. Assim, segundo Silva (2004), encontram-se exemplos em Luís Vaz de Camões: *Tágide*, significa ninfa do Tejo, pelo latim

Tagus, -i + sufixo *-ide*, variante de *-ida*: *Ilíada, Eneida* e *Os Lusíadas*, que indica filiação. A título de ilustração, na Grécia Antiga era comum o patronímico, assim como no mundo germânico. No mundo ibérico, formou-se o patronímico com o sufixo *-ici*, que significa "relativo ao que foi gerado", cuja terminação *-i* é um genitivo. A evolução dessa forma veio a dar, em castelhano e galego, por influência, *-ez*, que manteve a designação *filho de*, como em: *Fernández*, *González*, *Rodríguez*; e em português *-es*, em: *Álvares*, *Gonçalves*, *Henriques*.

Já a partir do século XVIII a cultura francesa exerceu grande influência na Europa e suas colônias, assim como sua importância como língua franca. Daí muitas palavras virem para o português e galego por veiculação do francês. Por exemplo, no português há: *restaurante*, *greve*, *bombom*; e no galego: *chaminea*, *champaña*, *modista*. Segundo Teyssier (1997, p. 91), no português os empréstimos provenientes de outras línguas europeias "foram e continuam a ser numerosos", principalmente do francês, influência que já se nota no português desde a sua origem, mas que se intensificou a partir do século XVIII. Paralelamente à importância do francês, no século XIX já era de se notar uma influência do inglês, sobretudo britânico, em várias áreas, como, por exemplo, no campo de jogos e esportes com palavras como *bridge*, *futebol*, *handebol* no português e no galego com *fútbol* ("futebol"), *handicap* (competição na qual se impõe desvantagens ou obstáculos aos melhores participantes) e o decalque *baloncesto* ("bola ao sesto"). Depois da Segunda Guerra Mundial, na segunda metade do século XX, a grande influência da cultura francesa veio a ser substituída pela estadunidense, tornando-se o inglês, a língua veicular do período. Dessa influência há em português: *delivery* e *lobby*; e em galego: *autostop* ("carona") e *barbacoa* ("churrasqueira").

Sabe-se que, na área da música, o italiano sempre exerceu uma grande influência, principalmente com o advento das grandes óperas. Mas, é interessante notar que, na nomenclatura musical, continua a exercê-la, pois muitos dos instrumentos e aparatos musicais de uma orquestra têm seu nome proveniente do italiano: *celo*, *címbalo*, *violoncelo*; como também, os compassos temporais de uma partitura: *presto*, *andante*, *piano*.

No campo da nomenclatura técnica e científica, a formação de palavras novas baseou-se nas raízes do latim e do grego para designar termos e conceitos provenientes das ideias geradas pelos séculos XVIII ao XX, continuando a formação de palavras por meio de termos eruditos, como por exemplo: *telefone*, *automóvel*, *televisão*, *endocrinologia*. Segundo Teyssier (1997, p. 91), "o vocabulário do português enriqueceu-se,

como o de todas as línguas europeias, com um número considerável de termos que designam conceitos e objetos relativos à civilização científica e técnica."

Por outro lado, no Brasil, houve também influências importantes das línguas indígenas e africanas. De acordo com Amaral (1920, p. 35-41), a influência indígena recebida pelo português no Brasil é predominantemente de origem tupi, centrando-se na imensidão vocabular, como a nomenclatura de topônimos: *Canindé, Pacaembu, Butantã*; fenômenos naturais**:** *piracema*, *pororoca*; nomes de animais: *sucuri, suçuarana, tamanduá*; nomes de vegetais: *abacate, carnaúba, ipê*; utensílios: *arapuca, peteca, samburá*; alimentos: *pamonha, pipoca, paçoca*; adjetivos: *pangaré, jururu, pururuca*; crendices**:** *saci*, *caipora, curupira*; e doenças como *catapora*. Para García (2003), a influência africana é pequena e nota-se, principalmente, no léxico brasileiro, tal como ocorre com palavras de uso da religião: *macumba, mandinga, candomblé, babalaô* e *orixá*; na nomenclatura de comidas: *tutu, angu, cachaça* e *vatapá*; utensílios: *agogô, samba, maracatu* e *ganzá*; nomes de doenças**:** *calombo e calundu*; objetos de uso pessoal**:** *carimbo, miçanga* e *tanga*; animais: *camundongo* e *marimbondo*; plantas: *chuchu, jiló* e *quiabo*; locatícia**:** *mocambo, quilombo* e *senzala*; designação pessoal: *moleque, mucama,* e *dengo*.

Convém notar que, para Mattos e Silva (2002), a designação de novos objetos e descobertas criaram palavras novas e diferentes, nas distantes regiões: em Portugal, no Brasil, como também na Galiza. Por exemplo: *ônibus* (Brasil), *autocarro* (Portugal) e *autobus* (Galiza); *trem* (Brasil), *comboio* (Portugal) e *tren* (Galiza); *bonde* (Brasil), *eléctrico* (Portugal) e *tran* (Galiza); *geladeira* (Brasil), *frigorífico* (Portugal) e *neveira* (Galiza). Segundo Mattos e Silva (2002), ocorrem, com frequência, no português brasileiro, derivações a partir de radicais que existiam já na antiga língua da metrópole, mas que ainda não haviam desenvolvido suas possibilidades léxicas, por exemplo: *vaquejada* (rodeio) proveniente de *vaquejar* (lidar com vacas) que é uma derivação de *vaca* com o sufixo -*ejear*; *corneta* (touro ou vaca com um único corno) proveniente de *corno* por analogia com *maneta* e *perneta*; *ruivor* (claridade avermelhada que fica no horizonte depois do pôr do sol) proveniente de *ruivo* calcado sobre o modelo de *verdor*; *vaqueirama* (reunião de vaqueiros) proveniente de *vaqueiro* calcado sobre o modelo de *moirama* (reunião de mouros); *retirante* (quem emigra das regiões castigadas pela seca) que é uma derivação do verbo *retirar* com o sufixo -*nte*.

Sabe-se, então, que os empréstimos sempre foram numerosos no

desenvolvimento do português e do galego. Entretanto, o léxico do português e do galego não sofreu apenas o processo de empréstimo de outras línguas, mas, sobretudo, sofreu processos internos, complexos e fundamentais de ampliação e modernização, por meio da formação de palavras e pela modificação semântica das já existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, A. *O dialeto caipira*. São Paulo: O Livro, 1920.

BASSETTO, B. F. *Elementos de filologia românica*. São Paulo: Edusp, 2001.

CÂMARA JR., J. Matoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

CORBACHO QUINTELA, A. Os periódicos dos imigrantes espanhóis. In: *Proceedings of the 2. Congresso Brasileiro de Hispanistas,* 2002, São Paulo. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/

FERREIRO, M. *Gramática histórica galega*. Noia: Laiovento, 2001.

GARCIA, A. S. Português do Brasil: questões de substrato, superstrato e adstrato. *Soletras,* 2003, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.filologia.org.br/soletras/4/indice.htm/

GONZÁLEZ M., E. E. O Brasil como país de destino para os imigrantes espanhóis. In: FAUSTO, B. (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000, p. 239-271.

KREUTZ, L. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, E. M. et alii (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p 347-370.

LORENZO, R. Breve historia da lingua galega. In: *Atas do 1º Congresso Internacional da ABRALIN*. Salvador: ABRALIN, 1994.

MARIÑO PAZ, R. *Historia da lingua galega*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco, 1998.

MATTOS E SILVA, R. V. *A língua portuguesa em perspectiva histórica*: Do português europeu para o português brasileiro: algumas questões. Salvador: ABRALIN, 1999.

_____. *O português brasileiro.* Página do Instituto Camões. 2002. Disponível em: http://www.instituto-camões.pt/cvc/hlpbrasil/index.html

MONTEAGUDO, X. H. *Historia social da lingua galega*. Vigo: Galaxia, 1999.

PIEL, J. M. *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

SARAIVA, J. H. *História concisa de Portugal*. 20. ed. Sintra: Europa-América, 1999.

SILVA, A. C. *Presença do latim clássico*. In: VIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: http://www.filologia.org.br/cnlf/8/index.html

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

A PROPÓSITO DE MINHA GRAMÁTICA HISTÓRICA[3]

Ismael de Lima Coutinho

No 5º número (1954) do *Jornal de Filologia,* de que é diretor, analisou o Prof. Silveira Bueno[4] os meus *Pontos de Gramática Histórica,* discordando, em muitos lugares, da doutrina que lá exponho.

Manteve-se S. Exª dentro das normas da mais rigorosa urbanidade. Criticou-me, é verdade, mas com elevação, sem as demasias de linguagem e os ataques habituais, que revelam no crítico antes o propósito malsão de atingir a pessoa do autor, que o de corrigir os senões porventura encontrados em sua obra.

Não disponho de muito vagar para dar resposta a todos os seus reparos, o que me demandaria muito tempo. Todavia, passarei em revista os principais, com o objetivo de justificar o que lá escrevi e que lhe mereceu censura.

Começou por afirmar que "A origem da linguagem excede as atribuições da glotologia", e cita, para corroborar o que diz, o caso da "Societé Linguistique" de Paris, que proíbe aos seus membros tratar de questões relativas à origem da linguagem, por ser "problema tão insolúvel como o da origem da humanidade", no dizer de Marouzeau.

Esqueceu-se, entretanto, de dizer que essa proibição não agradou a todos os linguistas. Jerpersen, por exemplo, não só não a justifica, mas até, de certo modo, a censura. Acha que os estudos sobre a origem da linguagem, para terem caráter científico, não devem estar confiados a diletantes:

> Section 2 of the statutes of tnhe Society expressly states that "La Société n'admet aucune communication concernant, soit l'origine du langage, soit la création d'une langue universelle" – both of them questions which*, as they can be treated in a scientific spirit, should not be left exclusively to dilettanti.* (*Language; its nature, development and origin*, London, 1933, p. 96).

Contra ela também se manifesta Wilbur Marshall Urban, profes-

---

[3] Transcrito da *Revista Brasileira de Filologia.* Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, volume I, tomo 1, de junho de 1955, p. 27-51. Separata incluída no espólio do autor, preservado por Rosalvo do Valle.

[4] Aguardamos uma oportunidade para publicar, em outro número desta revista, a interessante resenha crítica de Silveira Bueno.

sor da Universidade de Yale, *doublé* de filósofo e linguista, embora reconheça que a "Société Linguistique" agiu com sensatez dentro da orientação positivista que imprime aos seus estudos:

> Todo esto suena vien, y sin duda la Sociedad procedia con sensatez, desde su ponto de vista positivista, al prohibir tales especulaciones. Pero el hecho real es que esas teorias importan muchísimo y en realidad no pueden proscribirse. El filólogo dificilmente puede eludir algunas "hipótesis de trabajo" acerca del origen del lenguaje." (*Lenguaje y Realidad,* trad. esp. México, 1952, p. 64).

A origem da linguagem se situa numa época remotíssima, de que não possuímos os mais leves indícios. Deverão ter decorrido muitos séculos, antes que o homem pudesse falar. O método positivista, implantado pela escola dos neogramáticos, não poderia ser aplicado aí com a desejada eficácia, por isso os mestres franceses tomaram a medida, pouco democrática aliás, de impedir, nas sessões daquela Sociedade, qualquer comunicação relativa ao assunto. Terá sido científica a sua atitude?

A verdade é que há interessantes pesquisas nesse sentido, baseadas em observações sobre a natureza da língua e devidas principalmente aos linguistas, como reconhece o filólogo italiano Pagliaro: "sebbene alcune di esse siano fondate su osservazione assai acuta della natura della lingua..." (*Sommario di Linguistica Arioeuropea,* fasc. I, Roma, 1930, p. 81).

Como quer que seja, se há autores que pensam como os conspícuos membros da "Société", forçoso é reconhecer que outros pensam de modo contrário, atribuindo à glotologia precisamente a tarefa de investigar a origem e o desenvolvimento da linguagem. A existência dessas duas correntes é assinalada por Carlo Tagliavini:

> Un alto scopo della linguistica é *quello di intendere l'origine* e lo sviluppo del linguaggio, per quanto il problema dell'origine del linguaggio, *che per alcuni é lo scopo supremo della glottologia*, transcenda, secondo altri, dai limiti della linguistica per entrare nel campo proprio alla filosofia. (*Introduzione alla Glottologia,* 4. ed. Bolognha, 1950, p. 9-10).

Convém, todavia, frisar que não dei como objeto da glotologia apenas o que mereceu a censura de meu distinto crítico, porquanto, linhas adiante, acrescento: "Assim, é privativo desta ciência o estudo dos sons da voz humana,... do seu desenvolvimento sucessivo (refiro-me à linguagem), dos fenômenos geais que as línguas apresentam, da classificação das línguas etc." (*Pontos de Gramática Histórica,* 3. ed. Rio de Janeiro, 1954, p. 4).

Ninguém poderá negar grande autoridade em linguística a Trombetti, em cuja obra – *Elementi de Glottologia* – se nota, no julgamento de Vendryes, "Une érudition linguistique quasi universelle". (*Le Langage,* Paris, 1951, p. 438). Pois é justamente o erudito mestre italiano quem diz ser o escopo científico da glotologa "intendere *l'origien e lo sviluppo de linguaggio* e... determinare le reciproche relaazioni di parentela delle varie lingue. Chi si dedica a tale studio chiamansi *glottologo.*" (*Introduzione agli Elementi di Glottologia,* Bologna, 1922, p. 1).

Outro mestre italiano, Benedetto Croce[5], insuspeito porque não é linguista, afirma que é a glotologia "che indaga la genesi dei segni fonici coi quali l'uomo nei vari tempi e luoghi esprime i suoi visogni de ogni sorta e comunica a sè medesimo (parlando tra sè e sè) e agli altri uomini... quel che gli incontra o che vuole." (*Quaderni della Critica,* XI, 1948, p. 124).

Ponhamos de lado qualquer ideia preconcebida sobre o assunto. Será que o filósofo estará mais capacitado que o linguista a fazer pesquisas nesse terreno? Tenho para mim que não. Tais pesquisas requerem conhecimentos especializados que o filósofo está longe de possuir. Só o linguista, em verdade, poderá dispor, nas suas indagações, dos vastos recursos que lhe ministra a glotologia e as ciências auxiliares.

Não é, por conseguinte, o filósofo, mas o glotólogo, a quem cabe fazer tais investigações. Nem outra coisa foram os mestres do passado que mais se ilustraram nessas pesquisas, entre os quais é lícito citar um Grimm, um Whitney, um Max Müller, um Steinthal etc. Não está S. Exª de acordo comigo?

Discorda o Prof. Silveira Bueno do que digo sobre filologia: "Não estamos tão pouco de acordo em que a filologia seja o estudo da literatura de um povo... nem de (sic) que vise à parte artística da linguagem..."

Reclamo aqui de S. Exª não ter reproduzido integralmente o meu pensamento. Citou coisas que escrevi, é fato, mas esparsamente. De retalhos de conceitos, nem sempre é possível recompor o pensamento geral e fiel de um autor. O que eu disse foi: "Filologia é a ciência que estuda a literatura de um povo ou de uma época e a língua que lhe serviu de instrumento". (*Pontos de Gramática Histórica.* 3. ed. Rio de Janeiro, 1954, p. 7).

---

[5] Citado também por Carlo Tagliavini, *Opus laudat.,* p. 10.

Confesso que a discordância do Prof. Silveira Bueno, neste passo, me deixa mais surpreso que em qualquer outro. Só posso justificá-la, admitindo uma dupla personalidade em S. Exª: a do *crítico* e a do *professor*. O crítico nega que a filologia se ocupe de literatura ou que vise à parte artística da linguagem. O professor, ao contrário, não só aceita essa tese, mas ainda sobre ela discorre admiravelmente, convicto que está de sua verdade.

Não me posso furtar ao prazer de colocar sob os olhos do leitor o que escreveu o ilustre professor paulista sobre o assunto:

> Dirige-se a filologia à interpretação do pensamento literário do passado e como tal pensamento se encontra em documentos escritos, estes são o campo especial do trabalho filológico. Onde não houver *documentos literários, escritos, não haverá filologia* (o grifo é meu). As imperfeitas relíquias de certos povos, deixadas em pedra, em tabletes, ou muros de templos, colunas de monumentos, não pertencem ao domínio filológico, propriamente dito, mas à epigrafia, à linguística. Preocupa-se o filólogo, exclusivamente, com os *documentos literários,* produtos de civilização e onde termina esta, termina aquele o seu trabalho; onde não existe documento escrito, nem civilização, não existe tampouco filologia. (*Estudos de Filologia Portuguesa,* 2. ed. São Paulo, 1954, vol. I, p. 20-21)

O leitor, que leu com atenção o que escreveu o mestre paulista, há de convir comigo que não há divergência entre mim e S. Exª. Estamos de pleno acordo. Ainda bem. É verdade que não fala o Prof. Silveira Bueno na palavra literatura, mas o que diz vem a dar no mesmo. Que são, em suma, aqueles "documentos literários", senão materiais pertencentes à literatura? Quem pode estudar literatura, sem esses materiais? Não é a literatura, com efeito, que estuda as produções literárias de um povo, em sentido amplo? E quem diz "literárias" não quer também dizer "artísticas?"

A minha definição, como se vê, se desagrada à personalidade do crítico, satisfaz à do professor, o que é para mim motivo de maior contentamento. Num ponto, entretanto, estou em divergência, ao mesmo tempo, com o crítico e com o professor: é que S. Exª desposa a opinião de que a filologia se serve dos textos como meio para conhecer a civilização de um povo, e eu tenho para mim que a sua tarefa não vai além dos textos. A civilização constitui o objeto formal de outra ciência – a história da civilização – que se pode valer do auxílio da filologia, não há negar, mas que não se confunde com ela.

Já vai longe o tempo em que Gercke proclamava não existir distinção entre a filologia e a história:

> En realidade no existe ni puede existir tal división: Filología es Historia, e

> Historia es Filología. Es una sola ciencia, en su objeto y en sus métodos, que tan sólo puede, de momento, dividirse en la práctica, que para nada afecta a su esencia. (*Apud* Wilhelm Kroll, *Historia de la Filología Clasica,* 2. ed. Barcelona: Labor, 1941, p. 8).

O conceito de filologia não tem hoje a elasticidade que lhe quer dar S. Exª. Falo da filologia tomada no sentido próprio ou estrito. À proporção que uma ciência progride, desenvolvem-se dentro dela ramos especiais, que se destacam por sua vez, constituindo-se em ciências à parte. Acontece com ela o que se verificou, no passado, com a filosofia, que foi uma espécie de ciência universal. Estudando a língua e a literatura de um povo, a filologia se ocupa do estilo próprio de cada fase literária, chegando mesmo ao estudo dos processos estilísticos peculiares a um autor. Não é possível ao filólogo estabelecer a época de um texto ou a autoria de uma obra sem isso. A estilística, como a métrica, tornam-se ciências auxiliares da filologia. Não tem, pois, razão o meu crítico, quando diz que "A determinação dos textos, o estabelecimento da sua genuinidade nada tem que ver com a estética da linguagem.".

Ao filólogo é que, sobretudo, compete, na opinião de Inama "il giudizio sulla lingua e lo stile, sulla composizione, sugli intendimenti delle opere degli scrittori di una letteratura, a lui il rilevare. l'apprezzare tutto ciò che costituisce o può constituire una vera opera d'arte." (*Filologia Classica Greca e Latina,* 2. ed. Milano: Hoelpi, 1911, p. 21).

Julga o meu crítico que "É necessário precisar o sentido do grego dado como língua morta...: será o clássico, porque a Grécia, Chipre, Rodes e numerosas outras ilhas continuam falando grego, o tipo moderno."

Não vejo tal necessidade. Já me explico. Na página anterior àquela que citou o Prof. Silveira Bueno, havia eu dito, tratando das línguas indo-europeias, que o grego se dividia em *antigo* e *moderno.* A seguir, dou como exemplo de língua morta o grego. Poderá acaso alguém ficar em dúvida sobre a espécie de grego a que me refiro? Não se conclui logicamente que é o antigo? Para que, pois, precisar? É supor muito pouco da capacidade intelectiva do leitor.

Não aceita o Prof. Silveira Bueno a definição que dou de latim vulgar:

> Discordamos completamente do que diz do latim vulgar "falado pelas classes inferiores da sociedade romana etc." Confunde latim vulgar com o rústico. Está em contradição com o que escreveu na p. 19, citando Cícero. Se este empregava, nas cartas, o vulgar, não podia ser aquele vulgar das "classes inferiores da sociedade romana".

Não confundi, como pensa S. Exª, "latim vulgar" com o "rústico". O mestre paulista é que confunde alhos com bugalhos. "Latim rústico", para falar com propriedade, é o latim das populações do Lácio, que habitavam os campos circunvizinhos de Roma. É assim que os gramáticos romanos denominavam a linguagem daquelas populações, opondo a "rusticitas" (fala do campo) e a "peregrinitas" (fala do estrangeiro) à "urbanitas" (fala da cidade). A essa duplicidade de aspectos do latim – *sermo urbanus* e *sermo rusticus* – se refere Cícero: "sermo omnis utitur non modo *urbanorum,* se etiam *rusticorum...*" (*Orator.* Paris: Les Belles Lettres, 1921, cap. XXIV, p. 32)

Ouçamos o que diz o Prof. Serafim da Silva Neto sobre a linguagem rústica: "O linguajar dos matutos, dos camponeses convizinhos à cidade era denominado *sermo rusticus, rusticitas*". (*Fontes do Latim Vulgar.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p. 37).

Vale a pena chamar a debate, nesse ponto, também Marouzeau, porque se trata de matéria de sua especialidade, o latim:

> Parmi les accents étrangers, ce son les plus proches de la ville qui sont les plus pernicieux, et la pronunciation qui choque le plus les Latins de Rome, c'est *celle des Latins de la campagne*; parler *rustique* c'est parler barbare: "quod nunc... barbare quem loqui dicimus, id uitium sermonis non barbarum esse, sed rusticum, et cum eo uitio loquentes rustice loqui dictitabant." (*Gell.*, XIII, 6). (*Traité de Stylistique.* Paris: Les Belles Lettres, 1935, p. 4-5).

A seguir, enumera vários fatos fonéticos, peculiares ao "latim rústico". Aliás, a própria origem de *rusticus,* derivado de *rus* (campo), está a indicar o sentido da palavra, assim definida por Forcellini: "ad rus et agros pertinens, agrestis, villaticus, cui *urbanus* opponitur..." (*Lexicon Totius Latinitatis.* Patavii, 1940, t. IV, p. 177).

Muito se tem discutido sobre o conceito de "latim vulgar". Concorda a maioria dos autores em que a expressão é imprópria e, por isso, tenta substituí-la por outras, nem sempre mais precisas, como "latim falado", "latim corrente", "latim comum" etc. O "latim falado" abrangia a linguagem de todas as classes sociais, desde o modo de expressar do homem inculto até o "sermo cotidianus", ou seja, a linguagem coloquial das classes médias e das famílias aristocráticas. Tudo estava nele compreendido.

É neste sentido que se deve entender a confissão de Cícero de haver empregado, em suas cartas, a língua vulgar. Certamente se referia à linguagem coloquial. Por isso, não há a contradição assinalada pelo meu

crítico entre a citação que faço e o que escrevo na página 19. Invoco, é certo, o testemunho do grande orador romano, mas apenas para documentar a existência dos dois aspectos do latim: o *clássico* e o *vulgar.* No parágrafo seguinte, é que dou o conceito de "latim vulgar". Basta comparar o que digo na página 20 com a nota do rodapé, em que cito a opinião do Prof. Serafim da Silva Neto, para concluir-se que tomo aí a expressão "latim vulgar" em sentido estrito.

Se o "sermo vulgaris" é a fala das classes médias, tomada a expressão *stricto sensu,* como admitir então que nele estivesse compreendida a linguagem das inscrições privadas, que constituem a maior fonte para o conhecimento dessa modalidade do latim? Porventura a classe média se exprimia na língua das inscrições que encontramos, por exemplo, nos muros de Pompeia? De duas, uma: ou a língua dessas inscrições não era o "latim vulgar", ou este não pode ser considerado a fala das classes médias. Não há para onde fugir. A quem quer que estude a história da sociedade romana não passará despercebido que as classes inferiores formavam a maioria dos falantes. A língua dessas classes é que, por conseguinte, cabe a denominação de "latim vulgar".

Ademais, não é possível aceitar a tese de que os legionários, colonos, mercadores etc., que levaram o latim para as terras conquistadas, se exprimissem na linguagem das classes médias. É que não se formara, no seio do Lácio, uma cultura sedimentada e intensa, de que participassem todas as camadas sociais, sem exclusão das mais humildes.

Nos *Pontos de Gramática Histórica,* assinalei apenas as modalidades extremas do latim: a *clássica* e a *vulgar.* Não falei do "latim coloquial", porque não interessava ao meu intento. O que as línguas neolatinas lhe devem teve como intermediário o "sermo vulgaris". A necessidade dessa tripartição é, no entanto, reconhecida por todos os linguistas que se ocupam do latim. Ninguém se convencerá jamais de que a expressão "latim vulgar" possa aplicar-se, ao mesmo tempo, ao falar do círculo seleto dos Cipiões ou de Cícero e à algaravia dos frequentadores das tascas mal afamadas da Suburra. É, por isso, que eles proclamam a necessidade da divisão em *sermo urbanus* (latim literário), *sermo cotidianus* (latim coloquial) e *sermo vulgaris* (latim vulgar, isto é, das classes inferiores do povo).

Por ocasião do "Primeiro Congresso da Federação Internacional das Associações de Estudos Clássicos", realizado em Paris, no ano de 1950, assim se externou, em uma de suas reuniões, M. L. W. Nelson, de-

legado da Associação Clássica dos Países Baixos:

> Cependant, quelle que soit la terminoligi dont nous nous servirons, il sera nécessaire à mon avis de distinguer ce qui est véritablemente *latin vulgaire* (au sens étroit du mot) – c'est-à-dire *le langage de l'homme illetré, appartenant aux classes inférieures* (o grifo é meu) – de ce que les Allemands apppellent "Umgangssprache", *langue usuelle* ou *langue de conversation*. J'entends par là la langue dont se sert aussi l'homme cultivé dans la vie de tous les jours. (*Actes du Premier Congrès de la Fédération Internationale des Associations d'Etudes Classiques,* Paris, 1951, p. 221).

Chamo a atenção de meu crítico para o fato de ele definir "latim vulgar" como a língua do homem iletrado das classes inferiores da sociedade.

Depois de assinalar a diferença entre o latim literário e o coloquial ou familiar, tratam Stolz-Leumann da "Vulgärsprache", que definem como a fala das classes sociais humildes:

> Vulgärsprache kann danach nur eine weitere Abstugung nach unten sein in dem Sinne, dass wir darin die Sprache *der unterem, aus* der Zucht der Schule und den Vorbildern der Literatur längst entwörhnten oder von ihnen doch denkbar wenig beeinflusste *Schichten zu sehen haben.* (*Lateinische Grammatik,* fünft Auflag., Münche, 1928, p. 10)

Não é de outro modo que se expressam, a este respeito, Hofmann-Rubenbauer. Para eles, o *Vulgärlatein* é a fala das baixas classes sociais, em oposição à *Umgangssprache,* que é a dos círculos médios e cultos: "Umgangssprache = Sprache des Umgangs der Gebildeten. Gegens. Volkssprache (Vulgärlatein) = *Sprache des niederen Volkes*. (*Wörterbuch der Grammatischen und Metrischen Terminologie,* Heidelberg, 1950, p. 62).

No mesmo sentido, é que entende a expressão "latim vulgar" outro eminente latinista, Max Niedermann: "O latim vulgar (Vulgärlatein) é a fala diária da maior parte da população, *elementos esses que compunham a camada social inferior."* (*Apud* Serafim da Silva Neto, *Fontes do Latim Vulgar.* Rio de Janeiro, 1946, p. 37).

Como fala da gente inculta, é que também a conceitua Bögel: "Ihr gegenüber steht als die Sprache der Unliterarischen das Vulgärlatein." *(Apud* Einar Löfstedt, *Syntactica,* zweit. Teil, Lund, 1933, p. 355).

Reconhece Manuel C. Diaz y Diaz, na "Advertencia preliminar" que apôs à edição de sua coleção de textos do "sermo vulgaris", que é costume interpretar-se essa expressão como a fala das camadas inferiores: "suele ocurrir que el Latin Vulgar, con su nombre equívoco, se inter-

preta como el habla de las clases inferiores de la sociedad romana." *(Antología del Latín Vulgar.* Madrid: Gredos, 1950, p. 11).

Em perfeita harmonia com estes autores está finalmente G. Bonfante, o mesmo Bonfante, citado pelo meu crítico mais adiante, a propósito dos vulgarismos de Horácio. Com efeito, no resumo que antepôs, como nota explicativa de seu trabalho, acha-se consubstanciado o seu conceito de "latim vulgar": "L'étude de la langue d'Horace nous découvre l'existence à Rome à côté de la langue des Cicérons et des Césars, d'une autre langue latine, la langue "vulgaire", *la langue de la plèbe et des ésclaves*..." (*Emerita*, Madrid, t. V, sem. 1º, 1937, p. 17)

Julgo que não preciso citar mais autores. Bastam os que aqui arrolo em apoio de minha opinião, para me convencer de que estou no caminho certo. Assim, não vejo motivo para me corrigir ou, como quer o meu crítico, refundir o capítulo sobre o "latim vulgar", uma vez que, repito, tomo a expressão em sentido estrito.

Tratando de latim, quero protestar contra o fato de S. Exª emprestar-me um pensamento que não é meu. É o seguinte: "A classe média não era a classe inferior, como diz Coutinho."

Em nenhum passo de meus *Pontos,* afirmei jamais que a classe média era a inferior, porque não é possível identificar uma coisa com a outra. Classe média é classe média, inferior é inferior. Uma não é sinônima da outra. Qualquer aluno saberá distinguir o sentido das duas expressões. Não é preciso ser grande conhecedor da língua. Assim, não andou bem S. Exª ao atribuir-me a autoria de uma frase que não me pertence. Contra isso é que levanto o meu solene protesto. Já não são poucos os enganos que me irroga!...

Diz o meu crítico, falando desta feita do "latim cristão": "A tese hoje defendida é a de que o latim cristão foi a causa imediata e decisiva da formação das línguas românicas e não somente o latim vulgar".

O simples fato da defesa de uma tese por alguém não é motivo bastante para que a aceitemos como certa. Tem-se defendido por aí tanta coisa... errada! O que importa, antes de tudo, é saber se ela é verdadeira e se houve aceitação da novidade por parte dos linguistas. Isto é o que cumpria ao meu crítico esclarecer. Teria havido efetivamente um "latim cristão", com marcas individuais próprias, que o extremassem do latim vulgar? Ou, para usar as palavras de um propugnador da tese em apreço, será que esse idioma dos cristãos, foi, na verdade, "um fenômeno autô-

nomo no quadro da evolução do latim geral"?

Sustentaram essa hipótese, que eu saiba, dois conhecidos latinistas: Jos, Schrijnen, professor na Universidade de Nimega, e sua discípula Christine Mohrmann. As ideias que esta desenvolveu sobre a existência de um "latim cristão" acham-se expostas na conferência que fez no Instituto de Linguística da Universidade de Paris, a 5 de maio de 1951, sob o título *L'Étude de la Latinité Chrétienne*, em que nos põe ao corrente do estado da questão, fala nos métodos empregados e em seus resultados[6].

Os argumentos, com que os dois citados autores defendem a tese da existência desse latim, justificam-se, segundo eles, pela necessidade que tiveram os cristãos de criar novas formas de expressão, que correspondessem à mudança operada na sociedade antiga, com o advento da nova doutrina. O cristianismo trouxera consigo uma verdadeira revolução espiritual, que se refletiu em todos os setores da vida pública e privada romana. É que com ele surgiram novos ideais, outros hábitos, outra mentalidade, outra cultura. Para traduzir esse novo estado de coisas, imposto pela nova religião, é que apareceu o "latim cristão".

A tese em si é bastante sedutora, não há negar. Mas será verdadeira? É o que cumpre examinar.

Os primeiros e mais fervorosos adeptos da doutrina cristã, em Roma, pertenciam às classes humildes da sociedade, em geral gente da gleba ou escravos, que outra fala não conheciam senão o latim vulgar. Foi, por conseguinte, esse latim que serviu de veículo à propagação das verdades cristãs.

Forçoso é, entretanto, reconhecer que o vocabulário latino não podia, de modo nenhum, satisfazer a todas as necessidades do cristianismo e que se impunha a criação de novas palavras e novos meios de expressar as ideias e os pensamentos. Tudo isso é incontestável. Mas que concluir daí? Que a terminologia religiosa e os novos recursos de expres-

---

[6] Outros trabalhos da mesma autora, relativos ao assunto: Altchristliches Latei, Entstehung un Entwicklunt der Theorie der altchristliche Sondersprache, *Aevum*, 13, 1939, p. 339 e segs.; Quelques traitas caractéristiques du latin des chrétiens, *Miscellanea G. Mercati,* vol. I, p. 437 e segs.; Le latin commun et le latin des chrétiens*, Vigiliae Christianae*, 1, 1947, p. 1 e segs.; La langue et le style de la poésie latine chrétienne*, Revue des Etudes Latines*, 25, 1947, p. 280 e segs.; Les éléments vulgaires du latin des chrétiens*, Vigiliae Christianae*, 2, 1948, p. 89 e segs. e 163 e segs.; Les origines de la latinité chrétienne à Rome, *Ibid.,* 3, 1949, p. 67 e segs. e 163 e segs.; Le latin, langue de la chrétienité occidentale, *Aevum,* 24, 1950, p. 133 e segs.

são tenham alterado tão profundamente a fisionomia do latim vulgar que determinassem o aparecimento de uma nova língua ou uma nova modalidade do latim? É o que me custa admitir.

O que se verificou com o latim, em relação ao cristianismo, é o que se observa, de um modo geral, com a língua de outros povos, quando abraçam uma religião estranha. O vocabulário se enriquece com os novos termos importados ou criados, certas palavras tomam acepções novas, um ou outro fato morfológico e sintático alienígenas se insinuam no organismo do idioma, mas o sistema linguístico não é atingido substancialmente. Foi justamente o que se deu com o latim vulgar, que continuou, apesar de tudo, a ser a língua das populações cristianizadas.

O assunto me levaria a larga explanação que o momento não comporta. Por isso, encerro por aqui as minhas considerações, perfilhando as palavras de Marouzeau, na recensão crítica que fez ao *Charakteristick des altckristlichen Latein* de Schrijnen:

> Peu-on véritablement définir comme une langue une l'ensemble des formes de langage qu'on trouve chez Tertullien, chez Aetheria, dans les inscriptions, dans les diverses oeuvres de sanit Augustin? Ne suffit-il pas de dire que ces diverses langues présentent des éléments communs, qu'il est intéressant de recuillir, que Mgr Schrijnen nous enseigne à dépister, *mas sans en vouloir faire une langue à part.* (*Revue des Etudes Latines,* Paris, 1932, t. X, p. 241-242).

Não está de acordo comigo o Prof. Silveira Bueno em que "Os escritores (refiro-me aos latinos) punham sempre grande empenho em evitar o emprego de palavras ou expressões da plebe", e cita o caso dos vulgarismos apontados por G. Bonfante na obra de Horácio, para contradizer o que afirmo.

Creio que o meu digno censor não leu o resto do capítulo, que dedico ao "latim vulgar", onde se contém aquele conceito, de que diverge. Se o tivesse lido, encontraria a explicação para os vulgarismos que aparecem nas obras literárias. Com efeito, depois de me referir ao cuidado dos literatos latinos em fugir as palavras e expressões plebeias, acrescento:

> Com isso, entretanto, não queremos dizer que não se encontrem absolutamente palavras ou expressões do povo em seus trabalhos. Não é possível supor que o *sermo urbanus* em contato permanente com o *vulgaris*, não se deixasse penetrar de certos vulgarismos, como também não se pode negar que a língua do povo contivesse palavras ou expressões pertencentes à língua culta. (*Pontos de Gramática Histórica,* 3. ed. Rio de Janeiro, 1954, p. 21-22)

Uma prova de que S. Exª não leu o citado capítulo, ou se o leu, não foi com a devida atenção, é a referência que faz a Plauto. Acaso não

está assinalada à pág. 22, como uma das fontes para o conhecimento do "latim vulgar", a obra dos comediógrafos? Que é Plauto, senão comediógrafo, muito apreciado pela população, precisamente pelo tom popular de suas peças? A comédia, bem como a sátira e a epístola, são gêneros literários, em que a língua popular tem pleno cabimento. Nos outros, são mais raros os vulgarismos: "pour tout le reste des oeuvres littéraires, afirma Erich Auerbach, *on ne tendait pas à imiter le langage parlé de tous les jours, mais au contraire à s'en éloigner.*" (*Introduction aux Etudes de Philologia Romane,* Frankfurt am Main, 1949, p. 43).

Do que aí fica dito se conclui que não estou errado em asseverar o que asseverei. O que digo é, de certo modo, corroborado por Marouzeau: "Les écrivains classiques nous instruisent peu sur la langue vulgaire..." (*Le Latin,* Paris, 1927, p. 222).

Tendo eu escrito, em nota, no rodapé da página 32: "o *catalão* falado no sul da Espanha e nas ilhas Baleares" – acha S. Exª, com toda razão, que deve ser corrigido: "necessita de correção geográfica: a Catalunha, o Aragão, Valência, não estão ao sul, mas ao norte e ao noroeste da Espanha".

Não tentarei defender o engano, quero apenas justificar-me. Sou o primeiro a reconhecer que errei. Levou-me a esse cochilo a leitura um pouco desatenta do trecho de Meyer-Lübke: "Ce dernier parler (reporta-se ao catalão) ...transporté en Espagne au VIIIe siècle, pénétra de plus en plus *vers le Sud* pendant la lutte des rois d'Aragon contre les Arabes". (*Grammaire de Langues Romanes,* reprint., 1923, t. I, p. 14). Junte-se a isso a circunstância de serem as costas da Catalunha banhadas pelo Mediterrâneo, que está situado ao sul da Europa.

Contesta S. Exª o que digo acerca da existência de uma fase linguística entre o latim vulgar e as línguas românicas, e a que denomino de romance: "Esses romances, adverte o Prof. Silveira Bueno, já eram as línguas neolatinas". E continua, um pouco adiante: "entre os dois termos: latim e língua românica não houve intermediário algum."

A discordância, segundo me parece, começa aqui pelo nome. É que emprego a palavra *romance* em sentido diferente daquele que consignam os léxicos. Tomo-a em sua acepção etimológica, derivada que é de *romanice,* para significar o latim falado na Romênia, já diversificado do latim de Roma, que continuava, apesar de tudo, a ser a língua padrão.

Nesta acepção, foi que também a empregou Eduardo Carlos Pereira:

> Ao lado de *romanço* temos *romance,* que nos adveio da expressão usual na baixa latinidade – *romanice loqui = falar romance* ou *romanamente.* Daí veio o advérbio *romance* (*romanice*) a assumir o caráter de substantivo, sinônimo de *romanço,* designando ambos os termos a língua falada na Romênia, do século terceiro ao século oitavo. (*Revista de Língua Portuguesa,* Rio de Janeiro, 1922, n. 19, p. 148)

Apenas estamos em divergência na fixação da época em que começa o *romance.* Quanto ao fato principal, que é a existência do *romance,* isto é, de uma fase de transição entre o latim vulgar e as línguas românicas, há entre nós perfeita concordância.

Acerca da diferença entre *romanice* e *romance* ou *latine,* assim se manifesta Carlo Tagliavini:

> Ma come a *romanus* corrispondeva l'avverbio *romane,* cosi a *romanicus,* rivivicato nell'uso medioevale, venne a corrispondere, l'avvergio *romanice.* E se *romane loqui* equivaleva, nei tempi classici, a *latine loqui* (v. pág. 43), ora que *romanicus* e *romanus* non si corrispondevano più perfettamente, *romanice parabulare* o *fabulare* (*loqui* era ormai voce dotta) significava "parlare come gli abitanti della Romênia" cioè non in lingua germanica, ma nella lingua che stava nascendo dall'evoluzione del latino. (*Le Origini delle Lingue Neolatine,* Bologna, 1949, p. 96).

Aliás, a questão da palavra em si pouca importância tem, o que interessa é o fato, negado pelo seu distinto crítico. Vejamos se S. Exª tem razão.

Nem sempre é fácil documentar todas as fases de uma língua. Às vezes, o mais que se consegue é fixar os polos extremos em que se coloca, de um lado, a língua originária e, do outro, a que dela surgiu ou se derivou. Mas nem por isso é lícito pensar que uma brotou da outra como a borboleta da crisálida. Há estágios intermédios, de cuja existência não se pode duvidar, e que cumpre ao linguista restabelecer.

O latim, mais ou menos uniforme, que os legionários levaram para as terras conquistadas, depois de algum tempo se transformou, diferentemente segundo as regiões. Formou-se assim um latim ibérico, um latim gaulês, um latim dalmático etc., de que se originaram as línguas românicas diretamente. Disso nos dão sobejas mostras os documentos epigráficos. Se não era mais o latim de Roma que então se falava, a verdade é que também não eram ainda as línguas neolatinas, como aparecem configuradas nos mais antigos documentos. É a esse período de transição que chamo *romance,* quando talvez melhor lhe ficasse a denominação de *românico,* como o designa Meyer-Lübke, para evitar a confusão, uma vez que *romance* passou a significar língua vulgar, em oposição à língua latina.

Justamente nessa época românica é que se verificam os principais câmbios fonéticos, a criação de certas formas verbais como o futuro e o condicional, a introdução de um grande contingente de vocábulos estranhos, de origem germânica e árabe, que aparecem mais tarde nas várias línguas neolatinas.

A existência de uma fase intermediária ente o latim e as línguas românicas, a partir principalmente do século VI, isto é, logo após o desmoronamento do Império Romano, em que se acentuam as divergências locais, até o fim do século VIII ou começo do IX, impõe-se à consideração de todos os romanistas como um fato real, inconteste. "La façon, diz Meillet, dont le latin s'écrivait à l'époque mérovingienne suffit à montrer que, por l'essentiel, la *substitution de l'état roman à l'état latin ancien* a marché de pair avec la dislocation de l'empire romain". (*Linguistique Historique et Linguistique Générale,* nouv. tir., Paris, 1938, t. II, p. 73).

Bourciez consagra toda a segunda parte de seus *Eléments de Linguistique Romane* (4e éd., Paris, 1946) a tratar dessa fase de transição, que ele denomina *Phase Romane Primitive* (p. 131-284). A descrição que dela faz o romanista francês ocupa, como se vê, nada menos de 153 páginas da obra citada. Note-se que a primeira parte é dedicada ao latim e a terceira às línguas neolatinas.

Como deixei evidenciado, não tem razão S. Exª para negar a existência desse período de transição. Se lhe resta ainda alguma dúvida, basta compulsar o *Glossarium Mediae et Infimae Latinitatis* de Du Cange, para se convencer de que ela existe de fato, não é invenção minha. Destarte, as línguas românicas não surgiram imediatamente do latim vulgar mais ou menos uniforme, que se expandiu pela Romênia, mas do românico, ou seja, do latim modificado em consequência de sua transplantação para as novas terras, o qual representa, em verdade, a fase intermediária entre o latim vulgar e as línguas neolatinas.

Prosseguindo em sua crítica, diz o Prof. Silveira Bueno que adoto a teoria de Wartburg, quando afirmo que certas regiões receberam um latim mais polido que outras, e acrescenta:

> Temos o prazer de oferecer ao autor (o autor sou eu), neste fascículo (refere-se ao último número do *Jornal de Filologia*), a tradução do excelente estudo de Robert L. Politzer, da Universidade de Colúmbia, publicado na *Romanic Review*, em que a teoria de von Wartburg é rigorosamente refutada.

Li, com todo o interesse, a tradução a que alude o meu crítico. Li e reli. Com surpresa, confesso que não encontrei lá aquela refutação rigo-

rosa de que fala. Ao contrário, o Prof. Robert L. Politzer se limita a uma dúvida prudente acerca do processo de colonização aristocrática, preconizado por Wartburg e aceito por Elisa Richter para a Sardenha:

> Embora nos pareça *um tanto duvidoso* que a colonização da Gália, da Espanha e da Sardenha tenha sido aristocrática, devemos admitir que o processo colonizador foi, pelo menos, diferente do adotado na Rumânia onde grande parte da população foi transferida e suplantada pelos legionários de Roma. (*Jornal de Filologia,* São Paulo, 1954, fasc. 5, p. 274)

Prestou o leitor atenção? Onde a refutação rigorosa da tese de Wartburg acerca da colonização aristocrática? Quero crer que o tradutor interprete fielmente o pensamento do autor. Se não interpreta, tanto pior para o meu crítico, que a ele me remeteu. O que Politzer refuta, nesse artigo, é a opinião de Wartburg sobre a conservação do *s* final, que o autor de *Les Origines de Peuples Romans* atribui à colonização culta. Assim, não poderá S. Exª valer-se da opinião do mestre da Universidade de Colúmbia para afirmar com ênfase: "Essa divisão de latim democrático e aristocrático, na romanização dos territórios, é insustentável."

Ao que escreveu sobre o "russo" contravém S. Exª: "O russo não tem, como pensa o autor, a unidade proclamada, como não poderia deixar de ser".

Confesso que não conheço a língua russa e muito menos os falares russos. Não me consta também que S. Exª a conheça. Em matéria de "russo" estamos, portanto, no mesmo grau de ignorância. Quando digo que os falares russos oferecem certa semelhança entre si, é claro que não o faço de ciência própria, mas apoiado em opinião alheia. Resta agora saber se merecem fé os autores em que me baseio.

Falando do "grande russo", língua da maior parte da população da Rússia, assim se externa Meillet: "à part le blanc-russe, à l'ouest, *les parlers du grand-russe sont restés très pareils les uns aux autres."* (*Introduction à l'Etude Comparative des Langues Indo-Européennes,* 7e éd., Paris, 1934, p. 75).

A semelhança entre o "grande russo" e o "russo branco" é atestada por Brugmann-Delbrück, dois conhecidos e respeitados especialistas em línguas indo-europeias: "Das Russische, seit dem 11, Jahrh, bekannt, zerlegt sich in Grossrussisch. Weissrussisch und Kleinrussisch, *von denem die beiden ersteren einander näher stehen."* (*Vergleichende Grammatik der indogermanischen Sprachen, Einleitung und Lautlehre,* zweite Bearb., erster Band, Berlin und Leipzig, 1930, p. 19).

Defendendo a tese da unidade do latim no Império Romano, refere-se Meyer-Lübke à Rússia e às vastas regiões da América, onde a extensão do território não serviu de obstáculo à existência de uma língua uniforme: "sehen wir doch heute in Russland oder in Amerika Gegenden *mit einheitlicher Sprache*, die weit grösser und kaum weniger stark bevölkert sind, als es das spätere Römerreich war." (*Einführung in das Studium der Romanischen Sprachwissenschaft*, drit, neubearb. Aufl., Heidelberg, 1920, p. 18).

Para Louis H. Gray, é o eslavo que oferece maior homogeneidade linguística dentre todos os grupos da família indo-europeia: "The Slavic group *as a whole is more homogeneous* and far less differentiated than any other Indo-European linguistic family." (*Foundations of Language,* New York, 1939, p. 355).

Finalmente, Carlo Tagliavini é também de parecer que, apesar da grande área que cobrem as línguas eslavas, elas são relativamente pouco diferenciadas: "Le lingue slave, pur occupando una zona vastissima, *sono relativamente poco differenziate fra loco* e la loro separazione dal protoslavo deve essere avvenuta in un'epoca non troppo antica". (*Introduzione alla Glottologia,* 4. ed., Bologna, 1950, p. 163).

Concluindo, creio haver demonstrado que não estou em falso, quando afirmo que os falares russos apresentam uma certa unidade. Alguns autores, como os dois últimos citados, estendem essa relativa homogeneidade a todo o grupo de línguas eslavas, o que não é propriamente objeto da nossa divergência.

Digo que não estou em falso, porque não acredito que o Prof. Silveira Bueno vá negar autoridade aos eminentes mestres citados, entre os quais se destacam grandes indo-europeístas como Meillet, Brugmann e Delbrück. Se não nega, há de convir comigo que a sua crítica não tem razão de ser.

O capítulo sobre a língua portuguesa no Brasil foi o que mereceu maior número de reparos da parte do Prof. Silveira Bueno. Na opinião de S. Exª, pouco há nele que se aproveite: "Todo este capítulo merece mais ampla e mais minuciosa refacção, sobre bases mais linguísticas, com aplicação justamente dos substratos e superstratos aqui encontrados e recebidos."

Limita-se S. Exª aqui, como se vê, a contestações genéricas. Não assinala os pontos em que não assento as minhas observações "sobre ba-

ses mais linguísticas". Será porque não fiz aplicação dos "substratos e superstratos"? Mas que são, na verdade, os elementos indígena e africano, com que inicio o meu estudo sobre a língua portuguesa no Brasil?

Continuando em sua crítica a este capítulo, diz S. Exª: "Não é verdade... que "os termos de procedência tupi, incorporados no léxico, são nomes próprios ou apelidos de pessoas etc."

Como não é verdade? De onde então procedem *Araci, Jaci, Jupira, Iracema, Ubirajara* e outros nomes que lá cito, senão do tupi? Poderá S. Exª indicar-me outra procedência para eles?

Se o Prof. Silveira Bueno dissesse que não são aqueles os únicos que vieram da língua aborígene, compreende-se, mas ainda assim estaria fazendo uma crítica sem fundamento, porque lá se acham arrolados também nomes de seres da fauna e da flora, de objetos, de doenças, de crendices etc., como contribuição do tupi-guarani ao nosso léxico.

Para que melhor me informe do legado vocabular do indígena ao português do Brasil, reme-me S. Exª para o que publicou no *Jornal de Filologia,* vol. I, fasc. 2, e para o que escreveu nos *Estudos de Filologia Portuguesa,* 2. ed. São Paulo, 1954, vol. I, p. 289. Como o beduíno sequioso por encontrar uma fonte, assim me dirigi eu, pressuroso, para o manancial que S. Exª me apontava. Não digo que tivesse uma decepção, mas a verdade é que não deparei lá o que esperava, isto é, a água fresca e cristalina que aplacasse a minha sede de novidade. O que S. Exª escreve, no artigo e capítulo mencionados, é, nada mais e nada menos, o que se contém em outros autores que se dedicaram a esse gênero de estudos. Assim, pouco ou nada me aproveitaram as noções que lá dá para orientação de seus alunos.

Acha o Prof. Silveira Bueno muito deficiente o que digo sobre a influência do elemento indígena no português do Brasil: "O que Lima Coutinho aduz é deficientíssimo: falta a fonética, a morfologia, a sintaxe".

Num compêndio, feito a princípio apenas para os alunos do curso ginasial, não me era lícito desenvolver mais o assunto. Tendo-lhe consagrado vinte e duas páginas, julguei que era o bastante. S. Exª, entretanto, reputa "deficientíssimo" o que aduzo. É um modo de ver que respeito.

Ninguém poderá negar que a influência maior do indígena se exerceu no vocabulário. Foi o que assinalei, exemplificando o fato com um bom número de palavras, procedentes daquele idioma. Não particula-

rizo influências fonéticas na fala do Brasil, nem sempre fáceis de identificar se são devidas ao indígena ou ao africano, mas aludo a elas na apreciação que faço dos dois elementos. Num simples compêndio escolar, creio que não era preciso mais.

Queria o meu crítico que tratasse também de morfologia e sintaxe. Mas não é opinião de S. Exª que "Na parte morfológica, sendo o tupi-guarani língua aglutinante, poucas influências poderia ter exercido no português do Brasil"? (*Estudos de Filologia Portuguesa,* 2. ed. São Paulo, 1954, vol. I, p. 296). Não é ainda S. Exª quem diz que "As influências sintáticas são muito mais difíceis e as mais raras em qualquer língua"? (*Ibidem,* p. 298). Ora, se as morfológicas são poucas, como acentua S. Exª, menores certamente devem ter sido as sintáticas. Para que então discriminá-las? Cumpre-me advertir ao Prof. Silveira Bueno que não fiz um tratado de filologia, mas uma gramática histórica, para satisfazer o programa ginasial em vigor na época. Por isso, julguei-me dispensado de dar maior desenvolvimento a este capítulo. Ainda hoje, apesar de tudo, e mesmo da crítica de S. Exª, não vejo motivo para mudar a minha orientação.

No entender de S. Exª, não resiste a uma crítica séria o que digo do elemento afro-negro: "O que disse do elemento africano, baseando-se nos errados livros que circulam entre nós, não resiste a uma crítica de entendidos".

Sabe o Prof. Silveira Bueno, tão bem quanto eu, que os estudos de africanologia no Brasil são coisa recente. O interesse por eles despertado pode-se dizer que datam de Nina Rodrigues. Talvez seja, por isso, que a nossa bibliografia, relativa ao negro, é ainda tão pobre. No que se refere à língua, então, nem é bom falar!

Ao tratar da influência linguística dos africanos na nossa fala, tive, pois, de cingir-me aos poucos autores que se dedicaram a essa especialidade entre nós, procurando, de seu confronto, extrair aquilo que era aceito pelo consenso da maioria. Não tinha outro recurso. Infelizmente não conhecia naquele tempo, como não conheço ainda hoje, os tais "entendidos" a que S. Exª faz menção, a menos que o meu crítico queira incluir-se entre eles, o que para mim constitui novidade. Se assim for, não terei dúvida, daqui para o futuro, em auscultar-lhe a opinião, sempre que tiver de escrever sobre o assunto.

Não concorda o meu crítico em que sejam de procedência africana, ou em que sejam exclusivas do Brasil, muitas palavras que lá cito

como tais:

> Neste mesmo (refere-se ao vocabulário), muitas palavras, que são dadas por africanas, vieram através do árabe marroquino e entraram na Península e não são exclusivas do port. do Brasil. Assim, da pequena lista de Coutinho, "Cubango, Carangola, Benguela, tutu, cuca", já estavam em Portugal. *Aluá* é do árabe africano e *cachaça* nunca foi africana e muito menos tupi. Encontra-se numa cantiga do *Canc. da Vaticana* já do séc. XIII, de formação puramente românica.

Há aqui algumas afirmações de S. Exª que estão a merecer reparo. Noto no mestre paulista uma pronunciada inclinação para afirmar as coisas, sem aduzir as necessárias provas. Não aponta nenhuma palavra do árabe marroquino entre as citadas por mim, entretanto, assevera que elas são "muitas". Cumpria-lhe, pelo menos, indicar-me algumas, o que talvez não fosse difícil, uma vez que os invasores árabes da Península procediam do norte da África

Examinemos, em primeiro lugar, o caso de *aluá* ou *aloá,* como registra Morais.

Duas etimologias têm sido propostas para esta palavra: o africano *ualua* (Beaurepaire Rohan, *Dicionário de Vocábulos Brasileiros.* Rio de Janeiro, 1889, p. 4) e o árabe *al-haluã* ou *al-halāua* (Mons. Rodolfo Dalgado, *Glossário Luso-Asiático,* Coimbra, 1919-1921, vol. I, p. 28). Digo duas etimologias, porque a hipótese, prevista por Macedo Soares, de uma possível origem tupi *aruâ* não encontrou ressonância entre os linguistas patrícios. (Ver *Estudos Lexicográficos do Dialeto Brasileiro.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 38, nota 6).

O árabe, segundo Dalgado, teria dado duas formas: *alféloa* e *aluá,* a primeira empregada no português continental e a outra no oriental. A identidade de forma – *aluá* no Oriente e *aluá* no Brasil – faz supor que de lá proveio a palavra. Convém assinalar, todavia, que esse étimo apresenta uma dificuldade de ordem semântica. É que *aluá,* no português oriental, é um "doce feito de leite, açúcar, amêndoas pisadas e manteiga" (Índia) ou ainda "doce de coco ralado, *jagra,* castanhas de caju e gergelim" (Goa); no Brasil, como se sabe, é uma bebida muito apreciada em certas regiões. O sentido que tem *aluá* entre nós mais se ajusta ao do vocábulo da língua *ualua,* "espécie de cerveja feita de milho e outros ingredientes". Aparentado com ele, segundo penso, é o castelhano *aloja,* que Fernando Ortiz registra com o sentido de "bebida refrescante compuesta de agua, miel y especias". Deriva-o o africanólogo cubano da raiz *loha, loja* ou *Iwha,* que diz ser "general en los lenguajes bantúes" (Ver *Glossário*

de Afronegrismos, Habana, 1924, p. 24).

Em conclusão, se *aluá* não provém diretamente da forma africana *ualua,* introduzida pelos negros no Brasil, é provável se trate de vocábulo trazido do Oriente pelos portugueses e que aqui sofreu a influência semântica de seu concorrente africano. Mas, poderá objetar-me S. Exª: não se terá originado do árabe a forma afro-negra? Respondo que até lá não chegam os meus conhecimentos. Alguns afirmam que sim. S. Exª, que fala em árabe africano, deve ter elementos para esclarecer este ponto.

Como africana, é que consignam a palavra Nélson de Sena (*Revista de Língua Portuguesa,* vol. XII, 1921, p. 160); Beaurepaire Rohan (*Dicionário de Vocábulos Brasileiros,* Rio de Janeiro, 1889, p. 4); João Ribeiro (*Dicionário Gramatical,* Rio de Janeiro, 1889, p. 310); Carlos Teschauer (*Novo Dicionário Nacional,* Porto Alegre, 1928, p. 46); e Jacques Raimundo (*O Elemento Afro-Negro na Língua Portuguesa,* Rio de Janeiro, 1933, p. 100).

A propósito de *cachaça* muito se tem dito e escrito, o que se justifica por ser ela bebida muito apreciada no Brasil. José Calasans publicou uma interessante monografia, intitulada *Cachaça, Moça Branca,* em que mostra a grande riqueza de sinonímia a que ela deu origem entre nós. As suas virtudes, por vezes contraditórias, são proclamadas em inúmeras quadrinhas que enriquecem a poesias popular brasileira. O largo emprego que tem a palavra no Brasil explica, de certo modo, que Caldas Aulete a considere um brasileirismo. *(Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa.* Lisboa, t. I, p. 257).

Concorreu para roborar a convicção de sua origem africana o uso imoderado que da *cachaça* faziam outrora os escravos e ainda hoje fazem os negros, em nossa terra. Em suas festas, pode faltar tudo, menos a "branquinha". Dessa convicção participa Eugênio de Castro que, descrevendo hipoteticamente um dia de festa entre os nossos negros, não se esqueceu de mencionar, no rol das palavras que julgava de origem africana, justamente *aluá* e *cachaça*:

> No terreiro beirando as senzalas, em dia de festa, fartando-se os negros e as negras de *aluá, cachaça* e quimbembé, ao som do berimbau ou da banza, do agê ou batucagé, do bambulá ou do afofiê, acompanhados do rapear das macumbas, do rufar da puíta, do ronco dos bombos, do ressoar do urucungo e do canzá, do campanular dos adjás e agogôs, se entregariam às suas danças características: caxambus, congadas, lundus, sambas; cambaquerês, jequedês; alujás, bendenguês ou jongos..." (*Ensaios de Geografia Linguística.* 2. ed. São Paulo: Brasiliana, 1941, p. 200).

Reconheço que *cachaça* é antigo termo português. Diz-me o meu crítico que ela já figura no *Cancioneiro da Vaticana,* sem indicar o passo. Lá se acha, com efeito, numa cantiga de Pero da Ponte, sob o n. 1.188, na edição de Ernesto Monaci (*Il Canzoniere Portoghese della Biblioteca Vaticana,* Halle, 1875, p. 416). Na edição de Teófilo Braga, figura à página 228. Também se encontra numa lista de palavras, citadas por Duarte Nunes de Leão, entre as que os português "não tomaram de outras gentes." (Ver *Origem da Língua Portuguesa,* nova Ed. Lisboa, 1864, p. 62). Tenho dúvida, entretanto, em admitir que se trate do mesmo vocábulo que aqui se usa.

Vejamos a cantiga:

Aos mouros que aqui son
don Alvaro rem non lhis dá,
mays manda-lhis filhar raçon
da cachaça e dar-lhis-a
d'al que na cozinh'ouver;
mays o mouro que mi creer
a *cachaça* non filhará.

Mays se lh'a deren logu'enton
aos cães a deytará,
e direy-vos por qual razon,
ca nunca xe lhi cozerá;
e a *cachaça* non a mester
poys que sse non cozer
a quanta lenha no mund'a.

Nen os mouros a meu cuydar
poyl-a vyren non a querram,
mays se a quiseren filhar
direy-vos como lhi faran:
hyla-an logo remolhar,
ea assy soen adubar
a *cachaça* quando lh'a dam.

(Teófico Braga, *Cancioneiro Português da Vaticana*. Lisboa, 1878, p. 228)

A leitura atenta da poesia parece-me não autorizar que se tome aí a palavra *cachaça* no sentido de bebida, não a nossa, já se vê, mas mesmo aquela que Morais consigna como "vinho das borras". (Ver *Dicionário da Língua Portuguesa,* ed. facs. Rio de Janeiro, 1922, vol. I, p. 315). Creio tratar-se de alguma iguaria, que talvez se possa identificar com a carne de porco, ou melhor de porca.

No glossário que apensou à sua edição do *Cancioneiro,* Teófilo

Braga registra *cachaça* como "porca por castrar". Seria, neste caso, a fêmea do *cachaço,* ou seja, do varrão, do porco de reprodução, sentido que é ainda conservado no Brasil. Deve estar aí a chave para a explicação daquele emprego. Resta agora saber se a palavra foi outrora usada em Portugal. Os antigos dicionaristas portugueses não consignam o vocábulo com essa significação. Cândido de Figueiredo, entretanto, afirma que *cachaço,* na acepção de porco, já foi empregado, em Portugal, e que não é um brasileirismo, como quer Macedo Soares: "*Cachaço,* no sentido de porco cevado, é considerado *brasileirismo* pelo dicionário de Macedo Soares; e contudo, em Portugal, o termo devia ser usado antigamente, e dele se serviu Vasco Mousinho de Quevedo, no seu *Afonso Africano.*" (*Novas Reflexões sobre a Língua Portuguesa,* Lisboa, 1923, p. 87).

Admitida esta acepção para o vocábulo, já não haverá mais dificuldade para interpretar algumas frases ou expressões do texto da cantiga que, de outro modo, não se entenderiam, tais como: "aos cães a deytará", "ca nunca xe lhi cozerá", "hyla-an logo remolhar", "ca assy soen adubar" etc.

Consultando as minhas notas, descobri que Sá de Miranda também o empregou, numa carta que escreveu ao seu amigo do Basto, como se pode ver na quintilha que aqui transcrevo:

> Ali não mordia a graça,
> eram iguais os juízes,
> não vinha nada da praça,
> ali da vossa *cachaça*,
> ali das vossas perdizes.

(*Obras Completas.* Lisboa: Sá da Costa, 1937, vol. II, p. 86)

Será que aqui se poderá dar a interpretação de "vinho das borras"? Não me parece, antes me inclino a crer que se trata da mesma palavra da poesia há pouco citada. Registrando a forma *cachaça,* diz Domingos Vieira que Sá de Miranda a usou, mas depreende-se que tem dúvida acerca de sua significação. (Ver *Grande Dicionário Português* ou *Tesouro da Língua Portuguesa,* Porto, 1871-1874, vol. II, p. 18). A prova é que registra o sentido dado por Morais, antepondo-lhe prudentemente um ponto de interrogação. Diante da dificuldade em fixar o sentido exato da palavra que ocorre nos antigos textos portugueses, manda a prudência que se suspenda, até mais ver, qualquer juízo tendente a identificá-la com a forma corrente no Brasil. Digo isso, porque não aceito os passos de mágica, segundo os quais alguns autores pretendem explicar a passagem de

cachaça (porca) à *cachaça* (bebida). Para esses tais, *cachaça* seria a porca velha, de carne rija. Para torná-la mole, era mister adicionar-lhe álcool. Vai daí tomar o álcool o nome de *cachaça.* Convenhamos que, em matéria de humorismo, a explicação não é má. Só resta saber é se alguém, depois disso, teria coragem para tomar a tal *cachaça...*

Diz o meu crítico que *cachaça* (bebida) é de formação românica. Assim, de feito, parece, mas onde a prova? A palavra de S. Exª me merece crédito, contudo, em assuntos da natureza do que estamos discutindo, peço vênia para não levar em consideração o *magister dixit.* O que se quer, antes de tudo, são provas: *res non verba...*

A origem do nosso vocabulário não é tão fácil como se lhe afigura. Não chegaram os dicionaristas a um acordo sobre o seu étimo. Assim é que Adolfo Coelho o consigna, sem lhe dizer a procedência. Cortesão e Cândido de Figueiredo dão-no como derivado do castelhano, mas o *Diccionario de la Lengua Castellana* da Academia Espanhola não indica para ele nenhuma etimologia. Antenor Nascentes diz que lhe corresponde o espanhol *cachaza,* mas parece não repudiar a origem africana, porque cita a opinião de Maximino Maciel e Amadeu Amaral. Como se vê, excluída a procedência africana, nada há de positivo acerca do étimo de *cachaça,* bebida.

A origem afro-negra, no entanto, foi admitida por Maximino Maciel (*Gramática Descritiva,* 7. ed. Rio de Janeiro, 1918, p. 244); Amadeu Amaral (*O Dialeto Caipira,* São Paulo, 1920, p. 43); Nélson de Sena (*Revista de Língua Portuguesa,* Rio de Janeiro, nº 12, 1921, p. 160); Renato Mendonça (*A Influência Africana no Português do Brasil,* Rio de Janeiro, 1933, p. 90); Dante de Laytano (Os Africanismos do Dialeto Gaúcho, *Separata da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico" do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1936, p. 12); e Jacques Raimundo (*O Elemento Afro-Negro na Língua Portuguesa,* Rio de Janeiro, 1933, p. 93; *O Negro Brasileiro,* Rio de Janeiro, 1936, p. 49).

Referindo-me ao dialeto caipira, cito algumas formas nele correntes, para demonstrar que elas denunciam a influência das línguas indígena e africana, com que o português esteve em contato no Brasil. A isso se opõe o meu crítico, dizendo: "Todos os exemplos do n. 581... são formas dialetais encontráveis em Portugal."

No rodapé da página 339 dos meus *Pontos,* em que apresento esses exemplos, chamo a atenção do leitor para o fato de que algumas das formas mencionadas vieram para cá no tempo da colonização: "Algumas

destas formas, todavia, que têm sido consideradas modificações decorrentes da ação *afro-indiana* sobre a língua, foram importadas, na época da colonização, do português lusitano."

Sai-me agora pela frente o Prof. Silveira Bueno e arrojadamente afirma que todas as formas, lá citadas, todas sem exceção, aparecem em dialetos de Portugal. Pois bem. Quero que S. Exª me aponte, na área continental do português ultramarino, *fulô, ioiô, iaiá, nhonhô, nhanhá, sinhô, sinhá* etc. Aponte-me, e não terei dúvida em estender a mão à palmatória. Enquanto não me provar que elas lá existem de fato, continuarei firme na minha opinião.

Não se pode negar que haja casos de suarabáctis, aféreses, apócopes, síncopes etc., em algumas falas atuais do português europeu. Não se segue daí que todos os fenômenos fonéticos semelhantes que as palavras aqui apresentem devam ser tidos como sobrevivências. Às vezes, são fatos paralelos ou independentes. Por caírem o *-r* e o *-l* em certas falas do português lusitânico, estaremos nós obrigados a reconhecer que formas como *falá, coroné* etc., tão radicadas no dialeto sertanejo do Brasil, tenham o seu cordão umbilical preso à linguagem de uma aldeia portuguesa? A aceitar esta conclusão, está S. Exª contrariando a tese que defende, de que em *muié* houve interferência indígena. Como indígena, argumento eu, se num inquérito linguístico a que procedeu Paiva Boléo, em Portugal e ilhas, descobriu o mesmo fenômeno na fala da povoação de Arrifes (Açores)? (Ver *Brasileirismos,* Coimbra, 1943, p. 27). Lá, como aqui, se pronuncia *orvaio, oveia, fio* etc. Logo, a modificação do *lhe* em *y,* ou seja, o *ieísmo* do nosso caboclo não deve ser atribuído ao índio, mas é um açorianismo conservado entre nós. Aceita S. Exª esta conclusão?

Os mesmos fenômenos linguísticos podem, às vezes, verificar-se em domínios diferentes onde se fala uma língua, sem que haja ligação entre eles. Por isso, merecem meditadas as palavras de Rufino José Cuervo, que aqui transcrevo, como advertência aos linguistas precipitados:

> La atenuación de la *s* es fenómeno que se ha observado en épocas y en lenguas muy diversas, y cuyas causas son discutibles, pues mientras que semeja espontánea en unas partes, en otras se le atribuyen influencias étnicas. Por lo mismo no cabe afirmar que haya conexión entre hechos parecidos ó idénticos que existan en partes distantes de un mismo dominio lingüístico, en Andalucia, digamos, y en Chile ó Colombia. (*Apuntaciones Críticas sobre el Lenguaje Bogotano,* 6. ed. Paris, 1914, p. 552).

Diz S. Exª que *Cubango, Carangola, Benguela, tutu* e *zumbi* já estavam em Portugal. Os três primeiros, a que alude, já eram conhecidos no

português europeu, não há negar, mas como nomes africanos, e não como topônimos do português continental. Com efeito, qual a província, cidade, aldeia, bairro, rio etc., de Portugal que trazem aqueles nomes? No Brasil, eles se acham incorporados à nossa corografia, onde *Cubango* é um bairro de Niterói; *Carangola,* uma cidade do estado de Minas; *Benguela,* um rio do município de Mangaratiba (estado do Rio).

No que respeita a *tutu* e *zumbi,* convém assinalar que Cândido de Figueiredo os registra como brasileirismos e apõe-lhes um asterisco para indicar que eles não foram relacionados por nenhum dicionarista antes dele. Como se explica então que, existindo tais formas no português de lá, não tenham sido incluídas nos dicionários anteriores? E mais, que Cândido de Figueiredo, tão conhecedor das falas de sua terra, os cite como peculiares ao Brasil? Não lhe parece isso estranho, Prof. Silveira Bueno?

Quase ao finalizar a sua crítica, aconselha-me S. Exª que não devo "confiar nos escritos de J. Raimundo, errados desde a base".

Não tenho procuração de meu velho amigo e colega no Instituto de Educação do Distrito Federal para o defender de um ataque que reputo injusto. Discordo frontalmente de S. Exª e devo acrescentar que não estou sozinho. Quer uma prova? Limitar-me-ei a repelir o que disseram respectivamente da pessoa daquele professor e sua obra dois grandes estudiosos da língua portuguesa no Brasil: Joaquim Ribeiro e Gladstone Chaves de Melo. Falando acerca do autor do *Elemento Afro-Negro na Língua Portuguesa,* assim se externa Joaquim Ribeiro: "A história da penetração dos afronegrismos no português constitui um problema dificultoso, e, nem mesmo Jacques Raimundo, que, com esta obra, se tornou *a maior autoridade no assunto...*" (*O Elemento Negro* de João Ribeiro, Apêndice. Rio de Janeiro, p. 161). Exalta Gladstone Chaves de Melo a obra de nosso africanólogo, considerando-a a melhor no assunto: "Dos trabalhos até agora publicados, é sem dúvida o de Jacques Raimundo *o melhor* (*O Elemento Afro-Negro na Língua Portuguesa,* Rio de Janeiro, 1933)..." (*A Língua do Brasil,* Rio de Janeiro, 1946, p. 59).

Creio haver respondido aos pontos principais da crítica que me fez o Prof. Silveira Bueno. Como é fácil concluir, não aceito a maioria de seus reparos, mas a verdade é que alguns me foram sumamente úteis, porque me obrigaram a reexaminar os assuntos com mais atenção.

Em retribuição ao seu procedimento comigo, procurei ser urbano com S. Exª: Tive a preocupação de não o magoar em nenhum passo de

minha resposta. A verdade tem em si mesma força bastante para levar a convicção aos espíritos. Não são necessários outros expedientes. Se uma ou outra expressão me saíram mais fortes, creia-me S. Exª que as deve atribuir antes ao estado de ânimo de quem julga um dever inalienável a defesa do patrimônio de suas ideais, do que ao propósito deliberado de molestar ou atingir, mesmo de leve, a pessoa do crítico.

As polêmicas entre nós, infelizmente, quase sempre descambam para o terreno das descomposturas e das retaliações pessoais. Como se dizer desaforos e atassalhar a honra alheia fossem argumentos capazes de dispor alguém a aceitar uma tese ou ponto de vista!... Educadores, cumpre-nos ser serenos, e não, oferecer à mocidade o espetáculo degradante de paixões recalcadas. Combatamos os erros, se é que os há, mas amemos, acima de tudo, os homens, consoante o conselho de Santo Agostinho: *Diligite homines, sed interficite errores...*

ISMAEL DE LIMA COUTINHO

AS CLASSES GRAMATICAIS:
O PROBLEMA DE SUA CLASSICAÇÃO

Paulo Mosânio Teixeira Duarte (UFC)
iorbrunus@gmail.com

RESUMO

O artigo abaixo trata da questão das classes de palavras, focando apenas algumas, do chamado inventário aberto. Para tanto, enfoca o formalismo, no amplo domínio semântico do termo, gerativista e estruturalista, neste tomando por exemplo autores do porte de Camara Jr., Mário Perini, Alarcos Lhorach, ente outros. Não visamos fechar questão, mas apontar problemas, que é o passo número um para soluções ,mesmo provisórias. Concluímos que é erro partir de classes estanques, embora seja possível imaginar uma outra mais plena de fixidez.

**Palavras-chave: Classes de palavras.
Formalismo. Gerativismo. Estruturalismo. Critérios de classificação.**

1. Introdução

O intuito deste trabalho é mostrar o problema das classes de palavras segundo perspectivas unilaterais e aponta a necessidade de enfoques "dialógicos" e de critérios conjugados quando imprescindível. Também sinaliza rever o conceito de classes sempre estanques.

Começamos por focar a abordagem de Câmara Jr.(1981) para depois adentrarmos outras perspectivas. Nosso propósito é apontar dificuldades taxonômicas no âmbito do português e de outras línguas.

Como adepto do relativismo linguístico, cremos que as classes estão sujeitas às culturas e não se submetem docilmente ao formalismo, principalmente àquele de natureza mais acentuada no tocante à autonomia da sintaxe e fundamentalmente à crença em preditibilidade no seio do sistema da língua.

É de bom alvitre deixar claro a distinção entre formalismo e linguística formal como bem deixou elucidado Oliveira (2004). Gerativistas são formalistas, mas, como dilucida a estudiosa, nem todo formalista é gerativa "porque há formalistas descrevendo línguas naturais que não coadunam com a tese da autonomia da sintaxe" (OLIVEIRA, 2004, p. 220). Existem acepções no formal que não focam a língua como cálculo.

A raiz do problema está na concepção de forma ora entendida

como oposta ao sentido, ora como aparência, ora como fórmula (ex.: a forma de um modelo), ora como modelo fundado nas ciências da natureza, ora como cálculo.

Na prática, o problema se acentua. Os funcionalistas de Praga se diziam estruturalistas. O ortodoxo Hjelmslev (1974), segundo o preceito saussuriano de que a língua é forma não substância e que construiu um sistema esotérico e árido, com nomes do tipo *functivo*, *função*, *glossema*, *cenema, plerema* é estruturalista, formalista. Martinet é posto entre os funcionalistas, mas, salvo prova em contrário, não notamos em suas obras pontos comuns dele com Givón, Halliday, Dick. Assumir o caráter de língua como forma a serviço de função , mas sem construir modelos em que se estabeleçam nitidamente as devidas conexões com as interações sociais e as funções textuais não torna um linguista funcionalista no sentido restrito do termo. Hjelmslev (1974) e Llhorach (1981), em obra voltada para o espanhol, fundada nos critérios do Mestre de Copenhague, admitem no modelo, isto é, na Forma da Expressão a entonação (prosodema extenso, dado que no âmbito da frase inteira) e o acento (prosodema intenso (pois nos lindes de um fragmento de frase). Ponto de confluência com o Funcionalismo, embora com desdobramentos diversos, visto que o primeira abordagem entra no nível das regras de uso ao lado das regras de sistema.

A tagmêmica, exemplificada aqui em Wiesemann e Mattos (1980) chegam ao nível do texto. Na Europa, um autor do porte de Pottier (1978) coloca seu modelo linguístico a serviço da substância da expressão. E muitas concepções ainda são mantidas em obra mais atual (POTTIER, 1992).

Em verdade, a forma está na função, conjugada a ela. Por função entendemos as práticas sociais e sua relação com a forma, isto é, SISTEMA <---→ FUNÇÃO, a não ser que incidamos nos primeiros tempos do funcionalismo radical. Porém, hoje, até funcionalistas de proa, admitem certa autonomia da sintaxe. Halliday (1985), coloca a cláusula como eixo dêitico de modo a estudar o que situa abaixo dela (sintagmas), acima dela (o composto oracional), ao lado dela (entonação e ritmo), em torno dela (coesão e discurso). Cumpre dizer que há funcionalistas mais formalistas que outros: Dick (1989) é mais formalista que Halliday (1985), admitindo regras de derivação de predicados e um sistema mais bem rígido.

Isto posto, não há por que aceitar dogmas em linguística. No má-

ximo, princípios flexíveis. Até hoje, não sabemos de fato se a mente (função do cérebro) precede o meio ambiente ou se é o contrário que se sucede. Não temos subsídios fortes para sabermos se os estímulos ambientais são caóticos ou se a é mente que os organiza.

Vale, pois ,a afirmação de Oliveira (2004) em distinguir na linguística dois aspectos: naturalista e o histórico, este não se entendendo no sentido de "passado", porque nos banha a todo instante, e em linguística , se faz presente na sincronia e na história , partes de uma teoria da linguística, mas não da linguagem. (COSERIU, 1979). Na história, vige o desejo, a ideologia. No naturalismo,, por mais "frouxo que seja, constroem-se hipóteses, parte de um *a priori* sobre o mundo e objeto construído com base numa linguagem sobre a linguagem, permitem-se experimentos, verificações e replicações. Diga-se de passagem, é sujeito ao princípio da falseabilidade, mas não permite a garantia da verdade, como bem reconhecera Karl Popper.

É com o espírito aberto, tal como descrito por Oliveira (2004) que vamos nos debruçar sobre as classes de palavras**.**

2. As classes de palavras em português

Câmara Jr. (1981), em português foi o pioneiro entre nós, que sem trair a tradição linguísticas , a organizou, baseado na contribuição de estudiosos de proa, como Bühler, Vendryès e Jespersen, citando aqui só os europeus, embora saibamos que foi tributário da influência americana.

Organizou um sistema de Classes fundado em critérios morfossemânticos:

a) nome: designadores de seres, pertencentes ao campo simbólico da linguagem, e marcado pelo gênero e pelo número;

b) pronome: marcado pela dêixis (embora nossa leitura permita verificar outra marca, a definitude não definitude, para abranger artigos e indefinidos);

c) verbo: designador de processos e marcado por desinências próprias.

Como todo sistema teórico, não está imune a problemas. Por mais que o grande linguista se esforce por justificar que *ser* não é categoria filosófica, é-o. Nomes abstratos, por exemplo, como *amor*, *ódio*. Nomes de ação mesclam duas categorias diferentes em termos aristotélicos. É di-

fícil assumir uma palavra como *julgamento* vista como ser. Diga-se o mesmo de nomes de qualidade como *grandeza.*

Entre os pronomes, o estatuto dos advérbios de tempo é com certeza dêitico, mas difere da dos advérbios de lugar, que permite ligação com os pessoais, em termos de proximidade x não-proximidade. Quer dizer: os advérbios de lugar são mais acentuadamente dêiticos.

Uma novidade é que o sistema de Camara Jr. permite certa economia. Os ditos possessivos, por exemplo, se inserem entre os pessoais. O numeral é tido como nome de número (CÂMARA JR., 1968, sv. NUMERAL), embora ele tenha pontos de contato com os indefinidos *algum/nenhum.O* artigo é posto entre pronomes.

Cada uma das classes é subdividida sintaticamente segundo as linhas mestras de Jespersen:

a) substantivo

b) adjetivo

c) advérbio

O verbo não tem classificação sintática, mas podemos reconhecê-la sem problema: predicado, melhor, núcleo do predicado. O advérbio é o grande problema, mas não é apenas para nosso grande linguista. Falaremos dele a seguir.

No domínio gerativista, Chomsky (RAPOSO, 1992) reconheceu duas classes de palavras, cuja importância não vou justificar porque envolve conhecimentos que julgamos melhor não desenvolver por motivos textuais ligados à digressão (o desdobramento do tema envolve questões *como papéis temáticos* e *atribuição de caso*):

a) nome

b) verbo: classe fundamental na frase

Além destas duas, há, em função das duas primeiras:

c) adjetivo: reúne propriedades do nome e do verbo, isto é , não tem a categoria de Tempo, por exemplo, mas pode ser predicado, como em *Maurício é bom*. Particípios podem tornar-se adjetivos, como em o *dia está ensolarado*.

d) preposição: nem tem propriedades de nomes nem de verbos. Há um autor de proa pouco conhecido entre nós, que, embora parta

de um ponto de vista diverso do de Chomsky, Lhorach (2004) reconhece, como alguns de dos discípulos do linguista americano, quatro grandes classes:

a) substantivo,

b) verbo

c) adjetivo,

d) advérbio

Cada uma delas comporta subdivisões. Por exemplo, há substantivos pessoais (eu), indefinidos (alguém), demonstrativos (isto). Há adjetivos demonstrativos (esta porta), indefinidos (alguns livros). O autor reconhece, dentro das macroclasses, especificidades que demandam subdivisões.

3. Das classes gramaticais: o problema focal único

A problemática é maior que faz supor o esquema chomskyano pelo menos nos manuais de divulgação. Há autores da corrente gerativista que, em vez da preposição ,admitem o Advérbio como básico, chegando inclusive a englobar as preposições neles, o que é absurdo.Outros incluem os advérbios entre as preposições.

Adiantamos nosso ponto de vista bem sumariamente: não podemos asseverar vai que *hoje*, *ontem*, *novamente*, *antigamente* são preposições. Basta verificar que existem combinações de preposições. De outro modo, não há como explicar o fato de os sintagmas destacados no sintagmas nominais: vida *de hoje*, vida *de antigamente*, em que há combinação visível de uma preposição com advérbio. Em outras palavras, o sintagma nominal não se compõe somente de preposição e nome.

Duarte (1983), no livro organizado por Mateus et al. (1983), de modo lúcido e realístico, pelo menos para línguas como o português, não hesita, porém, em admitir cinco classes:

a) nome,

b) verbo,

c) adjetivo

d) advérbio,

e) preposição.

Não cremos ser possível igualar nomes e pronomes, embora ambos possam ser núcleos de sintagma. As expansões são diversas: eu, por exemplo, admite operadores como *apenas*, i*nclusive*, *até*. *Nós*, por seu turno, admite, os quantificadores como *ambos*, *todos*, *dois*: *ambos nós*, *todos nós*, *nós três*. Os motivos são semânticos e não os exploraremos.

O pronome *ele* e suas formas flexionais correlatas podem ser núcleos, no nível endocêntrico e exocêntrico. Admitem referir-se a pessoas, a coisas, a pessoas e coisas, pessoas e animais, a depender de injunções flexionais. Diferem da forma *eu*, que exige referentes com o traço [+ 1ª.PESSOA, +SINGULAR, + HUMANO]. Porém, acatamos de bom grado que, em se tomando o aspecto de núcleos como condição, em termos nominalistas, pronomes são de fato nomes. Todavia com expansões diversas das de um nome clássico, *verbi gratia*, na frase: *todos os dois belos bonitos do parque*. A expansão sintagmática é de natureza sintática sem dúvida.

Os adjetivos são complexos do ponto de vista sintagmático. Um é o comportamento deles como adjuntos, outro como predicados. Não há nenhum contrassenso em admitir-se que junto com verbos de cópula podem ser considerados verbos *sui generis*. Se afirmamos *João é/está doente*, os verbos de cópula conferem à frase aspectualidade, e temporalidade. No gerativismo e na Glossemática, que agregam um forte viés formalista, as categorias verbais são da frase. Por isto, na linguística hjelmsleviana, o tempo, por exemplo, é *morfema extenso*, nome motivado etimologicamente, pois advém do latim *ex-tensum* "que se estira para fora", por oposição a *morfema intenso* (o gênero, por exemplo), *que se conf*ina ao sintagma. Intenso é etimologicamente vinculado a i*n-tensum* " que se contrai, se estira nos limites internos (do sintagma). Ora, as categorias verbais são FLEX ou IP no Gerativismo e se ligam ao todo frasal (cf. RAPOSO, 1992, e LLHORACH, 1981).

O interessante é que estas noções acima de extensão e intensão estão em Pottier (1978), não com estes nomes. Presidem-na a noção de *evolutividade*, a *estatividade* e *causatividade*, conforme os exemplos segundo as categorias semânticas na ordem apresentada :

a) o dia está ficando quente lá fora

b) a calor queimando lá fora

c) o calor queima a calçada lá fora

Não podemos deixar lacunosos os desdobramentos das categorias de Pottier. Estas noções do estudioso francês bem como as complexas subdivisões das mesmas,, cujas linhas não temos condições de tratar nos limites deste trabalho, permitem estudar em conjunto tempo, aspecto e voz sob um ponto de vista sintático-semântico. E persistem até hoje no viés cognitivista que Pottier abraçou (POTTIER, 1992). Em suma, adjetivos como predicados só o são na plenitude se nos ativermos aos verbos de cópula e às noções de Pottier e Hjelmslev. Sós, adjetivos são portadores de certas características que não referiremos aqui. A mais conhecida: deixam-se expandir em sintagmas adjetivais. No âmbito da predicação, são verbos complexos. A força do contexto é imperativa.

O advérbio é o grande problema a enfrentar e está longe de ter solução satisfatória. Para a gramática tradicional, em geral, modifica o verbo , o adjetivo ou outro advérbio :

a) *acordei cedo hoje*,

b) *acordei muito alegre hoje*,

c) *acordei muito cedo*

Num enfoque estrutural, Macambira (1987) expande o espectro adverbial para substantivos ou orações: o então rei da França, Naturalmente sei que a dívida externa é impagável. O conflito não se instaura, pois, numa questiúncula: advérbio ou preposição?

Perini (1995, p. 86-90), baseado em traços formais conjugados a uma perspectiva distribucional, distribui o que chamamos advérbios em grupos:

a) negação:

b) adjunto adverbial

c) adjunto oracional

d) adjunto circunstancial

e) atributo

f) intensificador

Resta, todavia, tratar da modificação substantival. Seria adjunto substantival? Não podemos nos debruçar sobre o assunto, pois isto nos conduziria muito longe.Teríamos de discutir os traços relevados pelo autor e os problemas distribucionais. Além disto, Perini conduz seus racio-

cínios, ao longo do trabalho, por caminhos dialéticos, no sentido platônico do termo. Dialoga, não se pretende confinar numa solução final, dado que, conforme ele deixa assente que assuntos tocantes aos adjuntos por ele postuladas, entre outras, tratadas em sua obra, " é uma das muitas dúvidas a respeito da estrutura da oração que permanecem , por ora, sem resposta " (PERINI, 1995, p. 89).

Um outro problema relativo à tradicional classe dos advérbios é o fato de eles terem comportamento nominal talvez pelo fato de serem dêiticos. Como os pronomes exercem função sintática de núcleos como os nomes:

a) Hoje é bom dia para estudar

b) Ali é bom lugar para viver-se

São todos núcleos do sujeito, o que sustenta a tese de Câmara Jr. (1981) de que são pronomes, pelo menos em parte, pois, de ponto de vista distribucional, têm outros contextos, como modificadores do verbo, por exemplo. Por isto, podem ser partes do sintagma preposicional. Observemos a tríade abaixo:

a) Gosto dali/ gosto de papai/gosto de ti.

Mas modificam verbos e até substantivos ou, mais precisamente, o sintagma nominal:

a) Cheguei hoje.

b) O hoje rei foi antes mendigo.

Vejamos o comportamento de *então,* adjetivo, advérbio e conjunção conclusiva:

a) O então operário foi presidente do Brasil

b) Era bom aquele tempo. Então, não se sofria inflação.

c) Pedro chegou cedo, então deve ter dormido muito.

Em outras palavras, estes advérbios dêiticos supra compartilham traços pronominais, nominais e assumem os seus próprios. No seio de uma classificação do TUDO ou NADA, eles são de difícil classificação. A não ser que adotemos traços de forma e sentido para definirmos formas homônimas. Contudo, isto fica para outro trabalho.

4. Problemas residuais: as categorias híbridas

Apresentamos à guisa de esboço alguns problemas que desenvolveremos noutro trabalho: o das classes nominais. Particípios, por exemplo, segundo a tradição não se tornam Adjetivos, mas tem características de verbo e de nome. MAS NÃO SÓ DO ADJETIVO. Vejamos:

a) os acovardados (substantivo)

b) os comedidos (substantivo)

Isto remete a questões complexas:

a) é uma questão no léxico, na gramática ou em terreno limítrofe?

b) Seria um caso de derivação imprópria? mas este fenômeno a nosso ver é sintático ou de translação na terminologia de Tesnière.

c) seria um resultado de regras de vestígio? (LEMLE, 1984)

Há autores que , em certas passagens, ignoram ou parecem ignorar a categoria de particípio e preferem ora falar de Substantivo ou de Adjetivo. Camara Jr. (1985), por exemplo, chama a frase com voz passiva de frase nominal, quer dizer, o que chamamos particípio é adjetivo. A voz passiva não teria forma própria senão por um predicado nominal, não seria como a voz ativa, marcada por desinências. Em termos de gramática tradicional, repetimos, o predicado é nominal. Sendo assim, numa frase como

a) Maria foi visitada por um anjo,

O verbo é *foi visitada*, *foi* dá as categorias de tempo, modo, número, pessoa e aspecto. Só. O núcleo é o adjetivo *visitada*, que seria uma espécie de radical conjugado por *foi.* Seria uma sorte de verbo sintático : *ser visitado*. O verbo *ser* seria funcional, pois ele se presta a fornecer as categorias de verbo a *visitada*. O verbo, no todo, se atribui ao sujeito: *foi visitada* se relaciona ao sujeito, não apenas *foi*.

Outros tipos de predicação envolvem, diga-se de passagem verbo e o que vem a seguir, substantivo ou adjetivo, que, juntos com o verbo remetem ao sujeito, por exemplo: *eu sinto dor*, em que *sinto dor* refere-se ao sujeito, não apenas *sinto*. Isto para nós é explicável em termos de verbo-suporte e de tipos de predicado, mas eu não vou desenvolver por receio de fugir do assunto e complicar este texto.

Lemle (1984), que é gerativista brasileira, em um livro desigual qualitativamente quanto aos conteúdos, *Análise* Sintática, e Emilio Alarcos Llorach (2004), chegam a dizer que , na frase supra, *Maria foi visitada por um anjo* , *por um anjo* é complemento nominal de *visitada*. Estes estudiosos, negam o particípio, como se vê.

Lemle nega as classes verbo-nominais como um todo. O gerúndio seria um advérbio, na frase *João chegou correndo*. Mas, como explicar o gerúndio numa oração adjetiva: *mulheres comprando roupas gastam muito*? *Comprando* é advérbio ou adjetivo? Se for adjetivo, está se dizendo que pode não haver flexão, o que é incomum em formas adjetivais terminadas em *–o*. Se for advérbio, está se dizendo que orações adjetivas podem ser introduzidas por advérbios. A classe adverbial cresce ainda mais. Não vamos julgar agora o mérito da questão por recearmos uma reflexão superficial e uma solução, ainda que provisória, mal fundada..

E uma oração com infinitivo como *Navegar é preciso*, para a qual se estabelece , no gerativismo,um sujeito que não se realizou, que existe, mas não é expresso por substantivo, ou SN . No estruturalismo, é substantivo e verbo.

Com o infinitivo, outro exemplo: *decidi ler o livro*. Esta é diferente, pois há um verbo flexionado anterior *decidi*. Mas não apresenta sujeito realizado. Há um ponto em comum com a outra: é núcleo do objeto direto *ler o livro*. Vejamos que *ler* tem seu próprio *objeto:* o livro. Ninguém pode negar, no estruturalismo e na gramática normativa, que *ler* tem características mistas que rompem a discreção das classes gramaticais. O gerativismo procura resolver coerentemente as questões de formas nominais com categorias foneticamente vazias no papel de sujeito.

Mas ambivalência das classes não se limita às formas nominais: o artigo é distribucionalmente pronome:

a) O menino sofre quando abandonado

b) Aquele menino sofre quando abandonado.

Pode, claro, remeter ao já conhecido, mas pode apresentar comportamento semântico de quantificador:

c) O homem é animal racional.

Outro problema diz respeito aos conectivos. A lista dos adverbiais está sujeita a revisões. Procurar as regiões limítrofes entre coordenação e subordinação é também outro óbice.

5. *A raiz do problema: a falta do diálogo entre critérios e perspectivas e a ausência de discreção*

De passagem , citamos Rosa , (2003)., apontando questões com outras línguas.Por exemplo, a distinção entre Adjetivo e verbo é muito difícil em chinês. Em outras línguas, o V assume papéis que seriam próprios da reposição (cita Sapir, mas não dá exemplo). Em igbo, há cerca de dez adjetivos. Num de seus dialetos, o cuá, adjetivos preferenciais voltados para noção de dimensão, afora outros de outros diversos valores semânticos. Nas línguas bantas, cerca de cinquenta adjetivos. Resulta um pouco incólume o nome e o verbo com restrições.

Aqui compartilhamos nosso ponto de vista com Nietsche: a lógica, esta fundada na distinção *ser/não -ser*, que vem de Parmênides, chega a Platão, e vem até nossos dias, opera com o pensamento operações estranhas, distantes do mundo concreto. Diz o grande Pai da Metafísica que o pensamento e o ser são a mesma coisa. Mas o pensamento que se julga inerte, move-se. O conflito é fundamente da mente consigo mesma.

Citamos a Física em que a mecânica quântica abraça o princípio da Incerteza de Heisenberg: quanto mais "certo" a posição de uma partícula, mais incerta sua posição. Não entendemos o gosto que o formalismo linguístico busca este ser, ele, que, em compêndios de divulgação cita a Física como exemplo. O naturalismo em linguística parece mais saliente que no âmbito desta ciência natural, que lida com o par caos/forma em convívio.

A saída é buscar nos domínios da linguística um vaso comunicante de critérios e ambivalências. Depois de feito o levantamento de problemas, debruçar-nos-emos sobre uma proposta contemplando certa fluidez, mas, mesmo assim,, interpretável e refutável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA JR , Joaquim Matoso. *Dicionário de linguística e* gramática. São Paulo: Iozon, 1985.

_____. *Estrutura da língua portuguesa.* Petrópolis: Vozes, 1981

_____. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história*. Rio de Janeiro: Pre-

sença, 1979.

DICK, Simon. *The theory of a functional Grammar.* Dorderecht-Holand/Providence RI-EUA, 1989

DUARTE, Inês Silva**.** Descrição e estrutura gramatical do português**.** In: MATEUS et al .*Gramática da língua portuguesa***.** Coimbra: Almedina, 1983.

HALIDAY, M. A. K. **.** *An introduction to functional linguistics.* Baltimore: Edward Arnold, 1985.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LEMLE, Miriam. *Análise sintática.* São Paulo: Ática, 1984.

LHORACH, Emilio Alarcos**.** *Gramática estructural.* Madrid: Gredos, 1981.

_____. *Gramática de la lengua española.* Madrid: Real Academia Española, 2004.

MACAMBIRA, José Rebouças. *Estrutura morfossintática do português*. São Paulo: Pioneira, 1987.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. Formalismos na linguística: uma reflexão crítica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística*: fundamentos metodológicos. São Paulo: Cortez, 2004.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.

POTTIER, Bernard. *Linguística geral*: teoria e descrição. Rio de Janeiro: Presença, 1978.

_____. *Sémantique générale*. Paris: PUF, 1992.

RAPOSO, Eduardo de Paiva. *Teoria da gramática*: a faculdade da linguagem. Lisboa: Caminhos, 1992.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à morfologia***.** São Paulo: Contexto, 2003.

WIESEMANN, Úrsula; MATTOS, Rinaldo de. *Metodologia de análise gramatica*l. Petrópolis: Vozes: 1980.

CONVERSAÇÃO:
MUDANÇA E DESVIO DE TÓPICO CONVERSACIONAL

José Mario Botelho (UERJ e ABRAFIL)
botelho_mario@hotmail.com

RESUMO

Na conversação, que é uma atividade humana, de caráter intelectual, com a participação de duas ou mais pessoas, sempre se instaura pelo menos um tópico, em torno do qual se desenvolve a referida atividade. O tópico conversacional geralmente é desenvolvido por todos os que da conversa participam, e é múltipla a perspectiva do seu desenvolvimento, durante o qual podem ocorrer interrupções de naturezas diversas. Como tal, constitui uma atividade complexa que se caracteriza por ser organizada, apesar de uma aparente confusão estrutural em certos momentos, causados mormente por mudanças ou desvios do tópico conversacional. O presente trabalho constitui-se numa análise da transcrição de uma conversa espontânea entre membros de uma família, com ênfase na organização do tópico conversacional e nas constantes interrupções, que ocorreram durante o encontro. Portanto, o nosso objetivo é descrever tais fenômenos: mudança de tópico (*topic change*) e desvio ou quebra de tópico (*topic shift*) e caracterizar o que garantiu a compreensão da conversa por parte dos seus participantes.

Palavras-chave:
Conversação. Tópico conversacional. Mudança de tópico. Quebra de tópico.

1. Introdução

O tópico conversacional é um dos pontos mais interessantes no estudo da conversação e, em especial, na descrição de seu processo.

Como se trata de uma atividade humana, de caráter intelectual com a participação de pelo menos duas pessoas, a conversação constitui um fenômeno complexo que, por ser organizado, não é anárquico nem aleatório.

Na conversação, o tópico, em geral, é desenvolvido por todos os que dela participam, e é múltipla a perspectiva do seu desenvolvimento, durante o qual podem ocorrer interrupções de naturezas diversas. Tais interrupções, quando motivadas por um dos participantes da conversa em si, podem caracterizar-se como uma mudança do tópico conversacional ou como um desvio (ou quebra), que pode ser espontâneo ou intencional, sempre com o objetivo de manter a referida atividade.

O objetivo do presente trabalho é, pois, observar a natureza do tó-

pico conversacional de uma dada conversa espontânea entre membros de uma mesma família, enumerando as ocorrências de interrupções de elocuções constituídas de elementos mencionáveis não mencionados anteriormente – desvio ou quebra de tópico (*topic shift*) – e de elementos não mencionados anteriormente, com o objetivo de criar um novo conjunto de referentes – mudança de tópico (*topic change*) –, na tentativa de distinguir *topic shift* de *topic change.*

Embora não se pretenda aqui esgotar o tema, a conclusão a que se chegou com a pesquisa é que tais ocorrências, apesar da semelhança, são distintas, já que o que se tem com a interrupção do tópico conversacional com uma elocução constituída de elementos não mencionados anteriormente – *topic change* – é a criação de um novo tópico conversacional, o qual pode desenvolver-se naturalmente ou não, enquanto que a "interrupção", ou melhor, o desvio ou a quebra do tópico conversacional com uma elocução constituída de elementos mencionáveis, que pertencem ao "*frame*" (quadro ou conjunto de caracteres) em desenvolvimento, não mencionados anteriormente – *topic shift* – diz respeito ao próprio conteúdo conversacional.

Logo, será apenas uma pequena contribuição que poderá constituir um caminho, através do qual outros interessados no assunto poderão encontrar subsídios para as suas conclusões.

Para isso, foi feita uma análise criteriosa de uma gravação de 30 minutos de uma conversa espontânea, tendo como apoio teórico os trabalhos de Maynard (1980) e de Marcuschi (1986).

Para maior clareza e evolução do raciocínio que mediou a análise dos dados e as conclusões finais, o trabalho será dividido em três partes distintas.

Na primeira, serão apresentados os princípios teóricos, a partir da descrição de certos conceitos básicos.

Na segunda, serão apresentados os símbolos para a transcrição, o corpus analisado e a análise em si.

Na última, apresentar-se-ão as conclusões finais.

2. *Conceitos Básicos*

2.1. O tópico: segundo Maynard

Para Maynard (*Op. cit.*), tópico é entendido como o assunto ou tema da conversação, ou seja, é o foco da atenção, já que os participantes de uma conversa reconhecem, como regularidade, a relevância de certos elementos em torno do qual gira a conversa, ajustando seus enunciados a eles.

Isto constitui a topicalidade, que não se refere apenas ao conteúdo, mas os procedimentos que os participantes utilizam para revelar a compreensão e realizar uma mudança de tópico, como uma solução nas falhas entre as transições dos falantes.

Segundo o autor, cabe a um dos participantes a responsabilidade de desenvolver um tópico quando lhe for exigido. É o tópico da conversa que propicia a interação entre falantes que interferem com perguntas ou sinais de participação, visando manter uma linha conversacional.

Entretanto, enunciados topicalizados podem falhar na sequência da conversa. Ocorrências de "*gaps*" (intervalos, pausas de pequena extensão) entre turnos e mudança de tópico, como recurso para a recuperação de falhas no turno conversacional, são problemas para serem analisados.

Embora se observe, em pesquisas anteriores, que a maioria das mudanças de tópico é precedida de silêncio, Maynard sugere considerar o ambiente em que se desenvolvem as atividades conversacionais na análise dos mecanismos envolvidos nela e não apenas no que vem imediatamente antes.

Durante uma interação conversacional, em que um dos participantes assume o tópico conversacional, os outros procuram fornecer elocuções mínimas e outros tipos de solicitação que demonstrem atenção e garantam a continuidade da conversa. A falta de solicitação dessas elocuções mínimas podem ocasionar a mudança de tópico.

Maynard lembra que durante a conversa deslocamentos de aspectos do tópico que originam um diferente conjunto de elementos mencionáveis (*topic shift*) podem ocorrer, já que os participantes fazem uso frequente de formulações alternadas sobre um assunto para constituir linhas de conversação tópica diferentes.

Corroborando Sacks (1968), que afirma que "*co-class members-*

hip" é o conjunto de assuntos que giram em torno de um mesmo tema e são compartilhados pelo grupo, Maynard conclui que *topic shift* é um deslocamento de uma asserção genérica para uma particularizada, a qual possibilita a negociação no discurso e uma maior interação da conversa tópica e constituem meios pelos quais mudanças podem ser feitas, constituindo um conjunto de elementos mencionáveis.

Logo, a mudança de tópico (*topic change*) resulta no curso das transições bem sucedidas do falante, e se distingue do desvio de tópico (*topic shift*) por constituir um enunciado novo de elemento que não foram mencionados anteriormente, criando um novo conjunto de referentes e ocasionando uma linha de conversação diferente.

Assim, a distinção estabelecida por Maynard entre *topic shift* e *topic change* é que este último constitui um outro conjunto de elementos, um outro assunto, já que a referência está fora do conteúdo conversacional, e aquele constitui um conjunto de elementos afins que giram em torno de um mesmo tópico, já que a mudança diz respeito ao próprio conteúdo conversacional, i. é, uma quebra relativa, um desvio mais propriamente.

2.2. Tópico: segundo Marcuschi

Contrariando Sacks (*Apud* COULTHARD, 1977, p. 75), que em suas aulas em 1968 considerava delicado a exploração do tópico na conversação, sendo difícil propor procedimentos formais para a sua organização, Marcuschi afirma que é possível descrever a organização do tópico, já que é de algum modo estruturado.

Para isso, lembra que "as conversações iniciam-se com o tópico que motivou o encontro" (MARCUSCHI, *op. cit.*, p. 77), mas que também podem ter um início inusitado, caso o encontro seja fortuito. Em ambos os casos, contudo, a passagem de um tópico para outro é bem característica.

> Uma conversação fluente é aquela em que a passagem de um tópico a outro se dá com naturalidade, mas que é muito comum que a passagem de um tópico a outro seja marcada. (MARCUSCHI, 1986, p. 77)

Entre os referidos marcadores, há os que anunciam uma digressão, os que provocam uma mudança relativa no desenvolvimento do assunto, e os que retomam um tópico que fora interrompido.

Lembra também que podem ocorrer mudanças de tópico sem que haja qualquer aviso. Os marcadores, nesse caso, têm outra natureza.

Sobre a armação do quadro tópico, o autor se baseia na proposta de Sacks, que distingue "falar topicamente" e "falar sobre o tópico", pois há a possibilidade de vários indivíduos falarem topicamente sem desenvolver o mesmo tópico, isto é, preservarem a coerência apesar de "mudarem" o tópico.

Embora tudo indique que a regra básica da organização tópica seja: a ocorrência de dois turnos contíguos que apresentam o desenvolvimento do mesmo conteúdo constitui o mesmo tópico, e a ocorrência de dois turnos que não sequenciam o mesmo conteúdo constitui uma mudança de tópico, Marcuschi afirma que entre tais continuidade e mudança de tópico é possível ocorrer uma quebra do tópico.

Para estabelecer a diferença entre a quebra e a mudança de tópico, o autor corrobora Stech (1982, p. 20):

> (a) a mudança de tópico ocorre quando o tópico chega ao seu final, caracterizando uma terminação;
>
> (b) a quebra de tópico ocorre quando o tópico foi interrompido, podendo retomar. (*Id*., *ibid*., p. 81)

Segundo Marcuschi, é flagrante a diferença entre a mudança de tópico e a quebra de tópico:

> Na mudança dá-se a introdução de um novo tópico pela terminação do anterior; na quebra dá-se a introdução do novo tópico pela interrupção do anterior." (*Id*., *ibid*., p. 81)

Esta quebra pode ser ocasionada pela chegada repentina de alguém, ou qualquer fato que, por ventura, ocorra no ambiente em que se desenvolve a conversação, ou uma simples associação de elementos mencionáveis, etc.

Logo, é possível a ocorrência da quebra do tópico, sem que a coerência entre os turnos seja afetada e sem que a contiguidade dos turnos se desfaça, uma vez que a coerência conversacional se dá na relação dos tópicos e não propriamente na seleção de um turno a outro.

Assim, na distinção estabelecida por Marcuschi entre quebra de tópico e mudança de tópico, verifica-se que a primeira "é uma mudança de tipo especial, sentida como interrupção". A "quebra de tópico" deve ser entendida como um desvio e não exatamente como uma troca de tópico, como o é no que se denomina "mudança de tópico".

2.3. Considerações acerca de tópico

A partir do que foi exposto nos itens anteriores, pode-se dizer que, em uma interação, tópico conversacional é o conjunto de elementos sobre o qual mais de uma pessoa conversa e que uma conversação só ocorre se existir algo sobre o que conversar.

Sendo o tópico conversacional um verdadeiro "*frame*" – quadro constituído de elementos afins mencionáveis –, sempre que elementos estranhos forem mencionados durante uma conversa, um novo frame se forma.

Logo, numa interação conversacional pode-se desenvolver um único tópico ou mais de um tópico. Quando um tópico chega ao fim (por ter sido devidamente completado ou por ter sido abandonado ou até mesmo ignorado) e outros elementos diferentes são desenvolvidos, dá-se uma mudança de tópico (*topic change*); quando um tópico é interrompido por elementos afins, dá-se um novo curso do tópico (*topic shift*, para Maynard; quebra de tópico, para Marcuschi), que vimos denominando desvio de tópico. Neste último caso, o tópico pode ser retomado normalmente ou ser esquecido.

Portanto, além de *uma mudança de tópico* e de *um novo curso do tópico* ou *subtópico*, observam-se também os fenômenos de *retomada de tópico* (quando um tópico, que fora interrompido por uma elocução constituída de elementos afins ou que fora abandonado anteriormente, recebe a atenção dos falantes e pode desenvolver-se novamente) e de elocuções interferentes – mudança de tópico em progresso, segundo West e Garcia (1988) – mudança de tópico que não se desenvolve (quando um tópico é interrompido por uma elocução constituída de elementos estranhos que compõem outro frame, mas não é desenvolvido ou é simplesmente ignorada). Não rara é também a ocorrência de *uma mudança de alinhamento* (segundo Goffman, 1976), é quando ocorre a transferência do alinhamento conversacional)

3. *Análises dos dados*

3.1. A coleta de dados

Os dados foram obtidos a partir de métodos etnográficos, já que foram extraídos de uma conversa informal – atividade humana –, entre membros de uma família, gravada em uma fita cassete. Foram feitos 30 minutos de gravação, os quais serviram para a análise a que se propõe este trabalho.

A gravação foi feita em 31 de maio de 1997, na varanda da casa de S., durante um lanche vespertino, o qual oferecia à família e aos parentes que os visitavam.

Os participantes são: S. (a anfitriã) – 43 anos, apreciadora de música (samba e pagode, em particular); Z. (irmão de S.) – 40 anos, intelectual; Ch. (cunhada de S. e esposa de Z.) – 36 anos, professora primária; A. (filho de S.) – 17 anos, estudante; e I. (sobrinha de S. e filha de Z. e Ch.) – 10 anos.

Ocorreram basicamente dois tópicos conversacionais: apresentações musicais (*show*) e música (especialmente as de grupos de pagode) – tópico principal; e comida (já que a conversa se deu durante um lanche) – tópico secundário.

Embora todos participassem do tópico principal, ocorreram conversas paralelas entre pares mínimos e interrupções (quebra de tópico momentânea, com retomada adiante. Marchuschi (*Ibidem*, p. 81). Daí, não rara a ocorrência de participações de um dos pares em mais de uma conversa (Z. conversa com sua filha I., ao mesmo tempo em que conversa ora com seu sobrinho A. ora com sua irmã S., como se pode observar), e a de vozes incompreensíveis, por serem simultâneas.

3.2. Símbolos utilizados:

Para a transcrição, foram usados os seguintes símbolos propostos por Atkinson & Heritage (1984):

[– sobreposição de elocuções;

[ ] – sobreposição localizada;

[[– elocuções simultâneas;

= – ligação entre partes da elocução de um mesmo falante e ocorrência imediata de elocuções adjacentes;

- - - - – silabação (de uma única palavra e de mais de uma);

... – eliminação de trecho, marcando o início e o fim da transcrição analisada;

(( )) – comentários do analista;

( ) – dúvidas do analista ou incompreensão

:: – extensão do som vocálico;

/ – truncamento (estruturas sintáticas truncadas);

(+) – pausa ou intervalo pequenos (pausas maiores que 1.5 são indicadas); e

Maiúsculas – pronúncia mais forte.

” (interrogação), **’** (vírgula ou ponto-e-vígula) e **,** (ponto final) – sinais de pontuação.

Além desses símbolos acima, foram utilizados os abaixo para marcar a linha em que ocorre um dos fenômenos a serem analisados:

⇑ – mudança de tópico (*topic change*)

⇒ – subtópico ou desvio ou quebra de tópico (*topic shift*)

⇔ – retomada de tópico

⇐ – elocução interferente (mudança de tópico em progresso – West e Garcia, 1988)

3.3. Transcrição da conversa

Como ocorreram conversas paralelas (por vezes, truncadas) entre pares mínimos que participavam de mais de uma conversa quase que ao mesmo tempo, serão apresentadas quatro transcrições: uma da gravação na íntegra com as conversas que ocorriam simultaneamente e outras três em que os pares mínimos são agrupados (conforme os pares adjacentes) de forma coerente.

3.3.1. Transcrição da conversa na íntegra

01 ...

A.: quand'eu vi::... ((chega, cantando um samba))

S.: tá ótimu, ((conversando com a cunhada Ch.))

I.: é a música do telegrama' pai, ((olhando para o pai, que gosta daquela música))

05 S.: Exalta Samba tá ótimu,=

Z.: hã" ((em atenção à filha))

S.: = todas as músicas tão boa,

I.: música do telegrama' (+) quela: mi: li::ga,

09 A.: mas' Só pra Contrariá tá melhó / Só pra Contrariá ((olhando para S.))

⇐ Z.: vai vê agora" ((perguntando ao A. sobre uma fita de vídeo alugada))

⇒ I.: claro, cê só sabuma MUSca' também' né"

⇒Ch.: (ih' u natal vai ficar bom,) ((comentam sobre as eventuais festas em que se escutarão sambas))

I.: cê só sabuma Música,

15 A.: o QUÊ"

I.: só pra Contrariá' cê só saBUma música,

Z.: NOssa Senhora,

A.: qual é' I."

⇒ Z.: já erum problema escutar só UM samBInha,

⇒ I.: CANta, ((para o A.))

21 S.: ((risos))

Ch.: a:i' meu Deus,

Z.: (incompreensível)

A.: ah' é::

⇔S.: Arti Populá,

26 Z.: NOssa Senhora,

I.: não' CANta'a música, ((para o A.))

S.: Exalta Samba,

Z.: NOssa Mãe,

30 A.: (depois do CD) cê qué qu'eu canti"

I.: é::

S.: Raça Negra' Só pra Contrariá,

I.: CANti, (incompreensível) cê canti todas as musca, [todas qui você sabi

A.: [pô' mas aí' não sei todas,

35 S.: Claudinhu Buchecha,

I.: ah:' então PRONtu,

S.: e aquela porcaria Capu [eira

Z.: [qui'ocê comprô lá" qualé o nomi" ((para a Ch.))

Ch.: Moleju,

40 S.: Mole [ju,

Ch.: [pode jogá o pescocinhu pro ladu, vai, ((cantando))

Z.: tem um outru lá qui canta mal pra caRAMba / a voz do cara pareci qu'ele tá :: [

A.: [esse a gente tem gravado (incompreensível)

⇑ S.: viu o chou du: Fláviu Venturini doMINgu nu::: nu onzi"

46Ch.: num vi não,

S.: domingu' tava nu onzi' u Fláviu Venturini,

Z.: é::' né"

S.: tava boNItu,

50 ((silêncio)) ((barulhos de motor))

⇑ S.: o café (incompreensível), ((olhando para Z., a respeito de um copo sobre a mesa))

Z.: num esquenta não (incompreensível), ((olhando para a S.))

Ch.: não' já boTEI isto aí' meu filhu,

Z.: caFÉ”

55 S.: Ch. já botô’ tá botadu,

((silêncio))

⇒ S.: cê qué mais QUIbi”

((silêncio))

S.: qué mais” ((olhando para Z.))

60A.: (incompreensível) ((entrando na conversa de S. e Z.))

I.: só: tem um’ [A.,=

A: [meu’tiu qué mais,

I.: = A.’ tem um,

64S.: Z.’ gostô do quibi’com’pão”=

⇒Z.: quibi’com’pão,=

((risos))

Z.: = muito bom,=

((risos)

I.: é o quibi’com’pão,

70Z.: = quem vai di’quibi’com’pão”=

I.: pa::i’ (1.8) papai’ [papai’papai=

Z.: [= tá muitu bom,

⇔ (incompreensível) ((S., Ch. e Z. voltam a falar sobre shou; agora o do Netinho, que ocorrera na Portuguesa – Ilha do Governador –, no domingo anterior))

75Z.: fali, (respondendo à I.)

I.: = que-ro-mais-PÃO,

((vozes, barulhos))

I.: que-ro-mais-PÃO, ((falando baixinho))

((vozes, barulhos))

80 I.: dá pra mim:: ((olhando o pão na mão do pai))

Z.: ah:: [I.,=

I.: [ma:guei::

Z: = dá um taime,

⇒ S.: seria bom se fossi nu sábadu, né? qui a genti ficava lá::, dorMIa, né?

⇐ I.: maguei, (1.9) ó::' aqui' ó::. aqui pra você' ó, ((mostrando a blusa com a estampa do Piu-Piu))

S.: aí' domingu (incompreensível)=

= domingu vinha imbora' né' Z."

90 I: ah' aqui' ó' aqui pra você' ó,

S.: aí' A. durmiu / [ter qui vi'mbora / lo:go= ((falando com o Z.))

Ch.: [A.' o chou foi muito legal, cês deveriam ter idu (incompreensível)

S.: = domingo de manhã / e atrasava o Z. / o A.:: / pra fazer marmita=

94Z.: é:: (++) o dia não foi bom,

⇐ I.: o A. só pensa em comer,

⇒Ch.: o do Lulu foi na sexta / sexta pra mim tá bom (++) / sexta

S.: bom' genti' sexta é legal, ((entrando na conversa de A. e Ch.))

((silêncio))

⇔A.: (cê num foi pru'chou' foi pra PorteLInha) ((olhando para S., que conversa com Z.))

[[⇔Z.: ó' pra mim=

101S.: [(incompreensível) ((vozes))

Z.: = pra mim' qualquerum dia tá bom,

S.: sempre quandu A. fala: não' eu vou ao chou' prefiru ir pra Portelinha, ((olhando para o A.))

105Z.: pra mim qualqué'dia tá BOM' porqu'é lá pertu de casa=

S.: [é,]

Z.: = eu não trabalho de manhã mais,

((silêncio))

⇐ I.: vamos tirá o pé do CHÃO, ((olhando para o bebê))

110S.: (incompreensível) no trabalhu= ((olhando para a Ch.))

⇔Z.: mas realmente' domingo num foi um bom dia' não, ((olhando para o A.))

S.: = eu vinha m'imbora,

Z.: podia ser é:: (+++) sexta-feira ou sábadu,

Ch.: no doMINgu lotô daquela maneira' imagine se fosse no sábadu"

115A.: melhó sábadu' né" ((olhando para o Z.))

Z.: melhó sábadu,

((silêncio))

Z.: SEXta também é um bom dia,

A.: é::

120Ch.: sábadu (+) sábadu [a genti num ia anda,

S.: [(melhó é u domingu, / melhó dia pra festa) (2.8) né"

((silêncio)) ((vozes))

⇑ Z.: cadê o quibi, S."

S.: já vai saí,

3.3.2. Transcrição da conversa entre A. e I.

01 ...

A.: quand'eu vi::... ((chega, cantando um samba))

I.: é a música do telegrama' pai, ((olhando para o pai, que gosta daquela música))

música do telegrama' (+) quela: mi: li::ga,

05 A.: mas' Só pra Contrariá tá melhó / Só pra Contrariá ((olhando para S.))

⇒ I.: claro, cê só sabuma MUSca' também' né"

cê só sabuma Música,

A.: o QUÊ"

I.: só pra Contrariá' cê só saBUma música,

10A.: qual é' I."

⇒ I.: CANta, ((para o A.))

A.: ah' é::

I.: não' CANta'a música, ((para o A.))

A.: (depois do CD) cê qué qu'eu canti"

15I.: é::

I.: CANti, (incompreensível) cê canti todas as musca, / [todas qui você sabi

A.: [pô' mas aí' não sei todas,

I.: ah:' então PRONtu,

...

3.3.3. Transcrição da conversa de S., A., Ch., Z. e I.

01 ...

S.: tá ótimu, ((conversando com a cunhada Ch.))

Exalta Samba tá ótimu,=

=todas as músicas tão boa

05A.: mas' Só pra Contrariá tá melhó / Só pra Contrariá ((olhando para S.))

⇒Ch.: (ih' u natal vai ficar bom,) ((comentam sobre as eventuais festas em que se escutarão sambas))

Z.: NOssa Senhora,

⇒ Z.: já er'um problema escutar só UM samBInha,

10 S.: ((risos))

Ch.: a:i' meu Deus,

Z.: (incompreensível)

⇔S.: Arti Populá,

Z.: NOssa Senhora,

15S.: Exalta Samba,

Z.: NOssa Mãe,

S.: Raça Negra' Só pra Contrariá,

Claudinhu Buchecha,

[Capu eira

20Z.: [e aquela porcaria qui'ocê comprô lá" qualé o nomi" ((para a Ch.))

Ch.: Moleju,

S.: [Mole ju,

Ch.: [pode jogá o pescocinhu pro ladu, vai, ((cantando))

Z.:tem um outru lá qui canta mal pra caRAMba / a voz do cara pareci qu'ele tá::

25A.: [esse a gente tem gravado (incompreensivel)

⇑ S.: viu o chou du: Fláviu Venturini doMINgu nu::: nu onzi"

Ch.: num vi não,

S.: domingu' tava nu onzi' u Fláviu Venturini,

30Z.: é::' né"

S: tava boNItu,

((silêncio)) ((barulhos de motor))

⇑ S: o café (incompreensível), ((olhando para Z., a respeito de um copo sobre a mesa))

Z.: num esquenta não (incompreensível), ((olhando para a S.))

35Ch.: não' já boTEI isto aí' meu filhu,

Z.: caFÉ"

S.: Ch. já botô' tá botadu,

((silêncio))

⇒ S.: cê qué mais QUIbi"

40 ((silêncio))

S.: qué mais" ((olhando para Z.))

A: (incompreensível) ((entrando na conversa de S. e Z.))

I.: só: tem um' [A.,=

A: [meu'tiu qué mais,

45 I.: = A.' tem um,

S.: Z.' gostô do quibi'com'pão"=

⇒Z.: quibi'com'pão,=

((risos))

Z.: = muito bom,=

50 ((risos)

I.: é o quibi'com'pão,

Z.: = quem vai di'quibi'com'pão"=

I.: pa::i' (1.8) papai' [papai'papai=

54Z.: [= tá muitu bom,]

⇔ (incompreensível) ((S., Ch. e Z. voltam a falar sobre shou; agora o do Netinho, que ocorrera na Portuguesa – Ilha do Governador –, no domingo anterior))

Z.: fali, (respondendo à I.)

I.: = que-ro-mais-PÃO,

((vozes, barulhos))

60I.: que-ro-mais-PÃO, ((falando baixinho))

((vozes, barulhos))

I.: dá pra mim:: ((olhando o pão na mão do pai))

Z.: ah::,[I.,=

I.: [ma:guei::

65Z: = dá um taime,

⇐I.: maguei, (1.9) ó::' aqui' ó::. aqui pra você' ó, ((mostrando a blusa com a estampa do Piu-Piu))

I.: ah' aqui' ó' aqui pra você' ó,

3.3.4. Transcrição da conversa (paralela) de S.e Z.; Ch. e A.

01 ...

⇔ (incompreensível) ((S., Ch. e Z. voltam a falar sobre show; agora o do Netinho, que ocorrera na Portuguesa – Ilha do Governador –, no domingo anterior))

((vozes, barulhos))

⇒S.: seria bom se fossi nu sábadu' né" qui a genti ficava lá::' dorMIa' né"

06 aí' domingu (incompreensível)=

= domingu vinha imbora' né' Z."

aí' A. durmiu /[ter qui vi'mbora / lo:go= ((falando com o Z.))

Ch.: [A.' o chou foi muito legal, cês deveriam ter idu (incompreensível)

10S: = domingo de manhã / e atrasava o Z. / o A.:: / pra fazer marmita=

Z.: é:: (++) o dia não foi bom,

⇐I.: o A. só pensa em comer,

⇒Ch.: o do Lulu foi na sexta / sexta pra mim tá bom (++)/ sexta

14S.: bom' genti' sexta é legal, ((entrando na conversa de A. e Ch.))

((silêncio))

⇔A.: (cê num foi pru'chou' foi pra PorteLInha) ((olhando para S., que ainda conversa com Z.))

⇔Z.[[ó' pra mim=

S.[[(incompreensível) ((vozes))

20 Z.: = pra mim' qualquerum dia tá bom,

S.: sempre quandu A. fala: não' eu vou ao chou' prefiru ir pra Portelinha, ((olhando para o A.))

Z.: pra mim qualqué'dia tá BOM' porqu'é lá pertu de [casa=]

S.: [é,]

25 Z.: = eu não trabalho de manhã mais,

((silêncio))

S.: (incompreensível) no trabalhu= ((olhando para a Ch.))

⇔ Z.: mas realmente' domingo num foi um bom dia' não, ((olhando para o A.))

S.: = eu vinha m'imbora,

30 Z.: podia ser é:: (+++) sexta-feira ou sábadu,

Ch.: no doMINgu lotô daquela maneira' imagine se fosse no sábadu"

A.: melhó sábadu' né" ((olhando para o Z.))

Z.: melhó sábadu,

((silêncio))

35Z.: SEXta também é um bom dia,

A.: é::

Ch.: sábadu (+) sábadu [a genti num ia anda,

S.: [(melhó é u domingu, / melhó dia pra festa) (2.8) né"

((silêncio)) ((vozes))

⇑ Z.: cadê o quibi, S."

S.: já vai saí,

3.4. Análise dos dados

As interrupções analisadas são de diferentes naturezas, já que se referem ou a um elemento local (devido à influência da situação e ambiente conversacional, criando um frame natural) ou a um elemento mais ou menos relacionado ao tópico em desenvolvimento (devido a uma necessidade momentânea de natureza variada) ou a um elemento totalmente novo (devido à necessidade de se manter o contato, mesmo depois de concretizada uma fala tópica). Constata-se, nesta gravação, que as interrupções, apesar de suas naturezas diversas, não destroem completamente o tópico principal, o qual é retomado normalmente.

Analisando a transcrição da conversa na íntegra (consultando, sempre que for necessário), verifica-se que na linha 10 ocorre uma elocução interferente (mudança de tópico em progresso, que não se desenvolve), que é ignorada pelo falante selecionado, o A., que vinha cantarolando normalmente. Nesta elocução, que parece estranhíssima, o conhecimento compartilhado por Z. e A. poderia favorecer o desenvolvimento do tópico, o que não ocorre, porque A. preferiu responder a I., que também o selecionava.

Isto pode ser explicado da seguinte forma: o tópico desenvolvido por A., S., Ch. e I. é sobre conjuntos de pagode, que nada tem a ver com a fita de vídeo (filme de aventura "A Fortaleza") a qual se refere Z., embora Z. estivesse tentando dar continuidade a um tópico conversacional antigo entre eles (A. e Z.). Enquanto a pergunta de I. (que introduz um tópico constituído de elementos afins) está relacionada ao tópico em desenvolvimento, já que A. chega cantarolando um pagode. Logo, a contensão é bem maior para A. atender a Z. do que atender a I. Por isso, a elocução de Z. é ignorada.

Na linha 11, ocorre o primeiro *topic shift*, já que a elocução é constituída de elementos afins, pois "música" pertence ao mesmo frame a que conjuntos de pagode pertencem, mantendo, assim, a coerência conversacional.

Na linha 12, apesar de ser incompreensível, faz-se comentários sobre as festas de final de ano, nas quais serão ouvidos os CDs que foram comprados por S. A. e Ch., já que antes não havia muitos CDs de pagodes (parte do conhecimento compartilhado pelos falantes). Isto caracteriza um novo curso do tópico ou subtópico ou desvio de tópico (*topic shift*), pois nas festas serão ouvidas as músicas daqueles conjuntos de pagode de que falavam, embora o tópico neste caso seja novo: "festas".

Na linha 19, Z. fala do seu "problema" que terá nas festas em ter que escutar tantos pagodes, o que constitui um novo curso do tópico que vinha sendo desenvolvido (festas em que se escutarão pagodes). Esta quebra sutil do tópico também constitui um *topic shift,* que não se desenvolve completamente, exatamente porque a seguir, na linha 25, o tópico principal (conjuntos de pagode) é retomado por S.

Na linha 20, ocorre uma elocução intrigante, I. vinha discutindo com A. o fato de A. só saber cantar uma música, e ela então impera que ele cante outra. O curso do tópico é mudado, já que estava centrado no tema "música". O imperativo "cante" constitui algo parecido com uma "mudança de enquadramento" – um tipo especial de topic shift, uma vez que pertence ao mesmo frame a que "música" pertence.

A primeira mudança de tópico (*topic change*) acontece na linha 45. Mas este caso também é muito intrigante, pois, se por um lado o tópico é outro, e bem diferente (*show* de televisão de um cantor romântico em oposição a grupos de pagode), a relação que existe entre eles é flagrante. Observe que a elocução de S. se fez de forma abrupta, tomando o turno de A. que falava de uma gravação do grupo Molejo. Esta gravação, certamente, tivera sido feita de uma programação televisiva; quiçá, do Canal 11. Isto, junto com os tópicos "música e grupos de pagode", desperta o novo tópico, que compõe com aqueles um frame bem maior. Nesse caso, seria preferível considerar este caso um *topic shift* a um *topic change,* pois numa relação de contiguidade dos tópicos sempre encontraremos um único frame, o que tornaria a ocorrência de um topic change questionável.

Na linha 51, ocorre outro *topic change* – uma típica mudança de tópico causada pelo ambiente, já que a conversa se dava durante um lanche e, principalmente, porque houve um silêncio muito extenso. A mudança se desenvolve normalmente.

Na linha 57, quando S. pergunta a Z. se ele quer mais quibe, embora pareça ser uma mudança de tópico em relação às elocuções anteriores, constitui apenas um *topic shift*, pois os elementos mencionados compõem com "café" o mesmo frame. Logo, o tópico é o mesmo.

Interessantíssimo é o que ocorre nas linhas 65 e 73, após S. (na linha 64) perguntar a Z. se ele gostou do quibe com pão (uma mistura inusitada). A elocução, por ser sonoramente também inusitada, porém agradável, soou engraçada e causou na linha 65 uma mudança de alinhamento que, segundo Goffman (*Op. cit.*), ocorre quando o alinhamento da con-

versação se transfere. Neste caso, em que havia uma certa seriedade no contato daqueles participantes, instaurou-se uma situação cômica.

Na linha 74, o tópico "*show* de música" é retomado após esgotada a situação cômica das elocuções anteriores. Observe que esta retomada de tópico surge com elementos mencionáveis não mencionados anteriormente, o dado novo "Netinho na Portuguesa no domingo" é incorporado. O que sugere um novo enfoque no antigo tópico: o cantor baiano Netinho, ou a Portuguesa (lugar distante) ou o domingo (dia ruim para um espetáculo). Se esse novo enfoque for considerado, nada houve na linha 84, quando S. fala da conveniência do sábado para a realização do espetáculo. Mas se o enfoque for o show em si, na linha 85 temos mais um topic shift.

Na linha 96, a elocução de Ch. é outro subtópico, que introduz um dado novo, o cantor Lulu Santos, que compõe com o Netinho, os grupos de pagode, o cantor Flávio Venturini e os dias da semana o frame "show". É isto que é desenvolvido em seguida.

Na linha 99, após um silêncio, A. retoma o tópico show, que, apesar de Z. retomar em seguida o tópico "dia da semana", selecionando S., esta preferiu responder a A.

Porém, Z. insiste e S. responde também a ele, mas sem demonstrar muito interesse, tanto que mais adiante prefere mudar de par. O que é mais interessante ainda é que o tópico que prevalece até o final, inclusive por S. e seu novo par, é o tópico "dia da semana".

Outra elocução interferente é produzida por I. na linha 109. Como I. não seleciona nenhum daqueles participantes, mas se dirige a um bebê (num verdadeiro solilóquio), não ocorre nada além.

Na linha 112, Z. retoma o tópico "conveniência do dia do espetáculo", com o A., que havia se esgotado, quando conversava com S. É interessante observar que paralelamente à conversa de Z. e A., Ch. e S. falam do mesmo assunto: o tópico que prevalece é a "conveniência do dia do show do Netinho", que se desenvolve até o final da conversa.

Por último, na linha 124 ocorre mais uma mudança de tópico, com uma pergunta inusitada ("cadê o quibe, S.?"), influenciada pelo ambiente conversacional, já que S. fritava mais uma porção de quibes.

4. *Considerações finais*

Pôde-se perceber que toda conversação é comandada pelo princípio da cooperação entre indivíduos e que só se estabelece e se mantém, se houver algo sobre o que conversar.

Nesta transcrição, pôde-se perceber que o tópico principal se manteve apesar das várias interrupções. E que o ambiente e o contexto atuaram de forma relevante na produção das mudanças e dos desvios de tópicos analisados.

As interrupções analisadas caracterizaram-se de dois tipos diferentes: aquelas em que o tópico conversacional é mantido, já que são elocuções constituídas de elementos que compõem um mesmo frame e, por isso, devem ser chamadas de subtópicos (*topic shift* – desvio ou quebra de tópico) – um novo curso do tópico; e aquelas em que o tópico conversacional dá lugar a outro tópico, já que são elocuções constituídas de elementos que compõem um outro frame e, por conseguinte, devem ser chamadas de mudanças de tópico em si (*topic change*).

Certo da complexidade do tema e da necessidade de uma análise mais aprofundada, julgamos ser o presente trabalho, que não pretende esgotar o tema, uma contribuição para os interessados no assunto, sobre o qual muito ainda há para se pesquisar.

Esperamos, contudo, que tenhamos estabelecido a distinção entre *topic shift* e *topic change*, que, em princípio se confundem, já que se referem a fenômenos semelhantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATKINSON, J. Maxwell; HERITAGE, John. Transcript notation. In: *Structures of social action. Studies in conversation analysis*. Cambridge, Cambridge University Press, 1984. p. ix-xvi.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. 5. ed. Campinas, Editora da UNICAMP, 1996.

GOFFMAN, Erving. *Replies and responses*. Language in Society (5):257-313, 1976.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da Conversação*. São Paulo, Editora Ática, 1986.

MAYNARD, Douglas. Placement of topic in conversation. *Semiotica* 30, 3/4:263-290, 1980.

_____; ZIMMERMAN, Don H. Topical talk, ritual and social organization of relatioships. *Social Psychology Quarterly*, 47(4):301-16, 1984.

SACKS, Harve; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. A simplest sistematics for the organization of turn-takiing for conversation. *Language*, 50(4):696-735, 1974.

SCHEGLOFF, Emmanuel A. Sequencing in conversational openings. In: GUMPERZ, John J.; HYMES, Dell (Eds.). *Directions in Sociolinguistics*. New York, Holt, Rinehart & Winston, 1972, p. 346-380.

_____; SACKS, Harvey. Opening up Closings. In: TURNER, Rey. *Ethnomethhodology. Harmondsworth*, England, Penguin, 1974. P. 233-64 (Artigo publicado em Semiótica, 8: 289-327, 1973).

WEST, Candace; GARCIA, Angela. *Conversational shift work: a study of topical transitions between women and men*. Santa Cruz, University of California, 1988.

ISMAEL DE LIMA COUTINHO
E OS ESTUDOS LINGUÍSTICOS NO BRASIL[7]

Maria Teresa Coutinho Robert

1. Ligeiros traços biográficos

A doze de maio de 1900, em Paraoquena, município de Santo Antônio de Pádua, estado do Rio de Janeiro, nasceu Ismael de Lima Coutinho, filho de José Coutinho de Carvalho, modesto negociante de interior, e de D. Amélia Mascarenhas de Lima Coutinho. Aprendeu as primeiras letras em sua vila natal com D. Lourença Guimarães, professora local, ainda viva [em 1973] e já em idade bastante avançada. Às suas aulas seguiram-se as do professor José Pinto de Sousa, que, residindo em Campelo, vila vizinha, ensinava aos meninos da redondeza. Levado por este modesto professor, que o acompanhou, orientando suas leituras, deu o menino seus primeiros passos para a vida de estudioso que iria abraçar. Passava, então, seu tempo, dividido entre os trabalhos diários de ajuda a seus pais, no negócio, e as leituras noturnas a que se dedicava até altas horas, à luz de um candeeiro. Chegou mesmo a furar a palhinha da cadeira, seu corpo magro, tantas horas ali sentado.

Logo, porém, começa a ansiar por um saber mais profundo que não poderia ser encontrado naquela vilazinha modesta e simples. Para isso, no entanto, precisava de recursos que seus pais não possuíam. Teria que procurar por si mesmo o caminho para vencer as dificuldades financeiras da família. Foi quando, aos 17 anos, decidiu ingressar no Seminário[8], levado, quem sabe, pelo profundo espírito religioso de sua família, principalmente de sua mãe. Lá, para compensar a gratuidade de seu curso, ajudava no ensino das classes mais atrasadas, porquanto, pelos conhecimentos adquiridos anteriormente, já ingressou em série mais adiantada.

---

[7] Monografia apresentada ao professor Olmar Guterres da Silveira como parte da avaliação da disciplina "Os Estudos Linguísticos no Brasil", no primeiro semestre de 1973.

Apesar de termos feito a atualização ortográfica e algumas notas de pé de página ou [entre colchetes] e interferido na diagramação e na formatação das referências bibliográficas, mantivemos o texto original da autora, como um documento em homenagem a Ismael Coutinho.

[8] Trata-se do Seminário São José, de Niterói.

Pelo desempenho de seu trabalho e dedicada perseverança, granjeou, de imediato, a estima e confiança de D. Agostinho Benassi, bispo de Niterói, de quem se tornou grande amigo e que o elevou à condição de seu secretário particular.

Assim passou, no Seminário, nove anos, empenhado em aprofundar, cada vez mais, seus conhecimentos. Chegou até a receber todas as ordens menores. Sua saúde abalada, no entanto, o levou a afastar-se do Seminário, para tratamento. Ao regressar, encontrou morto seu amigo e protetor, D. Agostinho Benassi, de cuja ajuda não se sentia capaz de prescindir para enfrentar os sacrifícios e dificuldades do sacerdócio. Estas e outras razões de ordem interior o teriam desencorajado a prosseguir a carreira religiosa, enquanto, ao mesmo tempo sentia que, aqui fora, poderia ser tão útil ou mais a seus semelhantes. Decide-se, assim, pelo afastamento (1926).

Começa então a carreira de educador e filólogo que se tornaria mais tarde. Já no Seminário, demonstrava seu interesse desperto para os estudos da língua vernácula, em artigos publicados, no jornalzinho da cidade em que residia sua irmã e onde costumava passar parte de suas férias (**Vide anexo I**).

Lecionou, inicialmente, no Colégio Silvio Leite, no Rio de Janeiro, durante dois anos (1927-28). Daí, atendendo ao chamado de seus conterrâneos, voltou a Santo Antônio de Pádua, para lecionar por mais dois anos, no educandário de José Lavaquial Biosca. Por essa ocasião torna-se conhecido de figuras representativas no magistério oficial que, impressionadas com seu preparo e com suas qualidades inatas de professor, convencem-no a se candidatar a uma vaga para a cátedra de português, no Liceu de Humanidades de Campos. Esse gato exigiu, do jovem professor, um grande esforço: teria que, em tempo exíguo, elaborar duas teses: uma de livre escolha do candidato, outra por imposição da banca, composta, entre outros membros, de Júlio Nogueira e João Ribeiro. As teses, *O Problema da Crase* e *As Criações Internas do Idioma,* escritas apressadamente, forma defendidas com tal segurança pelo candidato, que logrou um valioso comentário de João Ribeiro – "eu não teria feito melhor". Foram-lhe conferidas notas excelentes, classificando-se em 1º lugar.

A 20 de maio de 1929, ano em que iniciava seu curso de direito, casa-se com D. Catarina Tavares de Lacerda.

Em novembro de 1930 é surpreendido com sua transferência para o recentemente criado Liceu de Niterói, para ocupar a cátedra de portu-

guês e literatura.

Conclui, em dezembro de 1932, o curso de ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Nacional de Direito da então Universidade do Brasil. Não pretendia, no entanto, ingressar na advocacia. Sabia de seus pendores para o magistério e para os estudos, sempre mais aprimorados, das línguas clássicas.

Durante alguns anos lecionou português, latim e grego nos colégios Bittencourt Silva e Brasil, renomados estabelecimentos de ensino da capital fluminense. Várias gerações passaram por suas aulas. Em torno do mestre uma admiração sempre crescente se impunha, não apenas por seus dotes intelectuais e morais, mas porque

> Na sua presença, algo misterioso prendia o interlocutor: talvez a voz, que trazia o numeroso coração no metal de inflexão matizada de quem só sabia falar bem dos outros, talvez o riso franco, sem reticências nem malícias, senão a mesma alegria a transfundir bondade; certamente a efusão de simpatia, capaz de influir nos mais arredios e nos menos afins com sua grande alma. (MACHADO FILHO, 1965)

Em 1937, presta concurso para as escolas técnicas secundárias da prefeitura do, então, Distrito Federal[9]. Aí chegou a coordenador dos cursos do Instituto de Educação da atual Guanabara,[10] em cujo cargo se aposentou.

Criou também, neste mesmo ano, com um grupo de educadores, entre eles, o Prof. Serafim da Silva Neto, o "Instituto de Humanidades", que passou depois a ser denominado Colégio José Clemente e, atualmente, Instituto Gay-Lussac. Pouco depois retira-se da Sociedade, levado a outras solicitações.

Em 1938 publica sua principal obra, a *Gramática Histórica,* até hoje consagrada e já na 7ª impressão da 5ª edição.

Além de suas atividades intelectuais e de magistério, ocupou cargos públicos de natureza político-administrativa. Foi secretário da Prefeitura Municipal de Niterói, de 1941 a 1943, substituindo o prefeito no fi-

---

[9] O antigo Distrito Federal foi transformado no estado da Guanabara em 1960, quando a capital da República se transferiu para Brasília; em 1975 se fundiu com antigo estado do Rio de Janeiro, cuja capital era Niterói, voltando a ser a capital fluminense e corresponde, atualmente, ao município da cidade do Rio de Janeiro.

[10] Aquele Instituto de Educação passou a se denominar Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1974-1997), quando se tornou o Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro.

nal de seu mandato. Exerceu o cargo de Secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, de 1946 a 1948. Foi membro da Comissão do Livro Didático do Ministério da Educação. Presidiu o Conselho Deliberativo Estadual da Aliança Eleitoral pela Família. Foi também o primeiro presidente do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

Em 1947 inicia seu funcionamento a Faculdade Fluminense de Filosofia, criada por um pequeno grupo de intelectuais, em que foi, além de um dos fundadores, o primeiro diretor eleito. Nesse estabelecimento de ensino superior, mais tarde incorporado à hoje Universidade Federal Fluminense, ministrou suas aulas de língua e literatura latina, cadeira que regia com a maior dedicação, responsabilidade e altruísmo, nos últimos dezoito anos de sua vida.

Participou de várias bancas de concursos para provimento de cátedras em diversas universidades brasileiras – Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, além de congressos, simpósios e colóquios realizados nos estados de São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul.

Foi membro fundador da Academia Brasileira de Filologia e ocupou, na Academia Fluminense de Letras, a cadeira nº 21, que tem como patrono o bispo Francisco Lemos de Faria Pereira Coutinho e ocupada, agora, recentemente (em 1973), por Maria Luísa Barroso. Teve assento, ainda, à Sociedade Brasileira de Romanistas, além de participar de outras entidades culturais.

Lia com facilidade várias línguas, que lhe possibilitavam a leitura de obras mais modernas lançadas nos grandes centros culturais do mundo. Punha-se, desta forma, sempre a par das últimas conquistas da ciência da linguagem. No entanto, pode-se dizer que "a obra de Ismael Coutinho, contrastando flagrantemente com sua intensa atividade cultural, é pequena." (VALLE, 1966, p. 34)

Paraninfou várias turmas de formandos nas escolas em que lecionava, sendo eleito o patrono da turma de 1965, ano em que morreu, tragicamente, num acidente de automóvel.

De toda a sua carreira laboriosa de magistério, fixou-se na memória de quantos com ele tiveram a oportunidade de conviver a terna lembrança de um verdadeiro mestre que, como filólogo erudito que era, estava sempre pronto a esclarecer dúvidas de quantos o buscavam para solu-

ções de problemas de linguística e gramática, fosse no refúgio de seu lar, em encontros no portão de escolas ou onde quer que fosse encontrado. Figura de destacada projeção nos círculos sociais, culturais e pedagógicos fluminense, "inteligência privilegiada a serviço de um coração boníssimo, cheio de sentimentos nobres, puros e elevados, despretensioso e modesto, verdadeiramente humilde, desconhecia o mérito pessoal."[11]

2. Bibliografia

Apesar de uma grande atividade cultural, pouco nos legou o professor Ismael Coutinho. Sua vida intensa de professor, sempre correndo, a cumprir rigidamente seus horários de aula e nisso era cioso, não lhe permitiu a tranquilidade necessária para produzir. Mas o que recebemos dele, bem pode demonstrar seu preparo e sua capacidade intelectual.

Dividimos este capítulo em duas partes. Na primeira, relacionamos a obra do mestre e na segunda, o que pudemos recolher sobre ele.

2.1. Bibliografia ativa

Inicialmente pensáramos em apresentar a bibliografia de Ismael de Lima Coutinho por assuntos, separando os estudos latinos dos de língua portuguesa. Mas entendemos que, para uma pesquisa inicial, seria muito minuciosa esta distinção e decidimos por uma apresentação cronológica de publicação, seguida pelos inéditos.

2.1.1. Publicações

1927.

Método de análise lógica. Rio de Janeiro: Tipografia Amorosa. Este trabalho foi destinado a candidatos aos exames de português.

1928.

As criações internas do idioma. Tese sorteada para concurso à cátedra de português do Liceu de Humanidades de Campos.

O problema da crase. Tese de livre escolha para o concurso à cá-

---

[11] In: "Depoimento para a história da vida e da obra de Ismael de Lima Coutinho", Durval Baptista Pereira.

tedra de português do Liceu de Humanidades de Campos.

1936

Pontos de gramática histórica. Niterói: Livraria e Papelaria Acadêmica.

Obs.: Referimo-nos aqui, à publicação do primeiro ponto - *Gramática histórica. Método comparativo. Glotologia, filologia e literatura* – que se incorporaria, dois anos depois, à publicação da obra intitulada, ainda, *Pontos de Gramática Histórica.* O autor começou a publicação em fascículos, o que explica o título da obra, que nunca desejou mudar, mas que, a partir da 4ª edição, a editora entendeu por bem, e disso convenceu o autor, substituí-lo por *Gramática Histórica,* embora na folha de rosto se conservasse o nome primitivo

1938

Pontos de gramática histórica. Rio de Janeiro: Acadêmica.

Obs.: Em 1941 teve sua 2ª edição "melhorada"; em 1954 a 3ª "revista e aumentada"; em 1958, a 4ª edição "revista e aumentada"; em 1962 a 5ª, já reproduzida sete vezes, a partir de 1967.

1941

Réplica oportuna [à Profª. Albertina Fortuna Barros]

Uma achega etimológica (acabrunhar). In: *Miscelânea de estudos em honra de Antenor Nascentes.* Rio de Janeiro, 1941, p. 61-64.

Dois vocábulos aparentados (borco, emborcar). In: *Revista Filológica,* nº 10, Ano II. Rio de Janeiro, p. 15-17.

Um vocábulo de difícil etimologia [faro].

1954

Os estudos gramaticais latinos. In: *Anuário da Faculdade Fluminense de Filosofia.* Niterói, p. 111-118.

Obs.: Este artigo mereceu uma publicação póstuma in *Revista de Portugal,* XXX, 1965.

1955:

A propósito de minha gramática histórica. In: *Revista Brasileira de Filologia.* Rio de Janeiro: Acadêmica, Vol. 1, p. 27-51.

Resposta a um crítico. In: *Revista Filológica.* Rio de Janeiro, nº 4,

p. 45-58.

Recensão crítica: Angelo Monteverdi. *Manuale di avviamento agli studi romanzi. Le lingue romanze.* Casa ed. Francesco Vallardi, Milano, 1952, in 8º, 256 p. In: *Revista Brasileira de Filologia.* Rio de Janeiro: Acadêmica, ano 1, nº 2, p. 217-219.

1956:

Recensão crítica: Albert Blaise. *Manuel du latin chrétien.* Strasbourg, 1955. In: *Revista Brasileira de Filologia.* Rio de Janeiro: Acadêmica, ano 2, nº 1, p. 127-128.

Resposta a um crítico. In: *Revista Filológica.* Rio de Janeiro, ano 2, nº 5, p. 43-56.

1958

Prefácio: *Bíblia Medieval Portuguesa,* de Serafim da Silva Neto. Rio de Janeiro: MEC/INL.

1959

Sugestões metodológicas para a execução do ensino de português. In: *Revista Escola Secundária.* Rio de Janeiro: CADES, nº 11, p. 54-64.

1964

A vida amorosa de Horácio. Conferência proferida na Sociedade Brasileira de Romanistas. Rio de Janeiro.

A desinência do acusativo do singular no indo-europeu. Comunicação feita na Sociedade Brasileira de Romanistas e publicada in *Romanitas*, ano II, vol. 2. Rio de Janeiro, p. 41-45. [Foi consultado o manuscrito que se encontrava no Instituto de Letras da UFF, sala 407].

Prefácio: *O Modernismo brasileiro e a língua portuguesa.* Luís Carlos Lessa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.

Obs.: Apesar de sair a publicação somente em 1966, o prefácio foi escrito em 1964.

Cabe, neste capítulo, lembrar que o professor Ismael Coutinho escreveu inúmeras poesias em sua juventude, muitas delas publicadas em seções literárias de revistas e jornais, além de conferências extralinguísticas, como aquela sobre o Cristianismo. Muitos discursos também poderiam ser consignados aqui, mas talvez não interessem ao objetivo deste

trabalho.

2.1.2. Inéditos

Relacionamos, aqui, os artigos que conseguimos reunir do professor Ismael Coutinho e que não encontramos publicados em nenhuma das revistas para as quais costumava colaborar, além do trabalho que vinha desenvolvendo nos dois últimos anos de sua vida.

O "z" no antigo latim (Junho de 1964)

Estudo sobre "Parricida"

História de uma palavra: "Persona"

Estremunhar, estremunhado. Este artigo teria sido escrito para publicação na *Miscelânea de Estudos em Homenagem a Serafim da Silva Neto,* o que não se verificou.

Notas sobre etimologia de *escorregar, estro* e *ascalfar,* sem redação final.

O verso hexâmetro. Artigo encontrado datilografado, com algumas correções, sem que possamos esclarecer as intenções.

Estudo sobre a "Ândria" de Terêncio. Seria este trabalho, em que vinha se ocupando intensamente nos dois últimos anos de sua vida o professor Ismael Coutinho, a tese que pretendia apresentar para concurso à Cátedra de Língua e Literatura Latina. Com efeito, regia o professor, interinamente, esta cadeira, desde a fundação da antiga Faculdade Fluminense de Filosofia, desmembrada posteriormente em vários Institutos, entre eles o Instituto de Letras integrado à atual Universidade Federal Fluminense.

2.2. Bibliografia passiva

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. Adeus, Mestre Ismael. *Jornal do Commercio.* Rio de Janeiro, 05-08-1965.

CÂMARA JR., J. Matoso. Ismael de Lima Coutinho – Pontos de gramática histórica. *A Cigarra.* Revista da Editora "O Cruzeiro". Rio de Janeiro, 1958.

_____. *Dispersos.* Organizada por Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972, p. 214-215.

ELIA, Sílvio. *Ensaios de filologia.* Rio de Janeiro: Acadêmica, 1963, p.

203.

_____. Os estudos linguísticos na América Latina. *O Estado de São Paulo,* Suplemento Literário I, de 31-11-1970.

HAMPL, Zdeneck. Ismael de Lima Coutinho. *Philologica Praguenzia,* 1. Praga, 1966, p. 68-69.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. Ismael de Lima Coutinho. *O Diário,* Belo Horizonte, 05-08-1965.

MADEIRA, Marcos Almir. Verbo e coração vernáculos. *O Fluminense,* Seção Prosa e Verso, Niterói, 01-08-1965.

MELLO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia portuguesa.* 2. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957, p. 68.

NEVES, Nilo. A grande ausência. *O Fluminense,* Niterói, 08-08-1965.

PEREIRA, Durval de Almeida Baptista. *Depoimento para a história da vida e da obra de Ismael de Lima Coutinho.* Discurso proferido no Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, 1965.

TORRES, Alberto. Em louvor do mestre. *O Fluminense,* Niterói, 08-08-1965.

TORRES, Artur de Almeida. Ismael de Lima Coutinho. *Revista de Portugal – Língua Portuguesa,* XXX. Portugal, 1965.

VALLE, Rosalvo do. Professor Ismael de Lima Coutinho. *Estudos Linguísticos,* ano VI, nº 1. São Paulo, julho de 1966.

_____. Prefácio da gramática histórica. In: COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica.* Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.

_____. Meu mestre Ismael Coutinho. Discurso proferido na Academia Brasileira de Filologia. *O Fluminense,* Seção Prosa e Verso, 09-10-1965.

3. Fontes de seu conhecimento linguístico

Estabelecer as fontes do conhecimento linguístico de Ismael de Lima Coutinho não é tarefa difícil. Elas se apresentam, não apenas ao percorrermos as páginas de sua principal obra, mas, ainda, em suas próprias palavras, no prólogo da 1ª edição da *Gramática Histórica,* quando diz:

> Apoiando-nos sempre na autoridade dos mestres, assim nacionais que estrangeiros, entre os quais é de justiça apontar Meyer Lübke, Julio Cornu, Frederico Diez, Hubert, Leite de Vasconcelos, José Joaquim Nunes, Carolina Michaëlis, João Ribeiro, Sousa da Silveira, Antenor Nascentes etc. (COUTINHO, 1938, p. 9)

Junte-se ao seu depoimento, a apreciação que faz Sílvio Elia, ao destacar o embasamento clássico de sua formação. É assim que, além de outras considerações, ressalta ser o autor da *Gramática Histórica*,

> de boa formação clássica, praticando com rigor e mestria o método histórico-comparativo, é dos poucos que se movem, com segurança, no domínio indo-europeu, vindo diacronicamente dessa protolíngua ao latim, através do itálico, e daí às línguas românicas, particularmente a portuguesa. (ELIA, 1963, p. 203)

4. A Gramática Histórica

Esta obra, como reza o testemunho do próprio autor, foi o resultado de lições professadas em classe, nos estabelecimentos de ensino onde exerceu sua atividade (COUTINHO, 1938, p. 9). Publicada primeiramente em fascículos, logo sentiu o autor, motivado pelo incentivo de alunos e colegas, a necessidade de reunir as lições em um compêndio, surgindo, então, em 1938, a primeira edição, com um prólogo cheio de justificativas por "erros e senões", como requeria a personalidade sempre modesta de Ismael Coutinho.

Esgotada, surge a 2ª edição, em 1941, revisada com "carinho" para "expurgar" os senões da publicação anterior.

Embora já há muito estivesse esgotada a 2ª edição, a 3ª só aparece em 1954, por razões diversas que não permitiam ao autor submetê-la a uma cuidadosa revisão. Ainda que a obra continuasse essencialmente a mesma, foram corrigidas algumas falhas, quais sejam, a ampliação de capítulos ou atualização de conceitos, já então "menos verdadeiros". A partir de então, o livro serviria também a alunos do ensino superior. Mereceu esta edição extensa crítica do professor Silveira Bueno, da Universidade de São Paulo, e do professor Mansur Guérios, da Universidade do Paraná. Estas críticas levaram o autor a publicar dois artigos intitulados "Resposta a um Crítico" (1955 e 1956), pela *Revista Filológica,* indicada na bibliografia, e "A Propósito de minha Gramática Histórica", publicada na *Revista Brasileira de Filologia,* 1955, que estão sendo reeditados aqui.

Em prazo mais curto do que o esperado, esgota-se a 3ª edição e, em 1958, é publicada a 4ª edição, revista e aumentada, mas não tanto quanto desejava o autor que, sempre preso a outros encargos mais prementes, se via impossibilitado de se dedicar mais profundamente à revisão de sua gramática que lhe era, como ele mesmo afirma, "uma espécie de filho intelectual."

Nesta edição, diz o autor, "além das correções feitas aqui e ali, acrescentamos dois capítulos, um sobre perfeitos fortes e o outro relativo aos elementos gregos mais frequentemente usados em português". Explica que este último capítulo que já aparecera na 1ª edição fora retirado das seguintes por parecer dispensável a alunos do curso secundário. Sua permanência na obra ampliaria demasiadamente o volume com os acréscimos que lhe vinha fazendo a cada edição. Agora, no entanto, é justificável a sua reinclusão.

Não demorou muito para se esgotar mais esta edição. E, dois anos decorridos, foi o autor solicitado a preparar uma 5ª edição, lançada, finalmente, em 1962. Esta seria a última publicação da *Gramática Histórica* em vida do autor. Nela procura sanar a lacuna verificada nas edições anteriores, com a indicação mais precisa das numerosas citações Além disso, teorias mais modernas foram acrescentadas e várias correções feitas.

Seria interessante assinalar que o autor, talvez levado por um fator afetivo, não se sentisse encorajado a alterar em muito o texto original, o que podemos observar no tipo diferente que usava, sempre que introduzia uma modificação ou acréscimo. Isto pode verificar-se logo na introdução, nos parágrafos 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 18. O mesmo se pode observar no parágrafo 26, sobre a origem da linguagem que traz aos leitores conceitos mais modernos. E assim, sempre que alguma alteração se impunha, era feita no mesmo sistema.

Em vez de uma apreciação mais aprofundada da obra maior de Ismael Coutinho, considerando a natureza sucinta desse trabalho, preferimos alinhavar alguns depoimentos de conhecidos e respeitados nomes desta área de estudos, pois como diz o professor Rosalvo do Valle, no prefácio da 6ª edição fotografada,

> a obra já foi julgada. Não bastasse a crítica de linguistas e filólogos que a têm apontado como certamente o melhor compêndio sobre a história externa e interna da língua portuguesa, já pela segurança da doutrina, já pela exposição didática, aí está para consagrá-la o acolhimento dos leitores que têm esgotado as edições em prazos surpreendentes.

Ou, ainda:

> apresenta com segurança doutrinária e numa convidativa linguagem didática uma visão geral da história externa e interna da língua portuguesa, precedida de uma introdução que se destina a aparelhar o leitor de noções linguísticas indispensáveis ao entendimento pleno de alguns capítulos. (VALLE, 1966, p. 38)

Podemos lembrar a posição de Joaquim Mattoso Camara Jr., que diz ser a *Gramática Histórica* uma obra

> que pode ser confrontada com as obras clássicas de J. Joaquim Nunes em Portugal e de Edwin Williams. Tem sobre Nunes a superioridade de uma exposição elegante e equilibrada e sobre Williams o estilo discursivo e coerente, além do compreensivo quadro histórico-social. (CAMARA JR., 1972, p. 214-215)

Mas há, no entanto, quem diga que sua maior obra são seus discípulos. Não andou muito longe da verdade o professor Torres, pois, realmente, Ismael Coutinho foi o mestre por excelência, e talvez por isso, para não prejudicar seus trabalhos didáticos que exerceu com grande sabedoria e amor, honrando as melhores tradições do magistério, talvez não nos tenha legado uma produção proporcional a sua "intensa atividade cultural." (VALLE, 1966, p. 37)

Para finalizar este parágrafo, diremos que a *Gramática Histórica* já recebeu a partir de 1967, data da primeira impressão fotografada da 5ª edição, até hoje, sete impressões, sendo que em 1973 foram lançados 6.000 volumes e em 1974, 10.000. É inacreditável a receptividade dessa obra, não apenas no Brasil como em Portugal.

5. As etimologias

São vários os artigos sobre etimologia deixados pelo professor Ismael Coutinho. Realmente o consagrado mestre se comprazia em descobrir e estudar a história de palavras que apresentavam controvérsia quanto a sua etimologia. Assim é que pesquisou a origem de várias delas como *acabrunhar,* publicada na *Miscelânea em honra do professor Nascentes,* além de *parricida, persona, estremunhar, escorregar* etc., ainda inéditos. Outros apontamentos mais antigos encontramos, relacionados a estas pesquisas, e deles trataremos em outra oportunidade.

6. Os inéditos

Tomando por base a mesma ordem da apresentação bibliográfica dos inéditos, faremos um breve comentário a cada um dos artigos relacionados.

6.1. O "Z" no Antigo Latim

Sobre a presença do "Z" no antigo latim, demonstra-nos o autor as dificuldades que se apresentam na formulação dos conceitos, devidas à escassez de documentação nos textos mais antigos, anteriores à influência grega. De sua existência diz que temos notícia apenas por uma informação de Vélio Longo, gramático do século II, que nos foi transmitida por Varrão. Continuando a exposição, apresenta outras provas, primeiro de sua existência, depois de sua eliminação do antigo alfabeto latino. Para fundamentar sua teoria, fala-nos das palavras grafadas com *z,* encontradas na *Tabula Bantina,* da discutida inscrição do *Vaso Duenos,* da ocorrência do *z* no alfabeto etrusco, que deu origem ao latino. Também as línguas e dialetos itálicos, que conservaram o *z* podem comprovar sua existência. Finalmente firma sua posição, trazendo-nos o depoimento de autoridades em "assunto de fonética latina ou com ela relacionado", como o de Georges Edon, Egbert, Kent, Seelmann, Wilhelm Brambach, Sommer e Ernesto Faria a quem, como revela o próprio autor, dedicou o trabalho.

6.2. Estudo sobre "Parricida"

Sobre a palavra *Parricida* nos mostra que, primitivamente, não tinha o sentido que lhe damos hoje, mas se referia a qualquer cidadão, pois o vocábulo foi "desde cedo identificado pelos romanos como um composto de *pater* ou *parentes,* de que resultou o sentido de "assassino do pai ou da mãe", e que mais tarde se tornou exclusivo, como demonstram as línguas românicas". Continua o artigo tecendo outras considerações sobre a evolução semântica da palavra. Mas a dificuldade se encontra em estabelecer sua etimologia. Demonstra ser este, evidentemente, "um vocábulo composto, cujo segundo elemento *-cida* (-s) pertence à mesma raiz de *caedo,* matar. A dificuldade está em identificar o primeiro elemento *pari-* ou *parri-,* para o que várias hipóteses são apresentadas. Finalmente, após muitas considerações plausíveis, encerra afirmando: "não pretendemos desatar o nó górdio. O nosso objetivo é sobretudo pôr de sobrea-

viso os nossos colegas, que veem no primeiro elemento do composto um derivado de *pater*." Diz que o enigma permanecerá como um desafio, e termina com uma citação de Marouzeau.

6.3. História de uma Palavra: "Persona"

Para a palavra *persona,* também de discutida origem, toma como referência inicial a etimologia encontrada em Aulo Gélio. Traz-nos, a seguir, as novas hipóteses aventadas por Keller, que sustentou ser um empréstimo grego "provindo de "*prósopa*", cuja significação conviria em parte ao latim *persona*. Não aceita a justificação por uma razão fonética que explica após. Formula, então, a hipótese de Dunkle, que também recorreu ao grego em sua explicação, e a de Duke e Skutsch, que afirmam ter essa palavra uma origem etrusca. Depois de tais considerações, conta-nos a história de *persona,* sua evolução semântica e finaliza com a relação de uma série de "derivados e compostos da forma erudita *persona*".

6.4. Estremunhar, Estremunhado

No artigo sobre *estremunhado,* apresenta, inicialmente, as várias etimologias propostas por Adolfo Coelho, Caldas Aulete, Cândido de Figueiredo, Júlio Moreira, consignadas no *Dicionário Etimológico* de Antenor Nascentes. Continua expondo outras hipóteses sugeridas por Sá Nogueira, Leo Spitzer, José Pedro Machado com quem, aliás, se declara de pleno acordo, quando ele afirma ao registrar *estremunhado*: "etimologia obscura, pois nenhuma das explicações até agora aparecidas satisfaz." A seguir, declara o autor: "como estamos no domínio das hipóteses, não virá nenhum mal ao mundo que se proponha mais uma." Apresenta sua hipótese em detalhada exposição, deixando a última palavra aos entendidos.

6.5. Estudo sobre a "Ândria" de Terêncio

Resta-nos, por fim, falar sobre o trabalho que vinha realizando com o maior entusiasmo, quando foi colhido pelo trágico acidente que o vitimou. Seria sua obra-prima, temos a certeza disso, o coroamento de todo seu trabalho, tal o esmero e a dedicação que vinha devotando a esta pesquisa. Para seu aprimoramento, encomendara da Europa vários livros especializados, alguns dos quais, chegados após seu desaparecimento.

Trata-se, como se sabe, de uma monografia sobre a obra de Terêncio, focalizando a peça "Ândria". Pouco diremos sobre isto agora, já que é nossa intenção, com um estudo minucioso do assunto, organizar esse trabalho para uma possível publicação póstuma do autor. Diremos apenas que nos deixou traduzida toda a peça, fez um levantamento integral do vocabulário de Terêncio, estudou os personagens, a métrica e vários fatos sintáticos característicos da obra.

Antes de encerrarmos este capítulo, deveremos lembrar os pontos sobre a fonética, a morfologia e a sintaxe latina, que elaborava, nos intervalos, para orientação de seus alunos. Reunidos, dariam um valioso trabalho.

7. Conclusões

Se poucos trabalhos escritos recebemos do professor Ismael Coutinho, não se pode negar sua enorme colaboração no desenvolvimento cultural fluminense, ou porque não dizer, brasileiro. Ela se faz sentir nas gerações que passaram, como anteriormente dissemos, por suas aulas, quando soube despertar o gosto pelo estudo da língua, orientando vocações, despertas, muitas vezes, no convívio com o grande mestre. Se não fora assim, o seria pelas lições extraclasse que dava a quantos o procuravam em consultas por cartas, telefonemas ou visitas a sua residência. Podemos repetir aqui as palavras do eminente educador fluminense, Prof. Francisco Bittencourt Silva, num depoimento prestado ao jornal *O Fluminense*.

> O professor Ismael Coutinho teve o privilégio das mais nobres qualidades do verdadeiro mestre. Senhor da ciência da linguagem e didata perfeito, suas lições aclararam inteligências e despertaram vocações. Sua cátedra iluminou-se de autoridade nascida do saber, da modéstia, da bondade e da justiça. (SILVA, 1965)

A este depoimento, poderíamos acrescentar outros de renomadas figuras dos estudos linguísticos e filológicos, como o de Sílvio Elia: "Ismael Coutinho, dono de sólida e larga cultura, que procurava esconder através de espontânea e límpida modéstia." (ELIA, 1971) ou o de Artur Torres: "...conquistou Ismael Coutinho, a despeito de sua profunda modéstia, o merecido renome de um dos mais acatados cultores da filologia no Brasil;" (TORRES, 1965) Ainda o de José Pedro Machado, em carta à família do professor; "A morte de Ismael Coutinho foi uma grande perda luso-brasileira... Na verdade, todo o mundo culto o sentiu, em particular

o luso-brasileiro"; da mesma maneira, o de Zdeneck Hampl: "É uma grande perda, tanto humana como científica".

Como conclusão de nosso trabalho, diríamos que não se pode deixar de notar que, nos depoimentos apresentados, sempre um fato pode ser observado – nunca a figura humana do mestre esteve dissociada da figura do intelectual. Parece que uma se refletia na outra, e a tal ponto que se encontravam intimamente ligadas. Sua forte presença humana é notada até em sua obra científica. Nós, que conhecemos bem de perto o inesquecível mestre, sabemos, com certeza, que isto é a mais pura expressão da verdade.

Anexo I

EM TORNO DE UMA PRONÚNCIA

TORNO DE UMA PRONÚNCIA[1]

Cândido de Figueiredo diz que devemos dizer *Quíloa*, em vez de *Quilôa,* pronúncia hoje geralmente seguida.

Fundamenta a sua opinião com as duas seguintes razões:

1ª Se outra fosse a pronúncia da palavra, o verso de Camões: "A Quíloa fêrtil áspero castigo" estaria errado;

2ª É a pronúncia comum dos ingleses.

São bem fracas as razões que se vão buscar aos poetas da idade clássica para o estabelecimento de uma pronúncia, pois, é bem conhecido de todos, peno menos dos estudiosos, o seu exagero no uso das chamadas licenças poéticas.

Camões, que é a alavanca de Arquimedes do Sr. Cândido de Figueiredo no caso em questão, deixou-se também influenciar pelos exemplos dos seus antecessores e contemporâneos, e perpetrou, nos *"LUSÍADAS", Dário, Próteo, Théseo, Semirámis, Naiádes, Cleopátrra, Eólo, Ethiópes* etc., que eu aposto que o Sr. Cândido de Figueiredo não subscreveria.

Quem, pela necessidade do verso, escreveu *Dário, Próteo, Théseo* etc., não poderia também, pela mesma necessidade, ter escrito *Quíloa*? A resposta fica ao Sr. Cândido de Figueiredo.

A segunda razão do Sr. Cândido de Figueiredo é de tal modo inconsistente, que nem parece ser de um filólogo.

Ora, o inglês! Que tem que o inglês diga *Kilwa* e nós *Quilôa*? Não diz o inglês *potatoes* e nós *batatas*?

Cada qual governa em sua casa. Nem está errado o inglês quando diz

Em questão de linguagem, nada devemos ao inglês, somos completamente autônomos. Dependemos da Inglaterra somente na questão monetária. Em tudo o mais somos livres.

Os ingleses dizem *Milan* e nós, que nada temos que ver com os ingleses, dizemos *Milão; os ingleses Rótterdam*, nós *Roterdão; Bérlin,* nós *Berlim; Páris,* nós *Paris; Brásil,* nós *Brasil; Pórtugal,* nós *Portugal; Hólland,* nós *Holanda; Hánover,* nós *Hanóver; Kílwa,* nós..., como dizemos nós?

Gilbraltár, que o Sr. Cândido de Figueiredo, aliás com muita razão, disse que é palavra oxítona, também não passou incólume pela boca dos ingleses. De *Gibraltár,* que é a pronúncia correta, conforme a etimologia que explica com o nome do chefe árabe *Tarik,* em que o *a* é longo, o alongamento da última sílaba de *Gilbraltar,* sabe o Sr. Cândido de Figueiredo o que fizeram os ingleses: Nem mais nem menos que *Gilbráltar.*

Veja o Sr. Cândido de Figueiredo, pelo que aí fica dito, que escolher o inglês, como guia, na pronúncia de uma palavra portuguesa, é ser discípulo de um péssimo mestre.

Devemos pronunciar *Quíloa* ou *Quilôa*? Pronunciem lá como quiserem. Eu vou na onda com os que pronunciam *Quilôa*. Estou errado? Não importa. Enquanto não vierem razões mais fortes...

Ismael Coutinho.

NOTA – À nossa revisão do artigo do número passado "Motivos frágeis" ainda escaparam os seguintes erros: *Euaminemos em que...* por *examinemos as razões que...; honophonia* por *homophonia; elemento da formação* por *elemento de formação; inumeros* por *innumeros*.

---

1 *Município*, Lavras (MG), 10-02-1924.

RESPOSTA A UM CRÍTICO[12]
[SOBRE OS *PONTOS DE GRAMÁTICA HISTÓRICA*]

Ismael de Lima Coutinho

No número 2, de agosto do ano passado, da revista *Letras,* órgão da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, publicou o Prof. Mansur Guérios[13] uma crítica um tanto desfavorável acerca de meus *Pontos de Gramática Histórica,* em que assinala "pequenos senões", que, a serem verdadeiros, não "empanariam" apenas, para usar de um verbo empregado por S. Exª, antes desmereceriam muito o valor da obra.

A seguir, desfia todo o "rosário" de meus pretendidos erros. Digo pretendidos erros, porque só o são no conceito de S. Exª, como demonstrarei dentro em pouco.

Conheço de longa data o Prof. Mansur Guérios. Sempre o tive na conta de um filólogo manso, bondoso, complacente com os outros, como soem ser os que muito sabem, em face da ignorância alheia. Por isso, surpreende-me agora a atitude de S. Exª, não pelos reparos que me faz, mas pelo tom doutoral com que os faz, ao pretender corrigir, às vezes com certa acrimônia, os meus hipotéticos enganos: "O erro vem de longe", "Requer revisão", "Não basta dizer", "Errada é a definição", e quejandas outras expressões, que denotam a preocupação de alguém que está no alto de uma cátedra a doutrinar para uma turma de alunos bisonhos. Posso estar errado, mas esta é a impressão que me dá S. Exª.

Depois de tantas cutiladas, distribuídas a torto e a direito, quase nenhum efeito produz aquela fichinha de consolação, com que remata a sua infeliz crítica: "A obra, na verdade, merece o acatamento de todos os professores de português e de todos os estudiosos e estudantes."

Mas vejamos se tem razão S. Exª.

Passemos de leve sobre a pequena contradição que representa este seu pensamento: " de Ismael de Lima Coutinho (refere-se aos meus *Pon-*

---

[12] Artigo transcrito da *Revista Filológica*, nº 4, Ano I da II fase. Rio de Janeiro, agosto e setembro de 1995, p. 45-58 e Nº 5, Ano II da II fase, 1º semestre de 1956, p. 43-56.

[13] Esperamos poder publicar, em outro número dessa revista, a resenha crítica de Mansur Guérios (de 1954), a que este artigo é uma resposta.

tos) ...acha-se todavia ampliada em vários capítulos" (anote o leitor o adjetivo "vários"), em cotejo com estroutro, que vem à mesma página, poucas linhas abaixo: "de modo que o retrato atual (fala ainda dos *Pontos*) é, infelizmente, quase o mesmo de outrora". Se a obra se apresenta, em sua nova edição, ampliada "em vários capítulos", o seu retrato não pode ser "quase o mesmo de outrora". A impressão que nos deixa no espírito aquele "quase", precedido do advérbio "infelizmente", é a de que a edição anterior e a presente pouco diferem uma da outra, o que não é absolutamente exato. Basta que alguém as compare, para se convencer do que digo.

Examinado este ponto "a voo de pássaro", como jocosamente escreveu Camilo, demandemos outro rumo.

Não gostou o meu ilustre crítico de que eu incluísse, entre as leis fonéticas, a *lei do menor esforço,* embora acompanhada daquela prudente ressalva de que a considerava uma "lei universal". De férula em punho, apressa-se S. Exª a corrigir-me, admitindo, o que não seria possível negar, que ela "se estende a todos os ramos da atividade humana", é certo, mas que "não é fonética". Vemos assim que S. Exª aceita a causa, mas nega-lhe o efeito, esquecido de que "Le mécanisme de la parole, comme tous les mécanismes, est soumis à des lois générales." (Ferdinand Brunot et Charles Bruneau, *Précis de Grammaire Historique de la Langue Française,* nouv. éd., Paris, 1937, p. 37)

Afinal, a linguagem é ou não uma atividade do espírito? Isto é o que cumpria ao meu censor, antes de mais nada, deixar bem claro, para que se pudesse aceitar a sua conclusão. Se é uma atividade do espírito, deve estar sujeita à lei geral, no caso à *lei do menor esforço;* se não é, tem razão S. Exª, quando diz que ela não é uma lei fonética. Mas é justamente como uma atividade do espírito que a encara o grande psicólogo da linguagem, Wilhelm von Humboldt: "Sie selbst ist hein Werk (Ergon), *sondern eine Tätigkeit* (Energeia)." (*Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues,* Darmstadt, 1949, p. 44).

Afirmando que o erro "vem de longe", tinha eu a impressão de que S. Exª iria apontar algum autor antigo, que o tivesse acolhido ou veiculado, mas o voo de meu eminente catão foi curto, curtíssimo, não passou de Eduardo Carlos Pereira. Ora, a distância que nos separa, no tempo, do emérito professor Paulista, não é assim tão grande para que se possa afirmar que "o erro vem de longe".

Quem quer que tenha algumas tinturas de assuntos da ciência da

linguagem sabe que o venerando mestre Eduardo Carlos Pereira nada mais fez que perfilhar princípio tido e havido como certo em seu tempo, e ainda hoje aceito, ou não repudiado pelos linguistas.

Competia, pois, ao Prof. Mansur Guérios, para comprovar que "o erro vem de longe", remontar um pouco mais na escala do tempo e procurar descobrir o autor ou os autores, em que se inspirou o mestre patrício. Se não quisesse pesquisar muito, que as pesquisas exigem tempo e trabalho, poderia encontrá-lo entre os linguistas do século passado.

Com efeito, talvez o lobrigasse em Whitney, para quem a *lei do menor esforço* era uma tendência "to make things easy to our organs of speech, to economize time and effort in the work of expression". (*Language and the Study of Language,* London, 1868, p. 28). Ou em Max Müller, que, falando das modificações que o latim sofreu na transição para as línguas românicas, assim se expressa:

> Dans le passage du latin aux langues romanes modernes nous pouvons apercevoir non seulement une propension générale à *la simplification* et une disposition naturelle à *éviter l'effort* que nécessite la prononciation de certaines consonnes et encore plus des groupes de consonnes... (*La Science du Langage,* trad. fr., 2e éd., Paris, 1867, p. 78)

Ou ainda em Sayce, que, referindo-se às causas ou princípios gerais das modificações das palavras, assim se externa:

> seules pourtant elles rendent la science du langage possible, en l'empêchant d'être stationnaire, en produisant ce mouvement et ce développement constants du langage que permettent le jeu de ses diverses lois. On peut nommer ces deux principes: le *Moindre effort* et l'*Emphase*. (*Principes de Philologie Comparée,* trad. fr., 2e éd., Paris, 1893, p. 25)

Ou finalmente em Curtius, o mais radical de todos, que atribui à *lei do menor esforço* um papel importantíssimo nas transformações da linguagem: "Bequemlichkeit ist und bleibt der hauptanlass des lautwandels unter allen umständem." (*Apud* Jespersen, *Language,* Londres, 1933, p. 261).

Concedo que eu tenha dado um pouco mais de elasticidade do que, na verdade, devia, à *lei do menor esforço.* Contradizendo-me, entretanto, S. Exª incide no erro oposto, porque nega inteiramente a sua atuação na linguagem. Lá diz o rifão: *Omnia extrema vitiosa.*

Examinemos o assunto mais detidamente.

Apesar das críticas feitas por Leskien, Sievers e Sütterlin, não abandonaram os linguistas a convicção de que a *lei do menor esforço*

atua na linguagem, explicando por ela, senão todos, o que seria evidente exagero, pelo menos muitos câmbios fonéticos.

Vejamos os seus depoimentos

José Leite de Vasconcelos: "Muitos fenômenos dependem umas vezes de leis fisiológicas, como a chamada *lei do menor esforço;* outras vezes do hábito, da analogia, ou ainda do efeito acústico." (*Opúsculos,* vol. I (Parte I), Coimbra, 1928, p. 112).

M. de Paiva Boléo: "Além disso, elas resultam (as mudanças fonéticas), por vezes, de outras causas, que não são históricas: a *lei do menor esforço,* a necessidade de clareza, etc." (*Revista Portuguesa de Filologia,* "Notas bibliográficas", vol. III, t. I e II, Coimbra, 1949-1950, p. 385).

Ferdinand de Saussure:

> On a fait intervenir la *loi du moindre effort,* qui remplacerait deux articulations par une seule, ou une articulation difficile par une autre plus commode. *Cette idée, quoi qu'on dise, mérite l'examen;* elle peut élucider la cause du phénomène dans une certaine mésure ou indiquer au moins la direction où il faut la chercher. (*Cours de Linguistique Générale,* 4e éd., Paris, 1949, p. 204)

Maurice Grammont:

> *La loi du moindre effort.* Il est certain que *cette loi joue un grand rôle dans l'évolution des langues,* et qu'en particulier tous les phénomènes d'assimilation, à quelque degré et sous quelle forme que ce soit, lui sont dus. (*Traité de Phonétique,* Paris, 1933, p. 176)

Walther von Wartburg: "La commodité humaine, *la tendance au moindre effort jouent certainement un grand rôle dans de nombreuses mutations.* Cette tendance a puissament agi dans l'évolution de presque toutes les langues." (*Problèmes et Méthodes de la Linguistique,* trad. fr., Paris, 1946, p. 34).

Jean Perrot:

> Ainsi, les consonnes placées en position intervocalique tendent à s'affaiblir, et peuvent même disparaître complètement: Le mot français *vie* n'a plus trace du *t* intervocalique de la forme latine *vita.* C'est qu'entre deux voyelles, éléments ouverts et sonores, une occlusive sourde comme le *t* de *vita* tend à se sonoriser et à perdre son occlusion par inertie des organes, sous l'effet d'une *tendance au moidre effort.* (*La Linguistique.* Paris, Presses Universitaires, 1953, p. 128)

Otto Jespersen:

> In thus taking up the cudgels for the easy theory I am not afraid of hearing the objection that I ascribe too great power to human laziness, indolence, iner-

> tia, shirking, easygoingness, sloth, sluggishness, lack of energy, or whatever other beautiful synonyms have been invented for "*economy of effort*" or *"following the line of least resistence"*. (*Language,* London, 1933, p. 263)

Karl R. von Ettmayer:"Bei Reflexbewegungen herrscht aber vielfach ein *Prinzip der Kräfteökonomie,* das in der Sprache schon lange vermutet wird, und das experimentel nachzuweisen gewiss mit der Zeit gelingen dürfte." (*Vademecum für Studierende der Romanischen Philologie,* Heidelberg, 1919, p. 108).

Hermann Paul:

> Die Ursache, warum die Neigung zur Abweichung nach der einen Seite hin grösser ist als nach der andern, kann kaum anders worin gesucht werden, als dass die Abweichung nach der ersteren den Organen des Sprechenden in *irgend welcher Hinsicht bequemer ist*. (*Prinzipien der Sprachgeshichte,* füngte Aufl., Halle, 1937, p. 56)

Diante de testemunhos tão altos, com quem ficar? Com esses abalizados mestres, que proclamam ser a *lei do menor esforço* uma lei fonética, ou com o meu crítico, que a eles se opõe? Creio que não é possível haver tergiversação. De mim digo que prefiro ficar com eles, porque é o mesmo que ficar com a verdade: *Amicus Plato, se magis amica veritas...*

Não gostou o meu ilustre censor de que eu dissesse que *palu* deu *pau,* e açodadamente me corrige: "É evolução que não se realizou. O *-u,* final, latino, passa a *-o.* Como, então, se tem *pau*? Faz-se mister explicá-lo."

Certas tiradas de meu crítico tresandam a bizantinices. Elas só se justificariam, em verdade, se fosse S. Exª um neófito em filologia. Os neófitos é que têm desses escrúpulos. Mercê de Deus, tal não acontece. Não digo que S. Exª seja um veterano nessa ciência, mas a verdade é que não é também um novato. Já tem tempo bastante para estar maduro em assuntos de linguagem. Deixemos, entretanto, estas considerações de parte e tornemos ao caso de *palu* > *pau.*

Queria certamente o Prof. Mansur Guérios que eu explicasse tudo por miúdo: *palu* > *pao* (hiato) > *pau.* Mas, a rigor, nem isto estaria certo. É que a grafia *pao* foi usada mesmo depois que o hiato passou a ditongo. Assim mandava Madureira grafar esta palavra, e ninguém ignora que, em seu tempo, *ao* já constituía um ditongo. Por conseguinte, para ser rigorosamente exato, deveria assinalar todos os elos da cadeia evolutiva, e dispor as formas do seguinte modo: *palu* > *palo* > *pao* > (hiato) > *pao* (ditongo) > *pau.* Talvez isso satisfizesse os escrúpulos de meu catão, mas

me levaria a aumentar muito, sem vantagem, as proporções de meu trabalho.

Quem quer que leia os meus *Pontos* se convencerá de que às vezes me limito a indicar as formas intermédias mais necessárias. O resto deixo ao cuidado do professor ou do aluno inteligente. Aliás, cabe-me declarar que nisto sigo as lições do Prof. Mansur Guérios, a menos que tenha mudado ultimamente de orientação. Com efeito, em sua *Gramática Histórica* (2. ed., São Paulo, 1942, p. 81), diz S. Exª que o *-l-* latino cai em nossa língua, e exemplifica: *palatiu* > *paço.* Mas como, pergunto eu, é possível derivar *paço* diretamente de *palatiu*? E a forma arcaica *paaço*? Parodiando S. Exª, também eu poderia dizer: *palatio* > *paço* "é evolução que não se realizou".

Mas tornemos a *palu* > *pau.* Ninguém ousará negar que caso idêntico é o de *malu* > *mau.* Pois bem. Alguns dos nossos mais reputados filólogos, ao consignarem que *mau* vem de *malu,* não viram a necessidade de explicar a razão daquele -u, em português. Não escaparão, portanto, ao solene puxão de orelha que me dá o Prof. Mansur Guérios. Assim, não escapará a ele o Prof. Sousa da Silveira, tão meticuloso sempre em tudo o que escreve, porque tira o vocábulo diretamente do latim: *malu* > *mau* (*Lições de Português*, 4. ed., São Paulo, 1940, p. 80); nem o Prof. Antenor Nascentes, consagrado etimologista, porque navega nas mesmas águas: *malu* > *mau* (*O Idioma Nacional,* vol. IV, 2. ed., Rio de Janeiro, 1933, p. 85); nem ainda o maior dos filólogos portugueses, Leite de Vasconcelos, porque incide na mesma tolice: *malu* > *mau* (*Lições de Filologia Portuguesa,* 2. ed., Lisboa, 1926, p. 290).

Todos esses grandes mestres erraram, erraram redondamente, no conceito do aristarco da gloriosa terra dos pinheirais, porque ensinaram uma evolução "que não se realizou". Ou melhor, realizou-se, sim, mas "Faz-se mister explicá-lo" (aquele *-u,* já se vê). Por fim de contas, em que ficamos: realizou-se ou não se realizou?

Em sua crítica ao conceito que dou de *vocalização,* pondera o Prof. Mansur Guérios: "É modo tolerável de dizer, pois, realmente, há *semivocalização.* Não se dá a conversão de uma consoante numa vogal, mas numa semivogal."

É verdade que S. Exª não condenou *in totum* a minha definição, com a ressalva que ajuntou: "É modo tolerável de dizer". Ainda bem. Depois de tantos anátemas!... Apesar de tudo, insistirei no que escrevi. Tenho para mim que a definição está absolutamente certa. O que se dá com o primeiro elemento daqueles grupos consonantais é a passagem de

consoante a vogal. Pouco importa que esta, pelo fato de formar ditongo com a vogal anterior, passe a semivogal. Não perdeu, por isso, seu caráter vocálico.

Explicando o processo da *vocalização,* assim se expressa Rodrigo de Sá Nogueira:

> Como é que teria passado *palpare,* por ex., a *poupar?* Temos aqui, como nos casos anteriores, uma sucessão de três fonemas, *a, l, p,* o que equivale a dizer que temos uma sucessão de três posições dos órgãos da fala: primeiramente a boca abre-se para proferir o *a;* depois o ápice da língua adapta-se à região pré-palatal para proferir o *l;* finalmente a língua retoma a posição normal de repouso, e os lábios cerram-se para proferir o *p.* A predisposição para proferir o *p* faz que a adaptação do ápice da língua ao pré-palato se faça imperfeitamente, o que redunda na produção de uma *vogal.* (*Elementos para um tratado de Fonética Portuguesa,* Lisboa, 1938, p. 133)

Atentou o meu crítico para a parte final da explicação? Observou que o foneticista luso fala justamente em *vogal,* e não em semivogal?

Se S. Exª, entretanto, não se satisfaz com este depoimento, ouçamos os de outros mestres, que se especializaram na ciência dos sons ou fonemas.

P. J. Rousselot: "Quant au terme de *semi-voyelle* nous l'appliquerons à *toute voyelle* qui s'appulera sur une autre voyelle sans former syllabe, et qui sera entièrement comprise dans les limites d'un mouvement articulatoire." (*Principes de Phonétique Expérimentale,* t. II, nouv. éd., Paris, 1925, p. 643).

Maurice Grammont:

> Si les *deux voyelles* sont comprises dans la même syllabe, constituant une diphtongue regulière avec *une deuxième voyelle* d'aperture moindre que la première, la syllabe n'est pas du type le plus simple, mas elle est phonologiquemente correcte. (*Traité de Phonétique,* Paris, 1933, p. 222-223)

A. C. Juret:

> La diphtongue n'est pas, comme la voyelle, la tenue d'un timbre, mais le mouvement continu (tension décroissant continuellement) d'un timbre initial marqué par la première voyelle de la diphtongue à un timbre final marqué pra la *sedonde voyelle,* sans que ni le point initial ni le point final soient maintenus. (*La Phonétique Latine,* 2e éd., Strasbourg, 1938, p. 11)

Pierre Fouché:

> Quant à une suite de *deux voyelles,* elle peut constituer un *hiatus* ou une *diphtongue,* suivant que la coupe syllabique tombe entre les *voyelles* ou non, en d'autres termes suivant qu'elles appartiennent à deux syllabes ou à une syl-

> labe. Cette différence de répartition syllabique tient essentiellement à une question de durée et d'intensité vocaliques. Si l'une des *deux voyelles* est assez brève et assez faible par rapport à l'autre, il y a diphtongue. (*Phonétique Historique du Français,* Introduction, Paris, 1952, p. 39)

Navarro Tomás: "Las *vocales i, u,* combinadas entre sí o acompañada cada una de ellas por otra vocal, dentro de una misma palabra, forman el grupo fonético que se llama diptongo." (*Pronunciación Española,* 4. ed., Madrid, 1932, p. 65).

Eugen Dieth: "Ein Diphthong ist demnach eine Folge von *zwei Vocalen,* die derselben Silbe angehören ... und wovon der eine führt, der andere begleitet." (*Vedemecum der Phonetick,* Bern, 1950, p. 396).

Mas para que ir tão longe, se podemos usar a prata de casa, e prata da boa? Não temos entre nós o Prof. Matoso Câmara, a quem não se negará autoridade em assuntos de fonética, perdão!, de fonêmica? Consultemo-lo, pois:

> No ditongo, as *duas vogais* não têm o mesmo relevo e importância dentro da sílaba: uma, de maior vulto, é a BASE da sílaba, ao passo que a outra é uma *vogal auxiliar,* dita ASSILÁBICA, porque por si só não constitui uma sílaba. Sendo de enunciação mais rápida e menos impressiva ao ouvido, a *vogal assilábica* do ditongo também se chama SEMIVOGAL. (*Gramática,* 3ª e 4ª séries ginasiais. Rio de Janeiro, 1945, p. 123)

Voltemos agora ao conceito de *vocalização.* Vejamos como a definem os autores:

"VOCALIZAÇÃO. – Chama-se *vocalização* à passagem de uma consoante a *vogal.*" (Rodrigo de Sá Nogueira, *Elementos para um Tratado de Fonética Portuguesa,* Lisboa, 1938, p. 131).

"VOCALIZAÇÃO é a transformação de consoante em *vogal.*" (Antenor Nascentes, *O Idioma Nacional,* vol. IV, 2. ed., Rio de Janeiro, 1933, p. 53).

"VOCALISATION – Passage de la qualité de consonne à la *qualité de voyelle*: l'*i,* sonante dans *rien,* subit la vocalisation dans *riez.*" (Marouzeau, *Lexique de la Terminologie Linguistique,* Paris, 1933, p. 192).

"VOCALIZATION. – The change of a consonant to a *vowel."* (Mario A. Pei and Frank Gaynor, *A Dictionary of Linguistics,* New York, 1954, p. 228).

"VOCALIZACIÓN. – Conversión de una consonante en *vocal.* Así, *l* > *u* en *altariu* > *autairo* > *otero."* (Fernando L. Carreter, *Diccionario de*

Términos Filológicos, Madrid, 1953, p. 338)

Chama a atenção o Prof. Mansur Guérios para o fato de ninguém falar aí em semivogal. Todos *una voce* se referem a vogal. Não sei se S. Exª notou que a minha definição se harmoniza perfeitamente com a do último autor citado. Assim, se quinau mereço, é razão que transfira a ele a parte que lhe toca. A cada um o seu quinhão, não é justo?

Não obstante as aparências de plágio, cabe-me advertir ao meu percuciente crítico, a bem da verdade, que tal concordância é mera casualidade. Não conhecia a obra de Carreter à época em que preparava a nova edição de meus *Pontos de Gramática Histórica.*

Para concluir: se *vocalização* não é a transformação de uma consoante em vogal, que se ponha de lado a palavra como imprópria, e em seu lugar se empregue *semivocalização.* Acha estranho? Pois é a isto que nos conduzirá a crítica de S. Exª, se quisermos, antes de tudo, ser lógicos.

"CONSONANTIZAÇÃO, definira eu, é a transformação de um som vocálico num consonantal." Não está certo, replica o meu crítico: "Deve ser transformação de fonema semivocálico em consoante."

Parece-me que S. Exª anda dominado pela mania de descobrir incorreções em tudo. As coisas mais comezinhas lhe merecem reparo. Dir-se-ia que lhe inocularam no organismo, para imunizá-lo contra o erro, algum antídoto poderoso, que lhe empanou o julgamento sereno da razão. Em tudo, vê faltas, enganos, desacertos. Nada lhe escapa.

Por mais que o procure, não encontro motivo para a retificação que me propõe. Falei "em som vocálico" não em "vogal". Ora, "som vocálico" tanto se pode entender de uma vogal como de uma semivogal. Com efeito, é assim que Marouzeau interpreta a palavra *vocalique*: "Qui comporte à quelque degré une émission de voix ou une sonorité." (*Lexique de la Terminologie Linguistique,* Paris, 1933, p. 192).

Porventura não encerra a semivogal "à quelque degré une émission de voix ou de sonorité"? Se encerra, o que julgo não ser possível negar, não cometi nenhum erro.

Admitamos, porém, que "som vocálico" signifique ali apenas vogal, como quer o meu crítico. Ainda assim, não vejo razão para corrigir-me. Já ficou assinalado que a semivogal, não deixa de ser vogal, embora ocupando o ponto extremo da escala vocálica.

Ademais, se em *iam* > *já,* representa o *i* uma semivogal em latim,

melhor dirua uma semiconsoante, a verdade é que em *Hieronimu* > *Jerônimo,* onde ele forma hiato com o -e seguinte, é aquele fonema uma verdadeira vogal.

Em resumo, ainda aqui falhou o meu distinto censor. Falhou na interpretação que deu a "som vocálico", falhou em não admitir que, em certos casos, como o citado acima, possa ser o -*i*-, em latim, uma verdadeira vogal. A crítica que me faz o Prof. Mansur Guérios é assim, toda ela falha, apressada, sem consistência.

Não é mais feliz S. Exª quando me adverte a respeito do que escrevi sobre *apofonia*: "Dever-se-ia registrar que o fenômeno da *apofonia* é verificável dentro do latim e não do latim para o português."

Mas foi justamente o que eu fiz. Que assim procedi, lá está para atestá-lo a nota de rodapé da página 146, em que trato da *apofonia*: "A apofonia é fenômeno que remonta ao latim." (*Pontos de Gramática História,* 3. ed. Rio de Janeiro, 1954, p. 146). E, para confirmação do que digo, remeto o leitor a Max Niedermann, em cujo *Précis de Phonétique Historique du Latin,* encontrará ele o assunto amplamente ventilado.

Não sei como explicar este e outros lapsos de meu crítico. Que estará acontecendo com S. Exª? Julgo-o muito moço para estar naquela quadra da vida em que a realidade aparece um pouco desfigurada. Só ao velho é que, de direito, se permite tresvariar: *Licet senem delirare...*

A nota, entretanto, seria dispensável, uma vez que os exemplos levariam qualquer pessoa atenta àquela conclusão. Com efeito, a relação de ordem etimológica que lá se estabelece é entre a forma latina primitiva e a apofônica. O que esta deu em português, como não interessava propriamente no caso, foi colocado no fim, entre parênteses.

A princípio quis suprimir a citada nota como desnecessária, certo de que o leitor inteligente compreenderia, pelos exemplos ministrados, que o fenômeno se operara em latim. Agora vejo quanto ela foi oportuna. Se até um professor catedrático de português, do estofo de meu nobre colega, acha que o fato não ficou suficientemente claro!...

Diz o Prof. Mansur Guérios, referindo-se a *antes,* que eu dera como exemplo de paragoge: "Não basta dizer que o -*s* é analógico em *antes*."

Tenho para mim que S. Exª não leu os meus *Pontos de Gramática Histórica* com atenção, porque, se os houvesse lido, não viria com essa advertência. Não viria, porque a explicação que S. Exª exige, está à pági-

na 278, onde trato desse advérbio. Aí digo que o *-s* de *antes* se explica "por influência de seu antônimo *depois."* A leitura parcial de uma obra ou a pouca atenção com que é feita podem dar resultados como este. Falando de metaplasmos, quis apenas assinalar que o *-s* não é primitivo, mas acréscimo posterior, resultante da analogia. No lugar próprio, porém, que é o capítulo onde trato dos advérbios, explico a razão de ser daquele fonema.

Em suma, ainda desta vez não assiste ao meu crítico a menor razão para o seu reparo.

Acha o Prof. Mansur Guérios que o parágrafo 273 dos *Pontos,* isto é, aquele em que falo de *raiz* requer revisão: "Requer revisão o breve parágrafo 273 (para que alongá-lo, pergunto eu, se pouco interessa ao português?) referente à raiz."

Li de novo o parágrafo em apreço e confesso, em sã consciência, que nada encontrei, absolutamente nada, que devesse corrigir. Os conceitos ali emitidos estão estritamente de acordo com as lições dos mestres da ciência da linguagem. Portanto, rever o quê?

As reflexões que S. Exª faz não tem cabimento num trabalho da natureza do meu. Ademais, julgo um pouco arrojadas algumas de suas afirmações. Será mesmo que tenha havido uma fase primitiva na história das línguas, "antes de se constituírem em famílias linguísticas", em que as raízes eram palavras isoladas? Não entro no mérito da questão. Limito-me apenas a citar a opinião de alguns autores que não pensam do mesmo modo que S. Exª. Ouçamos o que eles dizem: "No puede demostrarse que las raíces indoeuropeas obtenidas por el análisis *hayan sido nunca palabras reales...*" (P. Kretschmer, *Introducción a la Lingüística Griega y Latina,* trad. esp. Madrid, 1946, p. 98). "Mais de nos jours tout le monde s'accorde à considérer les racines comme de pures abstractions *qui n'ont jamais existé en tant que mots réels."* (Viggo Brøndal, *Essais de Linguistique Générale,* Copenhague, 1943, p. 119). "The doctrine of primitive roots *is no longer the concept of real historical existents, but of pure abstractions.*" (Wilbur Marshall Urban, *Language and Reality,* se. impr., 1951, p. 76).

Acho também que S. Ex.[avança muito, quando afirma, de modo categórico, que: "É raiz, tanto, p. ex., *reg-* como o morfema *-s* que se lhe juntou."

Esta afirmativa me parece hoje coisa superada, tresandando à épo-

ca de Bopp, para quem as desinências não passavam, em verdade, de outras tantas raízes, que se aglutinaram ao núcleo principal, perdendo a sua autonomia. Em que se funda o meu crítico para doutrinar que o *-s* de **regs* > *rex* é uma raiz?

Feitas estas observações de passagem, examinemos agora o parágrafo 273. Começo o referido parágrafo, pela definição de raiz: "o nome que se dá ao elemento primário e significativo da palavra". Penso que não pode haver aí motivo para revisão, porquanto é a raiz, na verdade, o núcleo ou elemento primário, em torno do qual se grupam os outros elementos de formação. Aliás, neste ponto, está S. Exª de acordo comigo. Em sua crítica, admite que ela seja o elemento primário. Em seguida, digo que esse elemento primário encerra uma significação, donde o emprego do "significativo". Vale a pena assinalar que este requisito importante, na definição de raiz, escapou ao meu crítico. É a raiz, com efeito, que contém o sentido fundamental da palavra.

Não basta, pois, dizer como S. Exª: "Sincronicamente (ou impropriamente) raiz é o elemento primário da palavra, despojado de qualquer adjunção ou modificador." Não basta, porque falta aí um requisito essencial, que é a significação. De uma omissão resvalou S. Exª num engano. É que não é possível chegar alguém ao conceito sincrônico de raiz, que resulta de uma análise ou decomposição, sem levar em conta o sentido geral presente em todas as palavras cognatas ou da mesma família. Quem o diz não sou eu, é ninguém mais, ninguém menos que mestre Ferdinand de Saussure:

> D'autre part, comme toute décomposition subjective et synchronique ne peut séparer les éléments matériels *qu'en envisageant la portion de sens qui revient à chacun d'eux,* la racine est à cet égard l'élément où le sens commun à tous les mots parents atteint le maximum d'abstraction et de généralité. (*Cours de Linguistique Générale,* 4e éd., Paris, 1949, p. 255)

No conceito de *raiz,* é tão importante a menção de tal requisito, que os linguistas deixam às vezes de aludir à sua condição de elemento primário, mas não se esquecem, na generalidade dos casos, de acentuar que ela representa, na palavra ou numa família de palavras, o sentido geral, ou melhor, o semantema.

Vejamos como eles se expressam neste assunto:

"Le mot indo-européen comprend ainsi trois parties: la *racine,* le *suffixe* et la *désinence,* dont chacune a un rôle distinct: la racine indique *le sens général du mot*..." (A. Meillet, *Introduction à l'Étude Comparati-*

ve des Langues Indo-Européennes, 7e éd., Paris, 1934, p. 147).

"Un nom indo-européen comporte d'abord une racine qui exprime la *notion concernée par le mot*." (P. Chantraine, *La Formation des Noms en Grec Ancien,* Avant-propos, Paris, 1933, p. IX).

"on nommera RACINE *l'élément essentiellement significative d'un mot* ou *d'une famille de mots,* SUFFIXES ou AFFIXES, les éléments dont l'adjonction nuance et précise le sens vague et général contenu dans la racine." (Victor Henry, *Précis de Grammaire Comparée du Grec et du Latin,* 5e éd, Paris, 1894, p. 108)

"Une racine se définit donc comme l'unité formée par un *concept...*" (A. Juret, *Dictionnaire Etymologique Grec et Latin,* Strasbourg, 1942, p. XV).

"Chiamiamo radici gli elementi *leg-, dic-,* assieme di suoni cioè designanti un *certo nucleo concettuale* che sta alla base delle parole che lo contengono..." (Vittore Pisani, *Glottologia Indeuropea,* 2. ed., Torino, 1949, p. 101)

"Nell'analisi morfologica distinguiamo innanzi tutto due elementi fondamentali: il semantema[14], che esprime il *significato fontamentale* di una voce o di un'intera serie di voci e il morfema, che indica le particolarità accessorie." (Carlo Tagliavini, *Introduzione alla Glottologia,* 4. ed., Bologna, 1950, p. 337).

"*base* and *inflexion* (also termed *semanteme* and, popular, *root,* the element containing the *general meaning of the word...*" (Louis H. Gray, *Foundations of Language,* New York, 1939, p. 150).

"Die Wurzel, die man in der Regel in uridg. Lautung anfürt, ...stellt nichts anderes dar als unsere Ansicht darüber, welches Stück einer Wortform, ... die Sprechenden gleichsam als *Bedeutungszentrum empfunden haben...*" (Karl Brugmann, *Vergleichende Laut-, Stammbildungs- und Flexionslehre...*, zweite Bearb., zweite Band, erst. Teil, Strassburg, 1906, p. 5-6).

"die letzten erkennbaren *bedeutsamen Lautbestandteile der Wörter."* (G. von der Gabelentz, *Die Sprachwissenschaft*, zweite Aufl., Leipzig, 1901, p. 295).

---

[14] Il semantema corrisponde dunque, in molti casi, aquello che comunemente si suol chiamare *racide,* e non manca se non in casi eccezionale e abbastanza rari..." (Carlo Tagliavini, *Ibidem,* p. 337).

Em suma, do que fica exposto, conclui-se que, se há alguém que precisa rever o que disse sobre *raiz,* não serei certamente eu. O conselho talvez aproveite ao meu próprio crítico, que nos ministra uma noção falha de *raiz,* com omissão do elemento mais importante, que é o semântico. Volta-se assim o feitiço contra o feiticeiro.[15]

Em sua crítica aos meus *Pontos de Gramática Histórica,* diz o Prof. Mansur Guérios: "Recentemente encaram os especialistas o vocábulo *arroio* como latino – *ruga* – com adjunção de *a-* – *arrugia* – conforme tendência fonética basca".

Quais sejam esses "especialistas" não nos diz S. Exª. Entretanto, era seu dever citá-los. Não é com simples alegações no ar que se desfazem ou se contradizem verdades tidas e havidas tradicionalmente como certas.

Mas examinemos, mais de espaço, o caso.

A primeira vez que a palavra aparece em autor antigo é em Plínio, que a consigna como pertencente à linguagem dos mineiros hispânicos: "Cuniculis per magna spatia actis cavantur montes ad lucernarum lumina. Eadem mensura vigiliarum est: multisque mensibus non cernitur dies. *Arrugias* id genus vocant..." (*Historia Naturalis,* Col. Nisard, Paris, 1883, vol. II, 1. XXXIII, c. XXI).

É ao texto de Plínio que se reportam os vários dicionaristas que a registram. Assim, Forcellini, Freud, Georges, Walde-Hofmann, Ernou-Meillet, Gaffiot etc. Mais tarde vamos encontrá-la, ainda na região ibérica, num texto do século IX, citado por Du Cange, sob a forma *arrogium*: "Et descendit, ubi intrat *Arrogio,* quae dicunt Rubisco, in Syle, et conclude per illum *Arrogium* de Rubiscum, etc." (*Glossarium Mediae et Infimae Latinitatis,* Parisiis, 1840-1850, t. I, p. 415).

A sua procedência ibérica é admitida por autores de peso, entre os quais se pode citar Meyer-Lübke.

> Nous pouvons toutefois donner, diz ele, avec assez de vraisembrance comme ibériques les mots suivants: esp., port. *páramo,* lande, déjà C.I.L., II, 2660, esp., port. *nava,* plaine, basq *nava,* cf. *Navarra,* esp. *vega,* port. *veiga,*

---

[15] Até aqui foi publicado no número de agosto e setembro de 1955 da *Revista Filológica*, continuando a partir da página 43 do número 5, do ano II da II fase, no 1º semestre de 1956. Como a diagramação dos dois números é diferente, uniformizamos os casos identificados, como os grifos, abreviaturas etc., para da forma mais próxima possível ao padrão da nossa *Revista Philologus.*

plaine, esp. *arroyo,* port. *arroio,* b.-lat. *arrogium,* ruisseau, dont *arrugia,* galerie de mine, qu'on recontre dans Pline... (*Grammaire des Langues Romanes,* trad. fr., reprint, 1923, vol. I, p. 47)

Como pertencente ao substrato ibérico cita-a Carlo Tagliavini, um dos mais reputados e modernos linguistas italianos: "Fra le voci documentate in latino come peculiari della Penisola Iberica e che con certezza o verisimiglianza si possono attribuire al sostrato, ricorderemo: *arrugia...*" (*Le Origini delle Lingue Neolatine,* 2. ed., Bologna, 1952, p. 106). Ainda como hispânica é que a registram J. Corominas (*Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana,* Madrid, Gredos, 1954, vol. I, p. 286) e Vicente García de Diego (*Diccionario Etimológico Español e Hispánico,* Madrid, 1954, p. 604, n. 726). Os três últimos autores estão aí vivos e, por isso, não podem ser tachados de antigos.

Relacioná-la etimologicamente com o latim *ruga,* como querem os "especialistas" recentes, no dizer de meu crítico, que parece endossar a sua opinião, é fazer *tabula rasa* da quantidade do *-u-,* que é longo em "rūga" e breve em "arrŭgia". Digo isto, porque não me convenceu o recurso de que Harri Meier lançou mão para justificar a mudança de quantidade do *-u-* tônico.

Mas admitamos, por um momento, que "arrŭgia" se derive de "rūga" através de **rugia,* com *a* protético, decorrente da pronúncia basca, – porventura se conhece a origem de "rūga"?

Afirmam Ernout-Meillet que, para esta palavra, não há etimologia clara: "Aucune étymologie claire". (*Dictionnaire Etymologique de la Langue Latine,* 3e éd., Paris, 1951, t. II, p. 1023). Destarte, nada se opõe a que pensemos num substrato pré-indo-europeu, de origem ibérica, de que terá surgido de um lado o vocábulo basco e de outro o latino. A hipótese de um substrato, que explique as duas formas, não repugna ao Prof. Serafim da Silva Neto: "A filiação de *arrugia* em *ruga* não exclui de todo, porém, a hipótese do *substrato...".* (*História da Língua Portuguesa,* Rio de Janeiro, 1955, fasc. IV, p. 152, nota 122)[16]. Restaria, porém, sempre o obstáculo da diferença da quantidade do *-u-.*

A hipótese de que "arrŭgia" se possa derivar de "rūga" não é novidade, como se me afigura querer inculcar o Prof. Mansur Guérios. Foi levantada nos começos do presente século [século XX] por L. Biadene:

---

[16] Leia o meu crítico a erudita nota que sobre a origem de *arrugia* escreveu o Prof. Serafim da Silva Neto, na obra citada.

> Questa voce *arrugia,* che il Forcellini, da cui abbiamo tolto la definizione testè datane, dice "hispanica" e "ad latinam consuetudinem traducta", è dunque invece anch'essa di base latina e non si potrà dire spagnuola se non in quanto fu usata in Ispagna in questa forma e col significato che s'é visto. (*Miscellanea Linguistica in onore di Graziadio Ascoli,* Torino, 1901, p. 555)

Veiculou-a mais recentemente a dupla Walde-Hofmann, sem explicar a diferença da vogal tônica. Estes mesmos autores, entretanto, nos acrescentamentos e correções (*Nachträge und Berichtigungen*), feitos ao 1º volume do seu *Lateinisches etymologisches Wörterbuch,* Heidelberg, 1938, p. 849, tornando à "arrŭgia", emendaram a mão e acolheram a hipótese sustentada por Bertoldi, que a filia a um substrato ibérico-basco **rugia.* (Ver *Bullétin de la Société de Linguistique,* XXXII, 1931, p. 120-123). Com a etimologia proposta pelo mestre italiano concorda plenamente Menendez Pidal, que prende ao mesmo substrato alguns topônimos sardos e espanhóis. (Ver *Orígenes del Español,* Madrid, 1950, 3. ed., p. 194, n. 2).

Dessa base pré-indo-europeia teriam saído também as formas existentes em dialetos do norte da Itália, como *rugia* (Piemonte), *rogia* (Trentino), *roie* (Friulano) etc., não obstante as reservas de Meyer-Lübke, que acha pouco segura a conexão de parentesco delas com o ibérico "arrŭgia". (Ver *Romanisches Etymologisches Wörterbuch,* 3, Aufl., Heidelberg, 1935, n. 678).

Poderá S. Exª, entretanto, pôr em dúvida que **rugia* seja substrato ibérico. Mas isto é outro assunto. Nada tem a ver com o nosso caso. Bertoldi, como vimos, é partidário desta hipótese. Franz Altheim, ao contrário, se inclina para um substrato alpino: "Das wort *rugia* gehört nicht der berberisch-iberischen Schicht, sondern der wet-östlich verlaufenden 'alpinen' an." (*Geschichte der Lateinischen Sprache,* Frankfurt am Main, 1951, p. 166).

Do que aí fica dito conclui-se que não tem razão, mais uma vez, o Prof. Mansur Guérios. Ao revés do que S. Exª afirma, os linguistas modernos não "encaram o vocábulo *arroio*" como procedente do latim *ruga*, antes parecem repelir essa hipótese. Falam, sim, num substrato ibérico ou alpino. Se o meu pouco atilado crítico entreviu a malfadada filiação no Walde-Hofmann, então não perca tempo, siga-lhe o exemplo, corrija-se mais que depressa, lembrado da velha sentença de Publílio Siro: *Satius ignorare rem quam male discere.*

Tratando dos elementos árabes, disse eu que a influência da língua árabe no português "se limitou quase exclusivamente ao vocabulário".

Esta inocente afirmação, porém, não agradou ao meu crítico, que parece haver-se assombrado com a minha ignorância: "Que mais queria o Autor? Se assim não fosse, já não existiria o português."

Às vezes fico em dúvida sobre o sentido exato em que deva tomar as palavras do Prof. Mansur Guérios. Será que S. Exª quis mesmo dizer o que aí está? Não terá o tipógrafo atraiçoado o seu pensamento? Não serei eu porventura vítima de um engano de interpretação? Estas e outras considerações me vêm ao espírito quando tento penetrar no sentido de certas afirmativas de meu crítico. Digo isto, porque me repugna acreditar que um filólogo da estirpe do Prof. Mansur Guérios ignore fato tão comezinho como este, que um idioma possa ser atingido em outras dependências, fora do vocabulário, sem que isso redunde em seu desaparecimento ou morte.

Acaso não será lícito a uma língua sofrer a influência de outra em sua fonética? Os exemplos estão aí para atestar que essa influência é real, existe de feito. Não é de outro modo que se explicam certas particularidades de pronúncia ou câmbios fonéticos, verificados em algumas delas.

Desçamos a pormenores.

É sabido que o *f-* latino foi conservado no castelhano até o século XV. A partir de então, foi ele substituído nas palavras do idioma de Castela por *h-*. Teria sido uma evolução natural? É o que não julgaram provável os linguistas. Por isso, empenharam-se em procurar a explicação do fenômeno alures. Não demorou muito que descobrissem a chave do problema. Com efeito, depois de assinalar a ocorrência do fenômeno, desde o século XI, em algumas áreas do norte de Burgos, da Rioja e do alto Aragão, assim conclui Menendez Pidal:

> estas regiones se encuentram immediatas al país vasco, donde también la *f-* fué siempre un sonido exótico; por esto debemos suponer que la sustitución de la *f-* por la *h-,* y hijo de la influencia ibérica..., de los dialectos indígenas vecinos al vasco. (*Manual de Gramática Histórica Española,* 6. ed., Madrid, 1941, p. 122-123).

No antigo francês, a aspiração do *h-* – hoje simples reminiscência histórica, uma vez que ele não é mais aspirado, deu tratos à bola a mais de um estudioso. Como explicá-la? Seria errôneo supor que ela pudesse remontar ao latim. O *h* deixara de ser aspirado na língua de Cícero muito antes da formação dos idiomas românicos. Na influência germânica encontraram os linguistas franceses a justificação do fenômeno: "On peut citer l'ancien français, qui emprunta au germanique l'*h aspiré...*" (A.

Dauzat, *La Philosophie du Langage,* nouv. éd., Paris, 1927, p. 102). E mais, tão grande foi a infiltração do elemento germânico no francês que Wartburg chega a atribuir-lhe as principais diferenças fonéticas existentes entre ele e o provençal: "Si donc le français présente un habitus phonétique nettement defférent du provençal, la cause en est l'infiltration germanique." (*Problèmes et Méthodes de la Linguistique,* trad. fr., Paris, 1946, p. 37).

A questão do *u* francês tem dado motivo a sérias controvérsias. A singularidade do fenômeno no seio das línguas românicas levou alguns linguistas a procurarem para ele uma justificativa fora do âmbito latino. Áscoli, por exemplo, pretendeu descobrir aí uma influência céltica, ou melhor, gaulesa:

> L'*ū* latino era uno schietto *u,* come appunto suona nel toscano *duro* ecc., laddove l'*ŭ* latino piegava all'incontro ad *o* (*o* chiuso), come appunto suona nel tosc. *noce* nuce ecc. Ora, il suono che tra'Galli stava men rimoto dallo schietto *u,* era l'*ü*. E il lat. *duro,* per esempio, non potea dal loro stromento orale esser facilmente riprodotto se non per *düro* (*düro dür*). (*Una lettera glottologica,* Torino, 1881, p. 23)

Esta opinião, embora contestada por alguns autores, é, de certo modo, aceita por Wartburg, que assim a explica:

> Il me semble donc permis de continuer à voir un celticisme dans le changement de *u* > *ü,* avec les modifications que voici: les Gaulois avaient des habitutes articulatoires que devaient donner une couleur plus palatale à l'*u*. (*Evolution et Structure de la Langue Française,* 3ᵉ éd., Berne, 1946, p. 23)

Em certas regiões da Sicília e em todo o sul da Itália, observa-se um tratamento especial das geminadas latinas *-ll-*. Acham-se elas representadas nos dialetos locais por *-dd-*. O fenômeno é uma decorrência de antigas línguas aí faladas. Assim o resume Wartburg:

> Ainsi lorsque les colons de Haute-Italie furent appelés pour repeupler et romaniser la Sicile enlevée aux Arabes, ils se trouvèrent sans transition en présence de phonèmes très dirférents de ceux qu'ils apportaient avec eux. En Sicile comme dans toute l'Italie du Sud, on prononçait, au lieu de *ll* un son apical *dd.* Avec le temps, ce son fut recueilli dans le système phonétique des dialectes de Sperlinga, Aidone, etc., qui présentent un caractère haut-ital. Mais on ne se borna pas à *ll*: chaque *l* simple fut bientòt, lui aussi, remplacé par *dd.* Précédemment les colons prononçaient, comme on le fait en Hte-Italie, *stella* e *luna* avec le même *l.* Prononçant maintenant, à l'imitation du Sicilien *stidda* (*stella*) *stedda* (Sperlinga) ou *stidda* (Aidone) ils introduisirent ègalement ce nouveau son dans *luna,* que les Siciliens prononçaient avec *l.* (*Problèmes et Méthodes de Linguistique,* trad. fr., Paris, 1946, p. 27)

Se quisermos dos idiomas românicos remontar ao latim, aí encon-

traremos, na própria aspiração, seguro exemplo de que uma língua pode sofrer o influxo fonético de outra. O *h* já havia perdido a sua aspiração, em latim, muito antes da época imperial. O restabelecimento de sua aspiração se deve ao grego. As letras gregas χ, θ, φ, antes representadas por *c, t, p,* passaram depois a ser grafadas *ch, th, ph,* indicando aí o *h* a aspiração própria daqueles fonemas na língua de Homero, desde o momento em que os romanos se deixaram apossar, não obstante a repulsa de velho Catão, da mania de imitar o grego. Então, antigas palavras latinas, sem nenhuma razão, passam a ser pronunciadas com aspiração, e o *h* é que representa nelas a "nota aspirationis", de que falam os gramáticos. Membros de famílias ilustres do Lácio consideraram que seria um sinal de distinção e nobreza incorporar aos seus nomes aquele "cachet grec". É, pelo menos, o que nos diz Niedermann:

> Dès lors certaines familles romaines trouvèrent élégant de donner à leurs noms un cachet grec en les afflubant de l'aspiration en question. Les Sempronii changèrent leur cognomen *Graccus*[17] "geai" en *Gracchus;* sur des monnaies de l'an 103, on trouve *Pulcher;* "Cetēgus", Otō", "Torius" devinrent "Cethēgus", "Othō", "Thorius". Enfin, cette prononciation hellénisante s'étendit même aux noms communs, "sulpur" *soufre,* "centuriō", *centurion,* "corōna" *couronne,* " lacruma", "lacrima" *larme,* "praecō" *héraut,* "pulcer" *beau,* "sepulcrum" *tombeau,* faisant place, dans la bouche des gens que voulaient être à la page, à "sulphur", "chenturiō" ou "centhuriō", "chorōna", "lachruma", "lachrima", "praechō", "pulcher", "sepulchrum" ou "sephulcrum". (*Précis de Phonétique Historique du Latin,* 3e éd., Paris, 1953, p. 85)

Ela foi para os habitantes de Roma uma espécie de pedra de toque que servia para distinguir as pessoas das classes elevadas e humildes da sociedade. A mania se generalizou de tal modo que despertou contra ela a veia satírica de Catulo (*Carmen, 84*).

Nem mesmo o acento, que é coisa muito particular a cada idioma, se conserva intacto no conflito que se estabelece entre as línguas. Observa-se isso claramente com as pessoas que se ausentam, por muito tempo, de seu país de origem. Os ouvidos se habituam ao acento da língua estranha, os órgãos emissores se afazem à pronúncia alienígena, de maneira que, quando a ele retornam, aplicam inconscientemente à língua própria o acento da estrangeira. Fatos dessa espécie são muito comuns, em nossos dias, em que as facilidades de comunicação são maiores, em que as relações internacionais mais se estreitam e intensificam.

---

[17] A aspiração nestes e noutros cognomes explica Schulze por provável influência etrusca. (Ver Kretschmer, *Introducción a la Lingüistica Grieca y Latina,* trad. esp., Madrid, 1946, p. 234).

O que se verifica no presente deve ter-se verificado em época pré-literária com o latim, ou melhor, com o itálico. Nenhum dos idiomas indo-europeus possui o acento de intensidade inicial, o que vem demonstrar a sua inexistência no protoindo-europeu. Entretanto, o latim, segundo a maioria dos linguistas, teve, em sua fase pré-literária, aquele acento. Como explicar o fato, senão pelo contato dos povos itálicos com outro, cuja língua o possuía? Kreitschmer, secundando a opinião de Schulze, acha possível que eles o tenham herdado dos etruscos:

> Pero sería todavía de mucha mayor trascendencia que la acentuación preliterária de la primera sílaba de cada palabra en latín hubiera que atribuirla a influencia etrusca; es cierto que esto no puede demostrarse de un modo absoluto, pero, no obstante, es verosímil, y en todo caso parece cronologicamente posible. (*Introducción a la Lingüística Grieca y Latina,* trad. esp., Madrid, 1946, p. 234)

Nem ao âmbito dessa influência escapa a morfologia, embora seja nesse domínio que as línguas oferecem mais resistência. Os antigos linguistas chegavam mesmo a negar que isso se pudesse verificar. Os modernos, entretanto, se mostram mais transigentes. Poucos são hoje os que a negam, entre os quais vejo que se inclui o Prof. Mansur Guérios. Convém lembrar que foi ela assunto especial de um tema, apresentado a debate no "Sexto Congresso Internacional dos Linguistas", realizado em Paris, em julho de 1948. Nas *Actes,* que estão publicadas, poderá o meu crítico certificar-se de que, se houve algumas vozes discordantes, a maioria se manifestou inequivocamente pela aceitação da tese. Este fato reconheceu-o, em seu relatório, o Prof. Hans Vogt, da Universidade de Oslo: "Tous nos collègues, à quelques exceptions près, se sont prononcés por la possibilité, en théorie illimitée, de l'influence d'un système morphologique sur un autre..." (*Actes du Sixième Congrès International des Linguistes,* Paris, Klincksieck, 1949, p. 35).

Para não alongar muito esta parte de minha resposta, citarei aqui as principais opiniões que se manifestaram favoráveis à influência morfológica:

> There is no limit in principle to the influence which one morphological system may have upon another. The interest of the linguist centers in the degree of resistance offered by different parts of the system exposed to similar external pressure. (For instance in Hungarian it is the verbal, but in Finnish the nominal system which shows more traits reminiscent of Indo-European structure. (C. E. Bazell, *Ibidem,* p. 303)

> Il existe des exemples ifféfutables pour l'influence du système morphologique d'une langue donnée sur le système d'une langue góographiquement voisine. (Les systèmes des cas en roumain et bulgare révèlent même des ac-

tions réciproques. (E. Seidel, *Ibidem,* p. 335-336)

> Ainsi que l'ont démontré les néolinguistes italiens d'abord et l'Ecole de Prague ensuite, il n'existe absolument, pas de limites à la pénétration du système morphologique d'une langue par celui d'une autre; cette pénétration, on le sait, peut arriver jusqu'à transformer entièrement le système mofphologique d'une langue (cf. e. g. l'anglais, le bulgare, l'arménien). (g. Bonfonte, *Ibidem,* p. 304)

Creio que não são necessárias mais citações. Bastam as que aí ficam, para que o meu crítico se capacite de que a morfologia de uma língua pode ser atingida pela de outra. Todavia, se S. Exª ainda nutre alguma dúvida sobre tal assunto, aconselho-o a que leia todas as comunicações e discussões, que ocupam quase uma centena de páginas do volume citado. Aponto-lhe principalmente a de Bonfante, que trata da ação do grego sobre as línguas românicas (p. 504-506); a de L. Galdi, que versa sobre o crioulo francês (p. 307-315); a de Krepinsky, que assinala a influência do eslavo sobre o romeno (p. 317-324); a de M. Moreno, que ressalta a pressão forte exercida pelo cuchítico[18] sobre as línguas da Etiópia (p. 325-332).

Finalmente, a própria sintaxe não está isenta de influências estranhas.

Não é necessário andar à cata de exemplos distantes, nesse domínio, quando os temos à mão. Todos os professores de português sabemos da luta constante que travaram os filólogos do século passado [século XIX] e que continuamos a travar em nossos dias, embora não com tanto vigor, contra os galicismos de toda ordem, especialmente os sintáticos. Apesar disso, eles se insinuam em nossa língua literária, o que se explica pelas frequentes leituras de obras francesas e pelas más traduções que inundam o mercado nacional do livro. Não aponto exemplos, porque o meu crítico os conhece tão bem quanto eu.

Querer negar essas influências é fechar os olhos à evidência dos fatos ou cerrar os ouvidos ao depoimento dos linguistas, como veremos.

Sauvageot, por exemplo, acha que a sintaxe de uma língua é atingida primeiro que a própria morfologia:

> Mais l'action d'une langue sur la morphologie d'une autre ne se produit qu'en second lieu. C'est d'abord sur la syntaxe que s'exerce la première action, celle qui est déterminante. Quand la syntaxe d'une langue a été modifié

---

[18] Grupo de cerca de 24 línguas faladas na África oriental, Oeste do Sudão e Norte do Egito, segundo o *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*.

> par celle d'une autre langue, elle est devenue réceptive à des décalques morphologiques. (*Ibidem,* p. 500-501)

Afirma o Prof. V. Polák em sua comunicação, feita numa das sessões do citado Congresso, que uma estrutura linguística não é coisa perfeita e acabada, antes admite variações individuais que se vão fixando na língua a ponto de poder atingir o próprio sistema linguístico, e conclui:

> Or, c'est là, précisément, que peut entrer en jeu l'action de structures étrangères: si les sujets parlants éprouvent, à un moment donné, l'insuffisance de certais procédés d'expression de leur langue, et si les circonstances historiques sont favorables à l'action d'une langue étrangère, il peut arriver qu'ils complètent ou remplacent les procédés d'expression en cause par des procédés d'expression empruntés, et ceci sur tous les plans (phonétique, morphologique, syntactique, etc.) de la structure linguistique. (*Ibidem,* p. 334)

Falando dos conflitos das línguas nos Estados Unidos da América do Norte, para onde é grande a afluência de imigrantes, assinala Vendryes a influência do inglês sobre o alemão. Cita a propósito a frase alemã – *Milch gleicht der Onkel nit,* onde vê um decalque do inglês – *Uncle does not like milk.* (*Le Langage,* Paris, 1921, p. 334). Algumas páginas depois, denuncia a ação do eslavo sobre o alemão da Áustria, o que se pode depreender da ordem das palavras na seguinte frase, onde o objeto direto, contra o hábito do idioma teuto, precede o verbo: *guten Morgen wünsch'ich Ihnen* ("bons dias eu vos desejo"), *Recht hat er* ("razão tem ele"). (*Ibidem,* p. 342). Outro idioma que tem suportado o impacto direto do inglês americano é o polonês. As observações que fez, a este respeito, Doroszewski, em sua obra intitulada *La Langue Polonaise aux États Unids,* Varsóvia, 1938, são dignas da mais atenta leitura.

A colocação do pronome sujeito depois do verbo em francês, atribui-a Meillet à influência germânica:

> La concordance entre l'usage français et l'usage germanique est complète ici: le sujet se place après le verbe soit pour indiquer l'interrogation, soit si la phrase commence par quelque détermination: *Ci-gît Pierre.* Comme ces usages n'ont en eux-mêmes rien de nécessaire, qu'ils résultent des conventions traditionelles, ils traduisent le fait que, durant plusiers siècles, des hommes habitués à pratiquer à la fois le latin et le germanique ont construit leurs phrases latines comme leurs phrases germaniques. (*Linguistique Historique et Linguistique Générale,* t. II, nouv. tir., Paris, 1938, p. 97)

A influência da sintaxe francesa e latina no inglês é reconhecida por Sapir, pelo menos na língua literária: "In the sphere of syntax one may point to certain French and Latin influences, but it is doubtful if they ever reached deeper than the written language." (*Language,* New York, 1939, p. 216, n. 9).

Mais forte certamente foi, nesse domínio, a ação do grego sobre o latim. Rastreamos os traços vigorosos dessa ação nos principais autores latinos, especialmente a partir de Augusto. Para o meu crítico avaliar o grau dessa influência, reconhecida e proclamada pelo próprio Horácio, que não sentiu feridos, por isso, os seus melindres de patriota (*Graecia capta, ferum victorem cepit*[19]) basta consultar a obra clássica, já hoje rara, de J. Brenous, intitulada *Etude sur les hellénismes dans la syntaxe latine,* Paris, Klincksieck, 1895; ou qualquer das seguintes: *Syntaxe latine* de O. Riemann, revista por A. Ernout, 7e éd., Paris, Klincksieck, 1942; *Syntaxe latine* de A. Ernout e François Thomas, Paris, Klincksieck, 1951; *Syntactica*: *Studien un Beiträge zur historischen Syntax des Lateins* de Einar Löfstedt, Lund, 1933; e *Lateinische Grammatik* de Stolz-Schmalz, revista por Hofmann, fünft. Aufl., München, 1928. De uma das obras mencionadas citarei apenas um passo, que tomo aos latinistas franceses Ernout e Thomas: "Par suite de l'influence exercée par le grec comme langue de civilisation, *d'assez nombreux hellénismes se sont introduits dans la syntaxe latine.*" (*Syntaxe latina,* Paris, Klincksieck, 1951, p. 2).

Nem se diga que essa influência ficou restrita à língua literária, pois é sabido que se encontram dela reflexos também na vulgar, como o atestam a *Cena Trimalchionis*[20] e a *Biblia*[21].

Reatemos agora o fio da meada, roto pela série de considerações que venho fazendo. Julgo não subsistir mais nenhuma dúvida de que línguas de sistema e estrutura diferente, uma vez em contato, possam penetrar-se e interpenetrar-se, em certas circunstâncias. Se não bastassem as opiniões e as provas aqui aduzidas, aí estariam as chamadas línguas "mistas", para atestar a realidade do que afirmo.

Ora, o árabe, durante tanto tempo, língua oficial da Península Ibérica, e que foi falado pelos cristãos simpatizantes da cultura muçulmana, como é o caso dos moçárabes, gozando, além disso, do prestígio de uma

---

[19] *Epist*., 1, 1. I, v. 156.

[20] Falando da sintaxe de Petrônio, assim se externa E. Thomas: "La sintaxe devient là si particulière que l'idiome en prend un air presque étranger. Les phrases s'émaillent de réflexions prudhommesques, de grécismes, de solécismes, sans compter plus d'un emprunt à la langue verte de Rome". (*Pétrone,* Paris, 1912, p. 176)

[21] Referindo-se aos helenismos do latim da *Bíblia,* diz Pierre de Labbriolle: "Déjà très hospitalière aux hellénismes chez les auteurs profanes de l'Empire, cette langue s'incorpora de la sorte quantité de mots nouveaux formés sur le grec, et la syntaxe elle-même subit l'action de la Bible grècque". (*Histoire de la Littérature Latine Chrétienne,* 3e éd., Paris, 1947, t. I, p. 76-77).

civilização mais adiantada, não exerceu o influxo que era de esperar sobre o romanço, existente na extremidade ocidental da Península. Nem faltou, para isso, como se viu, a condição de bilinguismo de uma boa parte da população. Entretanto, a influência do árabe não foi além do vocabulário. Não se conhece, no português, um só fato fonético, morfológico ou sintático, que se lhe possa atribuir.

Nem mesmo no castelhano, com que o árabe esteve mais tempo em contato, foi mais profunda essa influência. Se o meu crítico continua ainda a vacilar, atente para estas palavras de uma autoridade insuspeita, que é Engelmann:

> Toutefois il ne faut pas exagérer l'influence de l'arabe sur l'espagnol. *Ni la grammaire, ni la prononciation ne s'en sont ressenties.* Le génie de ces deux langues était trop différent pour que l'une exerçât sur l'autre une action tendant à la modifier. Il faut donc considérer comme de vaines imaginations "l'intonation arabe" et "les teintes mauresques" de l'espagnol, dont quelques-uns ont parlé. *Le vocabulaire seul a été enrichi de mots arabes.* (Dozy-Engelmann, *Glossaire des mots espagnols et portugais derivés de l'arabe*, Introduction, 2e éd., Leyde, 1869, p. 2)

Não tem, pois, cabimento a pergunta de meu crítico: "Que mais queria o Autor?" e muito menos aquela conclusão inoportuna: "Se assim não fosse, já não existiria a língua portuguesa!" Como não existiria? Porventura a única influência admissível de uma língua sobre outra é a que se verifica no vocabulário? Foi para mostrar ao meu crítico que a sua conclusão é de todo errada, que me alonguei mais que devia nesta parte de minha resposta.

Agora, seria a minha vez de estarrecer diante da admiração com que o Prof. Mansur Guérios rematou a sua frase. Não o faço, entretanto, porque é de meu feitio não tripudiar sobre os enganos ou faltas alheias. Somos todos feitos da mesma argila friável, sujeitos, por isso, aos mesmos lapsos. Defendo-me, é certo, das críticas que julgo improcedentes. É um direito que me assiste, como a qualquer cidadão que se preza. Mas forcejo, em minha resposta, por não ultrapassar aquela linha justa que separa os homens de boa educação e caridosos dos que o não são. É que ainda, no mais aceso do debate, não me esqueço nunca da grande verdade contida nas palavras de São Paulo: *Scientia inflat, caritas vero aedificat.* (*Epistula ad Corinthios,* 1ª, c. 8)

Critica o Prof. Mansur Guérios, como errada, a minha definição de *arcaísmos*: "palavras, formas ou expressões, que, por velhas, deixaram de ser usadas". E arremata: "Quantos vocábulos revelhos existem

que ainda são empregados".

Parece incrível que isto tenha saído da pena de S. Exª. Mas a verdade é que saiu. Só uma coisa pode justificar o seu comentário tão aberrante da lógica: o meu crítico não entendeu a definição que dei. Se há "vocábulos revelhos", ainda usados até hoje, é claro que não são arcaísmos, pois, na minha definição, só são considerados tais "os que deixaram de ser usados".

Ademais, S. Exª tomou aquele "velhas" muito à letra, esquecido da advertência do evangelho de que "a letra mata". As palavras não se tornam "velhas" pela idade, como parece pensar o meu censor. Dizemos que uma palavra "envelhece" não porque tenha séculos de uso, mas porque vai deixando de ser usada. Uma das causas desse "envelhecimento ou arcaização" é o desaparecimento da coisa, cuja ideia ela representava. Assim, pode um termo, mesmo novo, excepcionalmente arcaizar-se. Frequentemente acontece isso com os neologismos introduzidos pela moda. Passada a vigência desta, a ausência de emprego faz que ele se arcaíze. É este um fato comezinho na história das palavras. O meu crítico sabe perfeitamente disso, mas finge ignorar.

Admitamos, porém, que "velhas" esteja aí empregado na acepção verdadeira. Entre os sinônimos de "velho" não está "antiquado"? Se tiver dúvida sobre isso, consulte um vocabulário qualquer da língua. Para poupar-lhe trabalho, vou indicar um, encontradiço em todas as estantes. É o *Pequeno Dicionário Brasileira da Língua Portuguesa.* Nele encontrará S. Exª a confirmação do que digo. Assim, em lugar do adjetivo "velhas" entenda o meu crítico "antiquadas".

A definição ficará, pois, assim: "Arcaísmos são palavras, formas ou expressões, que por antiquadas, deixaram de ser usadas." Preferi "velhas" a "antiquadas" para evitar o eco resultante da sucessão final de -*adas.* Está satisfeito agora o meu crítico? O que não é possível é numa definição de arcaísmo omitir a ideia de "velho" ou "antigo", contida no grego "archaïos", de que se formou o vocábulo.

Terminando, creio haver respondido aos reparos mais importantes que S. Exª fez aos meus *Pontos de Gramática Histórica.* Antes de pôr o ponto final a esta resposta, cabe-me confessar que não me move nenhum intuito polêmico. Defendo-me, volto a dizer, porque acho que é um direito que me assiste e do qual, em hipótese nenhuma, abriria mão. Em hipótese nenhuma, entenda-se, quando a crítica parte de quem merece resposta. Em caso contrário, prefiro poupar papel e tinta, tão escassos hoje, e

me encastelar no silêncio, que é ainda a melhor resposta que se pode dar a certa casta de indivíduos.

Agradeço a S. Exª a ação generosa e cristã de querer desculpar os meus senões, ou que o meu crítico julga tais, com a ressalva de que me afastei "durante anos das lides magisteriais e dos estudos linguísticos". Agradeço-lhe a ação generosa, mas não posso aceitar o motivo invocado para a justificativa de meus desacertos, se é que os houve. Não posso aceitar, porque ela nada justifica.

Penso que S. Exª não se sentiria satisfeito, se eu aqui, de público, dissesse, com a mesma intenção cristã, para explicar o ranço doutoral, com que condena verdades corriqueiras, que isso decorria de sua condição de filólogo da província, que não pode estar a par de tudo que se publica, no país ou fora dele, sobre assuntos de sua especialidade. Não se sentiria satisfeito, e com razão, porque isso não corresponderia à verdade. Sou dos primeiros a reconhecer o valor de S. Exª e proclamar-lhe os méritos de estudioso, numa terra tão pobre, como á a nossa, de verdadeiros linguistas.

Estive, é fato, alguns anos afastado das "lides magisteriais", pagando o tributo filial de fluminense à administração de meu Estado, mas isto não significa que tivesse abandonado um gênero de estudos, para o qual me senti inclinado desde a mocidade. Ademais, se estive afastado do magistério, é força reconhecer que a ele retornei há alguns anos. Assim, já teria havido tempo, mais que suficiente, para me corrigir. Se enganos cometi – e certamente foram muitos – devem eles ser levados à conta da fragilidade humana, a que rendeu tributo o próprio Homero. Não me presumo infalível. É que, julgando o erro, como julgo, inerente ao ser humano, não me esqueço nunca da verdade contida nas palavras que Terêncio pôs na boca de Cremes: *Homo sum: humani nihil a me alienum puto.* (*Heautontimoroomenos,* ato I, Cena I, v. 77).

Anexo:

Carta de de Mansur Guérios[22]

Curitiba, 21 de março de 1956.

Prezado Prof. Lima Coutinho.

Só agora, com o início do ano letivo, dei com o nº 4 da Rev*ista* Filol*ógica* e com a "Resposta a um Crítico".

Creia-me, prezado colega, creia-me que a breve apreciação aos seus *Pontos* na revista *Letras* não teve absolutamente a intenção de menosprezar a obra, nem tão pouco de desconsiderar a sua pessoa, que muito prezo e honro, com amizade que vem desde há anos. Sinto muitíssimo eu haja chocado o amigo, mas insisto em declarar-lhe não esconder malícia naquelas observações.

Retornando a alguns tópicos discutidos, lastimo continuar a discordar do amigo:

1º) A expressão *lei de menor esforço* não pode ser incluída entre as leis fonéticas, e é o colega quem dá a razão para tal: "Como lei linguística, define-se a *lei do menor esforço* a tendência geral da linguagem para atingir o seu fim do modo mais simples e rápido possível." Ora, isto é genérico; abrange a fonética, a morfologia e a sintaxe. Como, pois, chama-la de *lei fonética*? Ou o menor esforço só se verifica nos fenômenos fonéticos? Ademais, lei do menor esforço não é peculiar à evolução das palavras portuguesas. Fenômeno universal, é verificável igualmente no chinês, no tupi, no árabe, etc.

2º) Se o colega acha que tresanda a bizantinice, p. ex., *palu* que não deu *pau,* deve igualmente achar bizantinice em todo e qualquer estudo linguístico, e deve, pois, renunciar ao esmiuçamento, ao infinitésimo das investigações jamais desprezadas pelos especialistas que ambos estimamos e estudamos.

Peço vênia para não concordar com a evolução de *palu* > *pau.* Is-

---

[22] Transcrição do original, do Espólio de Ismael Coutinho, por José Pereira da Silva, com atualização ortográfica.

to faria crer ao aluno que o *-u* português, no caso, é conservação do *-u* latino, de *palu*.

3º) O que escreveu o colega à p. 56 e adiante, a respeito de raiz, dá a entender que só se conhece raiz na família indo-europeia, e eu falei em "antes de se constituírem as famílias linguísticas". É verdade que Brøndal e Urban trataram do assunto em termo de linguística geral. Mas é preciso encarar o problema sob um prisma diferente. Sim, há uma abstração em *reg-,* como há em *rei* e em qualquer palavra, mas não o há dentro da oração, e sabemos que ninguém fala senão mediante oração. Em que pese a autoridade desses e de outros linguistas, sustento (perdão o expressar-me assim!) que se falava outrora **com** raízes, como ainda o fazemos na atualidade, com ou em raízes ou mediante as mesmas.

O *-s* de *regs* está no mesmo caso do fenômeno da aglutinação, e o que se verifica com as línguas aglutinantes o colega **não** o admite? Nem, portanto, reconhece essas? Mesmo que o *-s* seja, por hipótese, um símile de "cissiparidade" ou "secreção" de *reg* (fenômeno da metanálise, conforme Jespersen), ganhando um sentido, não vejo inconveniente de encará-lo como **raiz**, secundária por geração e pelo significado, pouco importa.

O reconhecimento **na palavra** de uma ideia ou significado fundamental ou principal não obsta o reconhecimento de outro ou outros significados, embora secundários ou acessórios, do elemento ou dos elementos aglutinados.

Concluindo, renovo os meus sentimentos, e aqui fico à espera do nº 5 da *Revista Filológica*.

Mansur Guérios

Rua Chile, 1787 [– Curitiba – PR]

SUFIXO *-ISMO*, OU *-MÓS*? A CONTRADIÇÃO EXISTENTE ENTRE A GRAMÁTICA GREGA E A PORTUGUESA A RESPEITO DA ORIGEM DO SUFIXO *-ISMO*, E UMA ANÁLISE DA SUA PRODUTIVIDADE NOS DIAS HODIERNOS

Vanderlei Gianastacio (USP)
vg30242@gmail.com

RESUMO

O objetivo desse artigo é demonstrar a origem do sufixo, bem como sua produtividade, a partir de Houaiss. O sufixo *-ismo* foi bem explorado na formação de novas palavras língua portuguesa, no período do Iluminismo. O Grupo de Pesquisa Morfologia Histórica do Português, coordenado pelo professor Dr. Mário Eduardo Viaro, da Universidade de São Paulo (USP), observou que no século XVI, não havia dez mil vocábulos com *-ismo* no léxico português, segundo a datação de Antonio Houaiss. O Dr. Zwinglio O. Guimarães Filho e o graduando Leandro Mariano, participante do Grupo de Morfologia de Histórica do Português (GMHP), utilizando o *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa* como *corpus*, selecionou os verbetes terminados em *-ismo* e demonstraram, de forma cronológica, as datas que os vocábulos com esse sufixo entraram para o léxico português. Com essa seleção e outras pesquisas, foi possível analisar a origem desse sufixo e sua produtividade, notaram-se também algumas diferenças do que são apresentadas pelas gramáticas de língua portuguesa acerca das características do *-ismo*.

Palavras-chave: Sufixo *-ismo*. Sufixo *-mós*. Gramática. Léxico da língua portuguesa

Nas gramáticas de língua portuguesa atuais, encontra-se a afirmação que o sufixo *-ismo* tem sua origem na língua grega. Assim, podem-se observar, entre outras gramáticas, algumas delas que trazem essa explicação. Na gramática de Bueno (1956, p. 103), o sufixo *-ismo* é apresentado com sua origem na língua grega. O autor exemplifica essa formação com o vocábulo "brasileirismo". Em outra gramática, a de Cuesta e Luz (1971, p. 177), os sufixos "de procedencia griega son [...] *-ismo: clasicismo*, 'clasicismo'"[23] (CUESTA & LUZ, 1971, p. 177). Já na gramática de Torres (1973, p. 53), o sufixo *-ismo* aparece dentro do subtítulo *alguns sufixos oriundos do grego*. Após explicar que esse sufixo está relacionado com doença, crença, escola, origem, sistema, afecção, estado e profis-

[23] "de origem grega são [...] *–ismo: classicismo,* 'classicismo'" *(tradução nossa)*.

são, o autor apresenta os seguintes vocábulos como exemplo, "reumatismo, romantismo, positivismo, latinismo, jornalismo, alcoolismo," (TORRES, 1973, p. 53).

Na gramática da língua portuguesa de Cegalla, o autor afirma que "os sufixos seguintes são de proveniência grega. *-ia*, *-ismo* formam substantivos que traduzem ciência, escola, sistema político ou religioso" (CEGALLA, 2005, p. 104). Os exemplos de vocábulos formados com o sufixo *-ismo* apresentados nessa obra são, "catolicismo", "socialismo", "romantismo" e "modernismo".

Ao analisar as gramáticas de língua portuguesa na história, a partir da obra de Simão Cardoso, *Historiografia Gramatical (1500 - 1920)*, observou-se, quando o sufixo *-ismo* apareceu pela primeira vez nas gramáticas de língua portuguesa. Esse fato ocorreu com a gramática de Júlio Ribeiro, editada sob influência de filólogos franceses, alemães e ingleses. Assim, essa obra, que parece ter sido produzida sob a influência de ideias estrangeiras, colaborou para alterar o estilo das gramáticas portuguesas que vinham sendo produzidas até então (ROCHA, 2006). Em 1881, é publicada, "na cidade de Capivari, a Gramática Portuguesa, introduzindo novidades aos métodos já apresentados por mestres europeus" (*Enciclopédia*, 2007).

Professor de língua portuguesa e de retórica, no Instituto de Instrução Secundária, em Salvador, e depois, em Campinas, Júlio Ribeiro "foi escritor, seguidor de Émile Zola, e, pela repercussão de seus romances, foi membro da Academia Brasileira de Letras" (LEITE, 2007, p. 01). Acerca desse momento, Cavaliere faz a seguinte afirmação:

> Os novos ares nacionalistas que inspiraram, sobretudo, as áreas provinciais do país conferem o clima propício para surgimento de textos sobre a língua vernácula, de índole flagrantemente normativa, cujo uso nas aulas de Retórica e Língua Portuguesa foi-se massificando até o início da segunda metade do século, quando o país assiste a clara mudança de rumos no fluxo dos estudos sobre a língua com a publicação da Gramática portuguesa de Júlio Ribeiro. (CAVALIERE, 2007)

A cultura no Brasil foi fortalecida pela transferência da Corte de Portugal para terras brasileiras, como também pela proclamação da independência, afirma Cavaliere. O novo ambiente no Brasil colaborava para o desenvolvimento da escrita, e a produção de gramáticas nesse período estava relacionada com a capacitação dos que moravam no Brasil, a fim de esses expressassem como "uma nova civilização consciente e ciosa dos valores culturais importados da Europa por uma sociedade emergente

e intelectualmente necessitada de afirmação" (CAVALIERE, 2007). É nesse momento que a *Grammatica portugueza* de Júlio Ribeiro é editada.

No início dessa obra de Ribeiro, encontra-se a primeira parte intitulada *Lexeologia*. Esta está localizada no Livro Segundo, *Elementos morphicos da palavra*, na secção terceira, denominada *Etymologia*. Numa subdivisão com o título *Substantivos derivados: palavras da língua portuguesa,* no momento em que trata dos *Affixos,* Ribeiro propõem que os sufixos são derivados das formas latinas, pejorativas, aumentativas e diminutivas. O *-ismo* é classificado dentro dos sufixos que se juntam ao radical de substantivos. Esse sufixo "designa a generalização do significado do substantivo primitivo, ex.: *Heroísmo, khristianismo, materialismo, organismo, positivismo, transformismo*" (RIBEIRO, 1914, p. 149).

Em sua abordagem acerca dos sufixos Ribeiro escreve que esses "são numerosos, uns derivados das fórmas latinas, outros das fórmas augmentativas, diminutivas e pejorativas do gênio da língua" (1914, p. 153). Os sufixos destacados por ele são os que se juntam ao radical de substantivos: *-aço, -ada, -ade, -ado, -al, -agem, -ão, -aria, -ato, -dura, -edo, -eda, -eiro, -ena, -essa, -eza, -iza, -ia, -io, -ismo, -ista, -mento* e *-ume*. Isso demonstra como Ribeiro já não estava mais preso à mesma filosofia de gramática que existia na época de Fernão de Oliveira e de João de Barros, pois tinha conseguido se adaptar à nova vertente gramatical que prevalecia em sua época. A produção de vocábulos com o sufixo *-ismo* no século XIX, pode ter colaborado com a percepção que Júlio Ribeiro teve da relevância desse sufixo, explicando-o melhor em sua gramática. Independente do caráter didático, Ribeiro apresentou os fatos da língua de uma forma mais fácil, mesmo assim, o autor não informa a origem do sufixo *-ismo* na língua grega, apenas diz que os sufixos são derivados das formas latinas (RIBEIRO, 1914, p. 149).

Maciel (1887, p. 443) faz a seguinte afirmação de Júlio Ribeiro, na terceira edição de sua gramática, no texto intitulado *Breve retrospecto sobre o ensino da Língua Portugueza*:

> baseada nos trabalhos dos philologos allemães, inglezes e francezes (...) o que se nos afigura é que se apressurou o Sr. Julio Ribeiro a de chofre quebrar a rotina, fosse como fosse, embora ainda não houvesse assimilado o quanto lera nos philologos extrangeiros. Entretanto, remanesce-lhe de certo o mérito de haver sido o primeiro a trasladar para compendio didactivo a nova orientação, evertendo os alicerces da rotina e servindo de norma par algumas Grammaticas que se publicaram em São Paulo. Nestas condições, o que se averigua é que por esta época já muitos professores que se norteavam pelos philologos, iam evangelizando, quer na docencia particular, quer em publicações esparsas,

> as novas doutrinas, desbravando-lhes o terreno onde se tinha de architectar os novos estudos (1887, p. 443).

A obra de Ribeiro consiste em uma introdução, lexeologia, sintaxe, aditamento e anexos. No momento da história em que sua obra foi escrita, "o centro da pesquisa é, na metade do século XIX, a palavra, entendendo-se o porquê da divisão não ser mais prosódia, etimologia, sintaxe e ortografia" (FÁVERO & MOLINA, 2006, p. 131). Para Ribeiro, as palavras devem ser consideradas de forma isolada, tanto em seus elementos materiais ou sons, como em seus elementos mórficos ou formas.

A gramática de Maciel (1887), intitulada *Grammatica analytica baseada nas doutrinas modernas*. O estudo acerca dos sufixos é encontrado na primeira edição, intitulado *Suffixos Nominativos*. O autor entende que esses sufixos "são aquelles que se junctam aos radicaes nominaes ou verbaes para formarem substantivos" (1887, p. 54). Após apresentar uma lista de sufixos, o autor explica que o *-ismo* abrange significados diversos na formação de palavras. São eles: "(crença religiosa) catholi *-cismo*, christian *-ismo*, calvin *-ismo* (seita partidaria) panthe *-ismo*, espirit *-ismo*, celtic *-ismo*. (costume, uso, modo) lusitan *-ismo*, britan *-ismo*, archa *-ismo*. (propriedade) fulgent *-ismo*, brilhant *-ismo*, dimorph *-ismo*" (1887, p. 57). Há a possibilidade de no vocábulo "catholi *-cismo*", ter ocorrido um erro de grafia, visto que o sufixo é *-ismo* e não *-cismo*. Os vocábulos *celticismo* e *fulgentismo* não foram encontrados no *Dicionário de Língua Portuguesa de Antônio Houaiss*. Apenas *celticismo* foi encontrado no dicionário Aulete Digital (2009), com a seguinte acepção: "características célticas, influência céltica, inclinação para o estudo da civilização celta".

Na terceira edição, ao iniciar a parte II, Maciel afirma que o sufixo *-ismo* aparece como resultado de "actividade, isto é, os que se aglutinam ao thema e dão ideia de acção exercida" (1887, p. 85). Essa forma de conceituar o sufixo *-ismo* lembra o *-mós* na língua grega, que era utilizado para formar substantivos de ação.

Outro gramático que faz uma exposição acerca dos sufixos é João Ribeiro, em 1889. A sua exposição acerca do sufixo *-ismo* é diferentes dos demais autores que abordaram o mesmo assunto antes e depois dele. Ribeiro afirma que o sufixo *-ismo* tem sua origem nos "verbos gregos em *-izo*" (RIBEIRO, 1914, p. 149). Os vocábulos que exemplificam o uso desse sufixo são: *despotismo, materialismo, espiritualismo, jornalismo, absenteismo*. Diferente dos demais gramáticos, até mesmo dos gramáticos atuais, Ribeiro explica que o sufixo *-ismo*, está relacionado com ter-

minação *-izo* na língua grega. Segundo Robertson (1919, p. 146), os vocábulos na língua grega que terminam em *-mós* expressam ação. Ele entende que o "grego é rico nestes sufixos formativos, que são mais ou mais menos populares em vários períodos da língua. Os sufixos no grego são bem semelhantes àqueles no Sânscrito antigo"[24] (ROBERTSON, 1919, p. 146).

Além desta posição a respeito do sufixo *-ismo,* no grego, defendida por Robertson, Carvalho Luz (1191, p. 37), em seu manual de língua grega, explica que a terminação *-mós* assinala ação: "*–μός*: *κλαυθ–μός*, pranto, choro, de *κλαίω* – eu choro, raiz *κλαφ*" (LUZ, 1191, p. 37).

Nota-se que o verbo *διώκω – perseguir* - não usa a letra sigma *σ*, no presente do indicativo médio, *δεδίωγμαι – prossigo* - mesmo sendo um verbo de ação. O futuro do indicativo deste verbo, com a raiz *διωκ-*, torna-se *διώξω*. A letra que foi acrescentada é a *ξ* (xi). Isto ocorre, porque os verbos que possuem as "raízes em *κ*, *γ* ou *χ*, unindo-se com o *σ*, formam o *ξ*; isto é, $\kappa + \sigma = \xi$; $\gamma + \sigma = \xi$; $\chi + \sigma = \xi$ " (TAYLOR 1986, p. 76). Para formar o substantivo *perseguição*, acrescenta-se à raiz do verbo, o sufixo *-μός*, transformando-o no substantivo *διωγμός*. Dessa forma, observa-se que esse substantivo deverbal não utilizou o *σ* (sigma) antes do sufixo *-mós*, em grego *-μός*.

Já, o verbo *βαπτίζω – imerjo, mergulho*, tem como raiz *βαπτιδ-*. Na língua grega, para a formação do futuro de um verbo, algumas terminações de raiz transformam-se em sigma *σ*. Por exemplo: as "linguodentais $\tau, \delta, \theta + \sigma = \sigma$ " (TAYLOR, 1986, p. 76). Por esse motivo o verbo *βαπτίζω*, no futuro, torna-se *βαπτίσω*. Quando esse verbo é transformado em substantivo, o *σ* (sigma) permanece antes do sufixo *-μός*, tornando-se em *βαπτισμός*, que é o ato da imersão.

Por isso, há um equívoco nas gramáticas de língua portuguesa, ao afirmarem que o sufixo *-ismo*, ou *-ismós* tem origem na língua grega. Não se encontra o sufixo *-ismo*, ou *-ismós* nas gramáticas gregas, e sim, o *-mós*. Pode-se notar que para a formação dos substantivos de ação no grego, recorria-se ao futuro dos verbos que apresentavam em sua raízes as terminações linguodentais *τ, δ, θ* como exposta por Taylor (1986, p. 76). Foi por causa dos empréstimos que vocábulos terminados em *-mós*

---

[24] "the Greek is rich in these formative suffixes, which are more or less popular at various periods of the language. The suffixes in the Greek are quite similar to those in the older Sanskrit." (*tradução nossa*)

entraram para o léxico latino, utilizando as letras *i* e *s* antes do *-mós*, resultando no latim a terminação *-ismus*, que tornou-se *-ismo* no português.

Além de Robertson e Taylor, Pharies explica que o sufixo *-ismo* também é produtivo na língua espanhola e tem sua origem na língua grega. Por empréstimo, passou a ser utilizado na língua latina (PHARIES, 2002, p. 356). Esse autor afirma que a língua latina aceitou, em seu léxico, mais trinta vocábulos oriundos da língua grega, terminados por *-ismós*. Esses vocábulos, em geral, passaram para o latim com os seus verbos correspondentes *-izo*, por exemplo, *catēchismus -ī / catēchizos, christiānismus -ī / christiānizō, exorcismus -ī / exorcizō*. Em alguns vocábulos que passaram do grego para o latim, formados com a terminação *-mós*, nem sempre o verbo correspondente ao substatnivo na língua grega também entrou para o léxico latino. Como exemplo, é o caso de *barbarismus,* pois o latim não recebeu do grego o verbo *barbarizo*, (comportar-se como um bárbaro). "Em outras palavras, o latim absorve o sufixo -ισμός, mas não adota a regra gramatical que regia seu uso no grego"[25] (PHARIES, 2002, p. 356).

Mesmo assim, com todo esse histórico da trajetória da língua latina, o sufixo *-ismo*, independentemente de ele ser compreendido como sufixo, ou não, na língua latina, chegou até a língua portuguesa. Furlan afirma que "quase todos os sufixos latinos derivaram para o português, embora com alterações. O registro da incidência da tônica serve de parâmetro para os vocábulos congêneres" (FURLAN, 2006, p. 152). Inicialmente, o sufixo *-ismus*, lembra Maurer Jr. (1951, p. 09), foi introduzido no latim cristão, como *christianismus (χριστιανισμός)* e *Iudaismus*. Cedo, o sufixo *-ismus* aparece no latim, como *paganismus.*

Além de o sufixo *-ismo* ter origem no grego *-mós*, percebe-se também, nas gramáticas de língua portuguesa, que sua produtividade fica limitada apenas a algumas áreas. Observando-se a parte de morfologia, derivação sufixal, nas gramáticas de língua portuguesa, percebe-se que o sufixo *-ismo* aparece como aquele que forma terminologia científica, como "reumatismo" e "daltonismo"; ou modo de pensar, de proceder, como "servilismo" e "heroísmo"; ou estilo peculiar de um determinado idioma, como "galicismo"; ou doutrinas religiosas, escolas filosóficas, e sistemas artísticos e políticos como, "budismo", "kantismo", "realismo" e "fas-

---

[25] "En otras palabras, el latín absorbe el sufijo –ισμός pero no adopta la regla gramatical que rige su uso en griego" *Tradução nossa*.

cismo" (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 97).

Ao analisar o léxico no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, percebe-se que sua produtividade abrange outras áreas não mencionadas pelas gramáticas. Mesmo na área religiosa, que geralmente o sufixo -*ismo* é conhecido apenas como formador de doutrina, como "protestantismo", *doutrina* do protestante; ou "calvinismo", *doutrina* de Calvino, percebeu-se também o uso do -*ismo* para designar *período* religioso. O vocábulo "vedismo", por exemplo, é o *período* religioso em que se praticaram os rituais escritos nos sagrados Vedas.

Outro conceito na área religiosa é encontrado no vocábulo "clericalismo". Nesse caso, não significa a doutrina do clero, e sim o *poder* do clero, sendo a palavra formada do adjetivo *clerical* + *ismo*.

A palavra "evangelismo", que surge na língua portuguesa por empréstimo do inglês, *evangelism*, adquiriu o conceito de proclamação, propagação, ou pregação do evangelho, deixando de ser, nos discursos dos líderes religiosos, a doutrina dos evangelhos. A palavra *magismo* não demonstra doutrina religiosa da magia, apenas o exercício desta.

Há também no meio religioso, outros dois exemplos de vocábulos formados com o sufixo -*ismo*, sem estar relacionado com doutrina religiosa. Um deles é o vocábulo *angelismo*. Nesse caso, não é a doutrina dos anjos, e sim a do desejo de alguém ser igual a um anjo. Algo semelhante acontece com a palavra *proselitismo*. Não há linha doutrinária que conceitue *proselitismo*, pois esse vocábulo denota o esforço do "prosélito" levar outra pessoa para sua própria religião.

Entre muitas outras áreas, poder-se-ia considerar a política. Um vocábulo de exemplo nessa área é "adesão". *Peemedebismo*, por exemplo, é conceituado, no Houaiss, como *adesão* ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro *(P.M.D.B.)*. Na filosofia, a palavra "adesão" foi encontrada em *spenglerianismo*, como a *adesão* à teoria de Oswald *Spengler*.

Sendo assim, percebe-se que o sufixo -*ismo* não é encontrado nas gramáticas gregas, e sim o sufixo ou terminação -*mós* e além de formar escolas, filosóficas, doutrinas religiosas e políticas, ele também abrange outras áreas da sociedade e do comportamento humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AULETE, Idicionário. Disponível em: <http://www.aulete.portaldapalavra.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=loadVerbete&palavra=mourismo> Acesso em: 11 mar. 2009.

BUENO, Francisco da Silveira. *Gramática normativa da língua portuguesa.* São Paulo: Saraiva, 1956.

CAVALIERE, Ricardo. *A corrente racionalista da gramática brasileira no século XIX*. Disponível em: <http://.ailp-edu.org/Resumos_Congr/A%20corrente%20racionalista%20da%20gramatica.doc> Acesso em: 16 dez. 2007.

CAVALIERE, Ricardo. *A corrente racionalista da gramática brasileira no século XIX*. Disponível em: <http://www.ailp-edu.org/Resumos_Congr/A%20corrente%20racionalista%20da%20gramatica.doc> Acesso em: 16 dez. 2007.

CARDOSO, Simão. *Historiografia gramatical: (1500-1920) língua portuguesa-autores portugueses*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1994.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa.* São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2005.

CUESTA, Pilar Vázquez; LUZ, Maria Albertina Mendes. *Gramática portuguesa.* Tercera edición. Madrid: Gredos, 1971.

CUNHA, Celso; CINTRA Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ENCICLOPÉDIA, Sorocabana. Disponível em: <www.sorocaba.com.br/enciclopedia/ler.shtml?1092549567> Acesso em: 16 dez. 2007.

FÁVERO, Leonor Lopes & MOLINA, Márcia A. G. *As concepções linguísticas no século XIX*: a gramática no Brasil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FURLAN, Oswaldo Antônio. *Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa.* Petrópolis: Vozes, 2006.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

LEITE, Marli Quadros. *O nascimento da gramática portuguesa.* São

Paulo: Paulistana & Humanitas, 2007.

LUZ, Waldyr Carvalho. *Manual de língua grega.* São Paulo: Casa Presbiteriana, 1991.

MACIEL, Dr. Maximino de Araujo. *Grammatica analytica baseada nas doutrinas modernas.* 1. ed. Rio de Janeiro: Typ. Central, de Evaristo Rodrigues da Costa, 1887.

RIBEIRO, Júlio. *Gramática portugueza.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

PHARIES, David. *Diccionario etimológico de los sufijos españoles y de otros elementos finales*. Madrid: Gredos, 2002.

ROBERTSON, A. T. *A grammar of the greek New Testament in the light of historical research.* Nova lorque: Hodder & Stoughton, 1919.

ROCHA, Jr. Roosevelt Araújo. (2007) *João Ribeiro entre história, gramática e filosofia.* Disponível em: <http://www.filologia.org.br/revista/36/06.htm> Acesso em: 15 mar. 08.

TAYLOR, William Carey. *Introdução ao estudo do Novo Testamento grego.* Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações – JUERP, 1986.

TÔRRES, Artur de Almeida. *Moderna gramática expositiva da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1973.

UMA ABORDAGEM FILOLÓGICA DE UM DOS VERSÍCULOS BÍBLICOS MAIS DIFÍCEIS DE INTERPRETAR (1 JOÃO 3.6)

Carlos Alberto Gonçalves Lopes (ABRAFIL)
calbertoglopes@hotmail.com

RESUMO

Este ensaio faz uma abordagem exegética de natureza filológica do versículo seis da primeira epístola joanina com o propósito de decifrar o seu verdadeiro sentido e, assim, orientar o leitor, que se perde diante das várias interpretações dadas a essa passagem bíblica, quase sempre inconsistentes e até mesmo incoerentes.

Palavras-chave: Exegese textual. Discurso. Semântica.

O versículo 6 do capítulo 3 da primeira epístola de São João tem sido objeto de muita controvérsia e, por conseguinte, pode ser considerado um dos trechos bíblicos mais difíceis de interpretar, haja visto o fato de Chaplin (1986, p. 258), só para citar um comentarista, apresentar cinco possibilidades de interpretação. Daí a importância de se decifrar essa passagem bíblica, não só com o propósito de se chegar a uma solução interpretativa mais coerente e convincente do que as que comumente são encontradas, mas, sobretudo, pelo fato de se utilizá-la para a defesa de uma doutrina equivocada acerca do pecado.

Tomando, como texto básico para análise, as traduções bíblicas clássicas e mais antigas de 1 João 3.6, lemos, na tradução Almeida corrigida, que "Qualquer que permanece nele não peca; qualquer que peca não o viu nem o conheceu"; na tradução do Pe. Figueiredo baseada na vulgata latina, que "Todo o que permanece nele não peca, e todo o que peca não o viu nem o conheceu"; e, na tradução brasileira, que "Todo o que nele permanece, não peca; todo o que peca, não o tem visto nem o conhece".

Para interpretar os enunciados referidos no parágrafo anterior, necessário se faz elucidar o contexto histórico e o propósito do autor da epístola; e, quanto a isso, não há dúvida de que o apóstolo João teve por alvo alertar os seus leitores contra a docetismo, isto é, uma heresia que ensinava não ter havido a encarnação de Jesus Cristo, pois Ele tinha apenas a aparência de ser humano e, portanto, não houve um salvador divino que tenha morrido de fato pelos nossos pecados.

O cerne da mensagem da epístola joanina, portanto, está no combate a esse desvio doutrinário; não sendo possível, em decorrência disso, encontrar a chave para a sua interpretação sem atentar para esse detalhe. Mas, afinal, o que o apóstolo João quer comunicar ao dizer que "todo o que permanece nele não peca"?

A explicação mais aceita, quando se questiona a respeito desse versículo, é a de que o verbo pecar, por estar aqui na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, expressa a categoria de aspecto contínuo, o que significa dizer que traduz uma noção de ação ininterrupta; e que, portanto, o que João quer dizer aqui é que todo aquele que de fato é cristão não peca continuamente; e que, se peca continuamente, não é cristão, não é de fato convertido; opinião essa defendida também, com pequenas variações, por Chaplin (1986, p. 258), Drummond e Morris (1990, p. 1434), Lopes (2004, p. 86, 94) e Wiersbe (2006, p. 649).

Essa interpretação, muito encontrada em nosso meio, provavelmente explique as traduções variantes, que surgiram recentemente após as traduções históricas supracitadas; sendo, a primeira delas, a que apareceu na tradução Almeida Atualizada, na qual lemos que "Todo aquele que permanece nele *não vive pecando*; todo aquele que *vive pecando* não o viu, nem o conheceu", onde se percebe a alteração de sentido com a mudança de *não peca* para *não vive pecando*; e, ultimamente, a que apareceu na tradução de Phillips (1994), com característica mais de paráfrase, na qual lemos que "A pessoa que vive 'em Cristo' *não tem o costume de pecar*. Quem *tem esse costume* nunca o viu nem conheceu", onde se constata a alteração de sentido com a mudança de *não peca* para *não tem o costume de pecar*.

Ocorre, porém, que interpretar a terceira pessoa do presente do indicativo "peca" (no grego, hamartânei) como estando necessariamente no presente cursivo ou linear é muito problemático, porque nem sempre o tempo presente expressa ação contínua, prolongada, opinião esta também defendida por Taylor (1977, p. 321). Uma evidência disso é que, no enunciado "Quem mora nesta cidade não *viaja*", o verbo viajar está na terceira pessoa do presente do indicativo e, no entanto, é legítimo interpretá-lo como estando expressando o aspecto pontual, isto é, de que quem mora nesta cidade não pratica a ação de viajar em hipótese alguma. Mas, se altero o enunciado para "Quem mora nesta cidade não *vive viajando*", aí muda tudo, porque a ideia que se tem agora é a de que os moradores podem até viajar, o que eles não fazem é viver viajando constantemente, sem parar.

Por outro lado, salvo se adotarmos uma noção muito estreita de pecado, na qual se exclua, dentre outros, os pecados de egoísmo, orgulho e omissão, torna-se difícil sustentar a tese de que o cristão de fato não peca continuamente, por pelo menos três razões a seguir expostas.

Em primeiro lugar, porque, com a conversão, o cristão não se liberta do pecado. Plumer (2010) diz haver "duas classes de pecado que permanecem com grande vigor na consciência daqueles cujo arrependimento é verdadeiro. São os pecados de omissão e os pecados secretos". Também Ryle (1988, p. 181) confessa que mesmo depois da conversão o egoísmo gruda em nós de modo a nos impulsionar somente para aquilo que tem a ver com as nossas almas, seja no que concerne aos nossos conflitos espirituais, seja no que concerne ao nosso progresso na fé, isso tudo nos levando a esquecer dos demais. Ora, considerando que tanto o pecado de egoísmo quanto o pecado de orgulho e os de omissão não são pecados pontuais e esporádicos, mas contínuos e constantes, próprios da natureza carnal decaída do ser humano, uma vez que tem a ver com atitudes e maneira de ser, estamos a cometê-los continuamente e não esporadicamente, como pode parecer para a maioria das pessoas, que têm uma percepção bastante limitada da natureza humana corrompida. Por isso mesmo é que não conseguimos passar um minuto sequer sem pecar, opinião esta aceita também pelo Dr. Don Kistler, em conversa que tivemos com ele na 26ª Conferência Fiel em 2010. Falta, portanto, a humildade para reconhecer o quanto somos imperfeitos e maus diante da pureza e santidade do nosso Glorioso Deus. Bayly (2010, p. 430) também reforça essa nossa percepção ao reconhecer que, "no estado de corrupção em que nos encontramos, não temos livre-arbítrio para o bem (Rom. 7:18ss; 9:16)" e "que, nesta vida, desde a queda de Adão, ninguém pode cumprir perfeitamente os mandamentos de Deus (Rom. 7:10ss.; 3:19ss.; 11:32)".

Em segundo lugar, porque a nossa experiência pessoal de vida, o depoimento de consagrados homens de Deus e os ensinos encontrados no texto bíblico evidenciam que, mesmo após a conversão, travamos uma luta diária sem trégua contra o pecado. De fato, se como regenerados estamos em paz com Deus, o mesmo não acontece com nós mesmos, visto que a todo instante nos contrariamos por não conseguirmos alcançar os elevados níveis de conduta exigidos pelo padrão divino, o que nos leva a estarmos continuamente sujeitos ao pecado em nossa existência terrenal; razão pela qual Bayly (2010, p. 394) diz ser comum entre os cristãos o desejo de fazer votos de abandonar algum pecado, até perceber que são

incapazes de cumpri-lo, resultando isso em frequentes quedas nos mesmos pecados.

Essa situação é muito bem ilustrada na vida do apóstolo Paulo, para quem, o bem que desejava, não conseguia fazer, enquanto o mal que detestava era exatamente isso que ele fazia, conforme seu próprio depoimento encontrado no capítulo 7 de Romanos, o qual, conforme Ryle (1988, p. 85-86), não descreve a experiência de um homem inconverso, ou de um cristão vacilante e jovem na fé, mas a experiência de um santo homem de Deus que vivia em íntima comunhão com Ele. O mesmo pode-se dizer de Jó, que apesar de ser considerado um homem íntegro, acabou por se reconhecer como um homem vil ao se confrontar com Deus (Jó 40.4).

Charles Spurgeon, citado por Brown (1994, p. 62), também serve para ilustrar a real situação do cristão em sua peregrinação neste mundo, pois deve ter travado uma luta intestina contra sua natureza pecaminosas, uma vez que tinha o hábito de fumar, apesar de ser reconhecido como um dos grandes heróis da fé; assim como, dentre outros, o exemplo do pobre hotentote convertido relatado por Ryle (1988, p. 175) ao dizer: "Senhor, livra-me de todos meus inimigos, mas, sobretudo, deste homem mau que sou eu".

Além disso, Owen (2010), por sua vez, revela haver algo de mal e detestável habitando o interior de todo cristão regenerado, acerca do qual ele denomina "pecado interior" que, apesar de ter sua raiz mortificada com a conversão, "é ainda uma lei de grande força e eficácia" (p. 236), capaz de fazer com que o crente se incline para cometer vários pecados; dentre os quais o de "desperdício de tempo, preguiça, vadiagem, inveja, (…), desavenças, rivalidades, ira, soberba, mundanismo, egoísmo" (p. 74); falhando assim tanto no entendimento quanto na obediência.

Infelizmente, nem todo cristão tem consciência da sua real natureza pecaminosa, talvez não só em virtude de "um ensino popular, mas infortunadamente errado, que diz que se nós não mantivermos uma vida santa, se não manifestarmos nossa retidão, então de forma alguma podemos pertencer a Cristo" (BROWN, 1994, p. 91), como também, principalmente, pelo fato de o reconhecimento da nossa indignidade, da nossa pecaminosidade, machucar muito o nosso ego, o nosso orgulho, sendo mais confortável enxergar a ruindade apenas nos outros, principalmente nos ímpios inconversos. Só que essa atitude é muito arriscada e perigosa, conforme relato de Lucas 18.10-14, onde se conta a história de um fari-

seu e de um publicano, em que o primeiro considerava-se um santo cumpridor da lei; enquanto, o segundo, considerava-se tão pecador que não ousava sequer levantar os olhos aos céus, limitando-se apenas a suplicar misericórdia a Deus; para, no final, o próprio Deus (Jesus Cristo) dar a seguinte sentença: "este (o publicano) desceu justificado para sua casa; e não aquele" (o fariseu).

Em terceiro lugar, porque aos olhos de Deus não fazemos o bem que desejamos, tanto é assim, que perante o jovem rico, relatado em Marcos 10.17-22, que se achava cumpridor dos dez mandamentos, Jesus lhe disse: "Ninguém é bom senão um, que é Deus". E, em outro lugar, o texto bíblico é taxativo ao dizer que "não há homem justo sobre a terra que faça o bem e que não peca" (Ec. 7.20).

Daí só é possível deduzir que, se nós não somos bons, então somos maus, já que não há meio termo; e, se somos maus, é porque estamos sujeitos a continuamente estarmos pecando, pois, do contrário, em alguns momentos seríamos bons, e a Bíblia exclui essa possibilidade. A propósito, diz Ryle (1996, p. 53, 64) que as raízes da corrupção humanas estão tão profundamente arraigadas, mesmo depois de ter sido o crente regenerado, lavado, santificado, justificado e feito membro vivo de Cristo que, assim como a lepra no corpo, o crente não poderá ver-se completamente livre destas raízes até o momento da sua morte. Para ele, só Cristo viveu sem pecado, enquanto todos os crentes nascidos de novo ofendemos a Deus em muitas coisas, havendo em nossas melhores obras imperfeição, inclusive em nossas orações, sem falar que não amamos a Deus como deveríamos (de todo nosso coração, com toda nossa mente, com todas nossas forças) e nem tememos a Deus como deveríamos. Em outro lugar, Ryle (1988, p. 86) é ainda mais incisivo ao afirmar que as ações mais santas do crente mais santo que tenha vivido estão mais ou menos cheias de defeitos e imperfeições; uma vez que, quando não são más em seus motivos, são más em sua execução, e, por si mesmas, diante de Deus não são mais que pecados esplêndidos.

Disso tudo se pode concluir que é impossível para o crente viver sem pecar continuamente, já que não conseguimos, só para citar um exemplo, amar aos nossos irmãos na fé ou a Deus no grau de amor que Jesus determinou que amássemos, sendo qualquer posição contrária a essa resultante de uma percepção distorcida da realidade. Realmente, Ryle (p. 54-55) também reconhece não ser possível dar-nos conta da tremenda pecaminosidade que aos olhos de Deus, santo e perfeito, tem o pecado (Jó 4.18), levando-se em conta o fato de nossa morada estar entre peca-

dores e nossa atmosfera ser de maldade, enfermidade e imperfeição, razão pela qual se torna impossível para nós formar um conceito correto do caráter vil e terrível do pecado, uma vez que não podemos sondar sua profundidade e não temos vara para medi-lo.

Por fim, termina reconhecendo que o que mais nos deixará pasmados no despertar do dia da ressurreição será a clara visão que teremos do pecado, de nossas faltas e de nossos defeitos. Até lá, ele não admite a possibilidade de termos uma visão completa da "pecaminosidade do pecado". Isso não significa dizer, todavia, que, por causa disso, o cristão vai se entregar ao pecado, como faz o ímpio; mas, muito pelo contrário, o que ele faz é travar uma luta renhida, contínua e sem trégua contra o pecado que habita em sua carne, se é que foi convertido.

Sendo assim, à luz do contexto histórico e linguístico da epístola joanina, resta buscarmos outra interpretação para o versículo objeto de nossa análise fora da interpretação comumente aceita; já que, conforme expomos, não só é inadmissível aceitar a hipótese de ser viável para o cristão viver sem estar continuamente pecando, quanto, pior ainda, admitir a possibilidade de viver sem pecar.

Lopes (2004, p. 164), interpretando l João 5.18 (Sabemos que todo aquele que é nascido de Deus não peca; mas o que de Deus é gerado conserva-se a si mesmo, e o maligno não lhe toca – ARC) argumenta de modo muito convincente que esse trecho refere-se "provavelmente ao pecado para a morte e significa que o nascido de Deus não comete o pecado de apostasia, que consistiria, ao final, em se voltar contra o próprio Pai (2.23)", mas, estranhamente, diverge dessa interpretação em relação aos versículos 6 e 9 do capítulo 3, que parecem seguir uma mesma linha de raciocínio e repetir a mesma ideia.

Cremos, então, que uma solução plausível para uma interpretação correta e coerente de 1 João 3.6 seria reconhecer que João tem em mente aqui o pecado específico da apostasia mencionado no versículo 19 do capítulo 2. Portanto, quando diz que "todo o que permanece nele não peca" está querendo dizer que não peca o pecado de adesão à heresia docetista que nega a encarnação de Jesus Cristo. E essa interpretação faz sentido em razão de o objetivo da epístola ser o combate a essa doutrina, isto é, defender o ponto de vista segundo o qual não há como alguém poder estar em Deus (ser convertido) e ao mesmo tempo negar a encarnação de Jesus e a sua morte vicária na cruz (pecado de incredulidade). Tal pecado, realmente, nenhum cristão genuíno comete. Essa exegese, que tam-

bém é defendida pela *Bíblia de Estudo de Genebra* (1999, p. 1512) como segunda possibilidade de interpretação, é possível de ser aplicada também em relação a 1 João 3.9 (Qualquer que é nascido de Deus não comete pecado; porque a sua semente permanece nele; e não pode pecar, porque é nascido de Deus – ARC) e a 1 João 5.18, já mencionado acima.

Finalmente, resta dizer que na hipótese de este ensaio exegético não servir para elucidar de uma vez por todas o entendimento de 1 João 3.6, o que seria muita pretensão, ele terá alcançado o seu objetivo se ao menos for útil para promover o debate em torno desse versículo. Também é bom esclarecer que toda contribuição enviada que sirva para reforçar ou corrigir a posição aqui defendida numa próxima reedição deste texto será muito bem vinda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAYLY, Lewis. *A prática da piedade*: diretrizes para o cristão andar de modo que possa agradar a Deus. Trad. de Odayr Olivetti. São Paulo: PES, 2010.

BÍBLIA de estudo de Genebra. São Paulo: Cultura Cristã; Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

BROWN, Stephen. *Quando ser bom não basta.* Trad. de Hagar Aguiar Caruso. Flórida: Vida, 1994.

CHAPLIN, Russell Norman. *O Novo Testamento interpretado versículo por versículo.* São Paulo: Milenium Distribuidora Cultural, 1986.

DRUMMOND, R. J.; MORRIS, Leon. As epístolas de João. In: *O comentário da Bíblia* (vol. II), São Paulo: Vida Nova, 1990.

LEE, Robert. *A Bíblia em esboço*: introdução, esboço e análise de cada livro da Bíblia. 5. ed. Rio de Janeiro: Dois Irmãos, 1987.

LOPES, Augusto Nicodemus. *Interpretando o Novo Testamento*: primeira carta de João. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

OWEN, John. *Para vencer o pecado e a tentação.* Trad. de Marcos Vasconcelos. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

PHILLIPS, J. B. *Cartas para hoje.* Trad. de Márcio Loureiro Redondo. São Paulo: Vida Nova, 1994.

PLUMER, William. *O que é arrependimento*. Trad. de Wellington Fer-

reira. In: *Vital Godliness*: a treatise on experimental and pratical piedy. São José dos Campos: Fiel, 2010.

RYLE, Juan Carlos. *El secreto de la vida cristiana.* Barcelona: El Estandarte de la Verdad, 1988.

RYLE, Juan Carlos. *Nueva vida.* Barcelona: El Estandarte de la Verdad, 1996.

TAYLOR, William Carey. *Introdução ao estudo do Novo Testamento grego.* 5. ed. Rio de Janeiro: Juerp, 1977.

WIERSBE, Warren W. *Comentário bíblico expositivo*: Novo Testamento (vol. II). Trad. de Susana E. Klassen. Santo André: Geográfica, 2006.

VOCABULÁRIO BRASILEIRO NO ROMANCE DE UM ESCRITOR PORTUGUÊS: O EXEMPLO DE *A SELVA*, DE FERREIRA DE CASTRO

Patrícia Soares Silva (UFRPE)
patriciaufrpe@gmail.com

RESUMO

Escrito pelo ficcionista português Ferreira de Castro, *A selva* se passa na imensidão da Amazônia, ambiente profundamente conhecido pelo escritor. Cenários e personagens da região ganham descrições acuradas nas palavras de Castro. O objetivo desta investigação é sondar quais as seleções lexicais de um escritor português ao descrever um cenário brasileiro. Para compor o esteio teórico, utilizamos as ideias de Elia (2003), Melo (1975), Noll (2008) entre outros. As nossas especulações nos conduziram à percepção de que Ferreira de Castro, ao longo de seu trabalho descritivo, faz uso de termos regionais amazônicos, estabelecendo um forte diálogo com o léxico brasileiro.

Palavras-chave: Português do Brasil. Regionalismos amazônicos. Ferreira de Castro.

1. De Lisboa à Amazônia: Ferreira de Castro e "A Selva"

> Eu devia este livro a essa majestade verde, soberba e enigmática, que é a selva amazônica, pelo muito que nela sofri durante os primeiros anos da minha adolescência e pela coragem que me deu para o resto da vida. (Ferreira de Castro, no pórtico de *A selva*)

O presente trabalho foi desenvolvido no contexto do Grupo de Investigações em Filologia Ibérica (GIFI), ambientado na graduação em Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco, e possui um caráter preliminar, o que justifica o fato de estarmos trabalhando numa perspectiva introdutória ao tema.

É nosso propósito sondar, no romance *A selva*, de Ferreira de Castro, quais são as seleções lexicais de um escritor português na tarefa de descrever um cenário brasileiro. Além disso, levamos em consideração a repercussão de tais opções na representação do Brasil feita no romance em foco.

A relação que a obra em pauta desenvolve com o português do Brasil será trazida para a discussão, de forma a nos ajudar a empreender a análise que desejamos construir.

A trama da obra em foco se desenrola na imensidão da floresta

amazônica brasileira, ambiente profundamente conhecido pelo escritor, que, ainda adolescente, teve lá uma permanência de quatro anos.

Assim sendo, conhecer alguns eventos da vida de Ferreira de Castro pode nos ajudar a entender melhor a ligação do escritor com o Brasil e com o cenário da obra em estudo. O autor de *A selva* nasceu em 1898, em Osselas, Portugal. Muito cedo, ficou órfão de pai. Com cerca de treze anos, é enviado para Belém do Pará, onde passa curta temporada na casa de um conterrâneo. Assim como sucede ao principal personagem do romance em tela, o anfitrião do futuro romancista envia-o a um seringal, o que inicia um período de sofrimento e sérias dificuldades para o jovem Castro. A experiência impressiona-o profundamente e fornece-lhe matéria para *A selva*, que recebeu tradução em várias línguas.

Durante a estadia no seringal, Ferreira de Castro escreve contos e crônicas para pequenos jornais brasileiros, além de um romance intitulado *Criminoso por Ambição*, o primeiro dos vários que escreverá. Em 1914, volta a Belém, onde passa tempos de muita penúria até conquistar reconhecimento pelos seus escritos. O ficcionista regressa a Portugal em 1919 e, sem o apoio e os contatos dos quais dispunha no Brasil, precisa recomeçar sua carreira. Passa por dias difíceis até que, na sua terra, ganha o respeito e a admiração de seus conterrâneos. Homem viajado, dono de uma consistente obra traduzida em várias línguas, homenageado em vários círculos – inclusive, por autoridades e escritores brasileiros – Ferreira de Castro vive até 1974, quando falece no Porto. Seus restos mortais descansam aos pés da Serra de Sintra, a caminho do Castelo dos Mouros, atendendo à vontade do escritor. O autor nunca deixou de visitar o Brasil, mantendo fortes os laços com a terra que um dia o acolhera.

Escreveu *Emigrantes*, *A selva* – publicado em 1930 –, *Eternidade*, *Terra fria, Pequenos mundos*, *A missão*, *As maravilhas artísticas do mundo* entre vários outros títulos.

A selva narra o percurso de Alberto, jovem português, ex-estudante de Direito, que foi exilado de seu país, devido ao seu envolvimento com movimentos contrários à fundação da República em Portugal. Filho de uma família antes bem-estabelecida, Alberto é recebido pelo tio, em Belém do Pará. Diante da situação de desemprego do sobrinho, o tio manda-o ao seringal Paraíso, nas entranhas da selva, às margens do rio Madeira. Alberto repete, assim, o trajeto de fracasso que muitos outros antes dele – na maioria, trabalhadores cearenses e maranhenses – já haviam experimentado. Antes fonte de riqueza, a exploração da borracha nos

seringais amazônicos era, então, uma atividade em decadência.

Abandonado pelo parente que devia tê-lo acolhido, Alberto parte, num misto de desengano e orgulho ferido, em direção ao difícil destino que o espera: febres, doenças, patrões injustos e desonestos, animais selvagens, índios agressivos e inconformados com a ocupação de suas terras estão entre os vários desafios daqueles que enveredam pela selva em busca de dias melhores.

Estudiosos como Mendonça (1966, p. 87) observam, em *A selva*, prenúncios do Neorrealismo português, pela abordagem do tema da injustiça social presente nas páginas dessa narrativa. Conforme nos diz o analista:

> A data oficial para o surto do Neo-realismo é o ano de 1940. A obra que assinala tal data, o romance de Alves Redol, Gaibéus. Isso não significa que o Neo-realismo não germinasse antes e não se tivesse manifestado em datas anteriores. Emigrantes (1928), A Selva (1930) de Ferreira de Castro, e alguns contos de Afonso Ribeiro (1938) abordavam já temas de desajuste social, desajuste que viria a ser o grande tema condutor das histórias neo-realistas.

A floresta amazônica é uma sombra marcante e onipresente ao longo de todo o romance, chegando, por vezes, a influenciar o estado de espírito das personagens, e, notadamente, de Alberto. A solidão e a incerteza colocam-no num estado de contemplação que o faz mergulhar numa profunda observação do entorno. A magnitude de tudo o que jovem português vê – selva, barcos e rios que parecem mares – também o impressiona bastante.

Durante a longa viagem nos rios amazônicos, em direção ao seringal, o jovem português observa, receoso e fragilizado, o "espetáculo das margens" (CASTRO, 2002, p. 43). Com sua imponência, a selva ajuda a esmagar as últimas forças do protagonista e parece aumentar-lhe o medo do desconhecido:

> Mas essa imensa vegetação, cerrada e multíplice, continuava a não permitir, apesar de tão próxima, que vislumbrasse a sua profundidade. Sugeria, porém, a existência de rincões em eterna sombra, de criptas vegetais onde o sol jamais entrava, terra mole e ubérrima, lançando por todos os poros um tronco para o céu – um mundo em germinação fabulosa, alucinante e desordenada, negando hoje os princípios estabelecidos ontem, afirmando amanhã uma realidade que ninguém ousaria antever (CASTRO, 2002, p. 43)

Já no seringal Paraíso, irônica designação para um lugar tão inós-

pito, nos raros momentos nos quais Alberto sente algum conforto[26], a selva parece mais amena e compreensível:

> A barraca tinha agora, para Alberto, um sentido provisório, perdendo a muralha verde a temerosa influência que exercia sobre ele. Via-a já com outros olhos, como se pertencesse a uma época nebulosa e distante a vida que ali vivera (CASTRO, 2002, p. 153).

Brasil (s.d., p. 47) chama a atenção para o papel da selva na narrativa. Diz o estudioso que a floresta amazônica não se apresenta como "motivo literário" ou "cenário de documentários de exotismo", mas como uma "realidade viva, monstro de milhões de cabeças", dotado de vontade própria e força esmagadora dos homens. Afinal, não são poucos os trabalhadores dos seringais que, ao invés de retornarem aos seus lares, não conseguem desvencilhar-se da vida na selva, deixando-se lá ficar por obra da exploração patronal e da falta de perspectivas ou tombando pela ação das febres, dos índios ou de qualquer praga local.

Brasil (s.d., p. 47) ainda comenta a expressão de Castro, em *A selva,* contrastando o seu estilo com o de outros grandes nomes da literatura portuguesa:

> Nisso ainda Ferreira de Castro se distingue dos outros grandes escritores portugueses. Não tem nada da opulência verbal nem das escavações da arqueologia lingüística dum Camilo, como nada tem do estilo vazado no bronze do vernaculismo dum Herculano; nada da linguagem rendilhada, espumante de ironia dum Eça, nem da hipertrofia orquestral de que Fialho revestia os seus sarcasmos. É o português tal qual se fala, pura expressão do pensamento e veículo de convivência humana.

A essas observações, Brasil acrescenta que a expressão clara de Castro, além de "modelar" (p. 48), facilitou a tradução do romance em estudo para idiomas bem distintos do português.

Antes de comentarmos, de maneira mais próxima, a escrita do autor português, julgamos pertinente uma breve nota sobre as particularidades do português do Brasil em relação ao português europeu.

---

[26]Nessa altura da narrativa, Alberto ia à barraca, no meio da floresta, onde vivia com o seringueiro Firmino, recolher seus pertences. O português, por ser instruído, recebera de Seu Juca, dono do seringal, a oportunidade de trabalhar no escritório da propriedade. As condições de vida de Alberto, com essa mudança, melhorariam significativamente, já que o rapaz passaria a viver numa habitação mais digna e largaria o duro trabalho de extração do látex.

2. *Brevíssima nota sobre o português do Brasil*

Ao longo da narrativa de *A selva,* cenários e personagens da região amazônica ganham descrições acuradas nas palavras de Ferreira de Castro. Dessa forma, é possível nos indagarmos se há uma aderência ou o uso, por parte do romancista, de elementos do português brasileiro.

No que tange à feição do português no Brasil, autores como Melo (1975, p. 145) esclarecem que estaria, no vocabulário, "a mais profunda e extensa diferença entre o português europeu e o português brasileiro". Segundo esse autor, "a língua aqui se enriqueceu de um sem número de vozes, que surgiram para exprimir os elementos do novo meio físico, animais, plantas, acidentes geográficos, e as usanças, hábitos, instituições, técnicas e conquistas do novo meio social".

Não é difícil encontrar posicionamento semelhante ao de Melo (1975) entre os estudiosos sobre o assunto. É o caso de Elia (2003, p. 149), que caminha ao lado do autor citado, ao afirmar que as particularidades do português brasileiro se concentram no léxico e na pronúncia, havendo apenas "alguns arranhões" na morfossintaxe.

Teyssier (2007, p. 108) segue a mesma linha de raciocínio acima exposta. Além de confirmar a concentração das peculiaridades do português brasileiro no léxico, Teyssier explica as razões que fazem o vocabulário brasileiro parcialmente diferente do praticado em Portugal: as influências oriundas do tupi e das línguas africanas e o desenvolvimento de brasileirismos, em vários campos semânticos, seriam os principais responsáveis por essa diferenciação. De acordo com o que especula o autor, muitos desses brasileirismos dizem respeito a "designações de objetos e noções peculiares ao mundo moderno em seus aspectos científicos, técnicos ou sociais: o *comboio* em Portugal é o *trem* no Brasil, o *autocarro* em Lisboa é *ônibus* no Rio de Janeiro" (p. 108)[27].

Teyssier destaca também que, algumas vezes, o brasileirismo é apenas uma variação de sentido e dá, como exemplo, o caso do verbo

---

[27]Noll (2008, p. 95) também chama a atenção, nesse sentido, para as diferenças lexicais existentes entre o português europeu e o brasileiro. Segundo o autor, há o "uso vocabular absolutamente divergente do ponto de vista lexemático: diferentes lexemas são empregados sem alternativa lexical (PE *hospedeira* vs. PB *aeromoça*)". Para o estudioso, fonte das mais tênues diferenças entre o português brasileiro e o europeu é o "uso vocabular divergente do ponto de vista lexemático-semântico: por meio da formação de sememas distintos, chega-se a um significado vocabular divergente (*camisola*, PE, "camiseta, suéter" vs. PB "vestimenta feminina para dormir")".

salvar, que, popularmente, pode aparecer com o significado de *saudar*.

Como veremos mais adiante, é possível encontrar, em *A selva*, alguns sinais do português brasileiro, principalmente no que toca ao aspecto vocabular. Frisamos, mais uma vez, que a nossa investigação quanto à ocorrência do vocabulário empregado em nossas terras, nessa obra literária, ainda se encontra numa fase inicial. É nossa intenção, em estudos posteriores sobre esse romance, aprofundar tanto a análise do objeto que temos em mãos, quanto nos dedicarmos à busca de outras marcas do português brasileiro, como a sintaxe, por exemplo.

3. Um primeiro olhar sobre a selva

Com o propósito de demonstrar a adesão de Ferreira de Castro, em *A selva*, ao português do Brasil, pelo menos no que diz respeito ao vocabulário, elencaremos alguns exemplos, chamando a atenção para a divisão em campos lexicais que realizamos. A noção de campos lexicais, definida, por Vanoye (1987, p. 34), como grupo de "palavras ligadas a uma noção", podendo ser elas "opostas, sinônimas, associadas, etc" se mostrou útil aos nossos intentos, na medida em que possibilitou estabelecer uma relação direta com a temática do romance. Foi perceptível que Ferreira de Castro utiliza o vocabulário do português do Brasil, principalmente, nas seguintes circunstâncias:

a) ao descrever a navegação fluvial amazônica;

b) ao designar objetos da vida moderna, na acepção de que fala Teyssier (2007);

c) quando nomeia plantas e animais da região;

d) ao falar do trabalho no seringal ou de hábitos e objetos locais;

e) quando discorre sobre a vida dos indígenas.

Destacamos que a divisão acima feita pode ganhar reformulação, mas, por enquanto, esses são os campos lexicais sobre os quais trabalharemos. Posto isso, examinaremos agora alguns trechos do romance, nos quais o vocabulário pertencente aos grupos acima listados aparece.

As práticas e os termos da navegação fluvial surgem com muita frequência ao longo da narrativa. É sabido por todos que, mesmo nos dias atuais, os rios amazônicos funcionam como estradas, possibilitando o trânsito de pessoas e o escoamento de cargas. Ao lado da floresta, as

águas também são um elemento onipresente, sendo estas também um componente regulador da vida no cenário em tela. Dessa forma, é natural que, em *A selva*, a forte relação dos habitantes com as águas amazônicas seja bem marcada por meio do uso de um rico vocabulário relativo ao assunto. É relevante salientar que, muitos desses termos, bem como aqueles relativos a outros sentidos, geralmente são acompanhados de comentários explicativos de Ferreira de Castro. Vejamos alguns exemplos:

> Ao seu lado, os "pontões", velhos barcos a que haviam extraído o coração mecânico, que o tempo fatigara irremediavelmente, estavam paralisados para sempre [...] Eram tantos que a intuição de Alberto para nenhum pendia. Vindo de Vale de Cães, após o repouso e cura do estilo, ou de regresso do Alto Amazonas, havia sempre um "gaiola", de tez amarelada, a descer a âncora na água tranqüila e suja [...] [aspas do autor] (CASTRO, 2002, p. 31)

> A única sugestão romântica, paradoxalmente baseada na trivialidade doméstica, nas quotidianas necessidades dos habitantes, vinha-lhe das asas das "vigilengas", as lestas canoas que abriam no mar as suas velas e corriam a trazer o peixe a Belém, ziguezagueando entre os vapores fundeados na baía. (CASTRO, 2002, p. 31)

> "Quando o 'Justo Chermont' passava, a família inteira vinha especar-se no cimo do barranco, a admirar o fugitivo sintoma da civilização, enquanto um dos garotos descia a segurar a canoa, não fossem as ondas do navio desprendê-la e a corrente arrastá-la, de 'bubuia'[28] rio abaixo". (CASTRO, 2002, p. 45)

Alguns brasileirismos aos quais recorre Ferreira de Castro, como vimos no dizer de Teyssier (2007), são designações de objetos da vida moderna no Brasil. Enquanto descreve o porto da cidade de Belém do Pará, o narrador menciona os grandes armazéns lá existentes (galpões), usando a designação corrente não apenas naquela localidade, mas em outras regiões brasileiras:

> Mesmo na sua decadência, era ainda a borracha que movia tudo aquilo, os navios de diferentes portes e os rebocadores dos agudos silvos; os guindastes de compridos braços e as vagonetas sobre carris brunidos ao longo dos cais, com um vaivém constante dos estivadores entre a beira da água e fila de "galpões", vastos armazéns [...]. (CASTRO, 2002, p. 31)

A descrição da fauna e da flora também abre espaço para a inserção de vocábulos brasileiros, mormente os regionais amazônicos. Os exemplos desse tipo são bastante numerosos, mas aqui nos deteremos a estes poucos fragmentos:

---

[28] O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* diz que *bubuia* é brasileirismo do português falado na Amazônia e define o termo como integrante da expressão "de bubuia", ou seja, "flutuando à deriva na correnteza" (p. 523).

> Quase não se vislumbravam os caules: as plantas rasteiras, os arbustos, os "tajás" e os cipós, tudo ocultavam, tudo fechavam, inexoravelmente. (CASTRO, 2002, p. 41)

> [...] Alastravam, depois, as largas palmas de tajás e de outra plantaria [...] Crescia a mata até a altura de dois homens, posto um sobre outro, e só então os olhos podiam encontrar algum espaço em branco, riscado, ainda assim, pelos coleios dos cipós que iam de tronco a tronco, dando ponte a capijubas e demais macacaria pequena, que não quisesse saltar. (CASTRO, 2002, p. 79)

> [...] A maior, a gigantesca sucuriju[29], vivia também na água, como aquelas que ele estava vendo. (p. 158)

Antes de prosseguirmos em nosso levantamento, vale a pena ressaltar que as aspas presentes nas citações do romance constam no próprio texto de Ferreira de Castro[30]. Vejamos que, no caso das duas menções à planta tajá (espécie de palmeira), a presença de aspas, na primeira ocorrência do termo, e a ausência na segunda, poderia ser uma pista sobre a consciência do escritor de que estaria introduzindo um termo exótico ao leitor.

Ao chegar ao seringal, Alberto sabe muito pouco sobre a vida lá. À medida que vai sendo apresentado a esse novo universo, o jovem português aprende novas palavras. As explicações a ele dadas, em vários momentos, servem também ao leitor, que passa a entender os hábitos e objetos dos seringueiros e da região. É o que se pode visualizar nos trechos abaixo selecionados:

> A chegada de "brabos", os novos legionários que o Ceará e o Maranhão enviavam à selva, provocava sempre risos e chacorrices daqueles que já se tinham amestrado na vida da terra insubmissa e de costumes singulares. (CASTRO, 2002, p. 69)

> ... [na fala de Balbino, encarregado de fiscalizar o trabalho dos seringueiros no Paraíso] Está a cinco mil-réis. Tens de puxar pelo machadinho, mas sem fazer mutá. (CASTRO, 2002, p. 71)

> ...[na fala de Firmino, seringueiro responsável por ensinar a Alberto a rotina do seringal]: Vamos andando, que eu já lhe explico. Mutá é fazer um girau com galho de árvore e ir cortar a seringueira lá em cima, junto à folha. A princípio ela dá mais leite, mas depois morre. (CASTRO, 2002, p. 90)

---

[29]Mais conhecida como sucuri.

[30] Lembramos que a edição de *A selva* que estamos usando foi a última revisada pelo próprio autor, o que nos daria mais segurança em torno das opções feitas por ele.

> Era uma vasta quadra, húmida[31] e sem soalho, exalando forte cheiro a bafio e tendo, num dos ângulos, ferrugento "boião", inútil já para defumar borracha. (CASTRO, 2002, p. 72)

> Ante a estupefacção do "brabo", Firmino continuava a sorrir. Mas Alberto, admitindo ser tanto perigo um motejo à ignorância do meio, nada perguntou. Erguia-se agora, à margem do "varador", alta gruta de raízes, que uma só árvore lançava. (CASTRO, 2000, p. 81)

> À porta, Alberto deteve-se. Nada que fechasse a palhota: para não ficar escancarada, apenas o "japá" – uma esteira presa por cordéis. (CASTRO, 2002, p. 87)

Os índios rondam constantemente o seringal e a convivência – tensa e violenta, na maior parte das vezes – ocorre. Vários seringueiros foram decapitados pelos indígenas, o que faz com que o comportamento destes seja observado com atenção. A fala dos trabalhadores, quando estão ensinando aos novatos como se defender, traz vários termos relativos à vida dos índios:

> Parintintim é bicho danado! Quando a água baixa, no Verão, só ficam na taba as mulheres, as crianças, a velhada e o tuxaua que é o chefe deles; os outros vêm por aí fora. Fazem taperis, que são duas folhas de ubim em cima de quatro paus nas margens dos igarapés e ali dormem e comem, enquanto não chegam ao centro onde estão os civilizados. Se diz – não sei – que vêm também algumas mulheres e alguns "curumins", trazendo as costas um jamaxi[32] com frechas[33]. (CASTRO, 2002, p. 91)

> Uns frechavam para o meu lado, outros fugiam, a olhar para trás. Eu vi o tuxaua[34] e lhe sapequei uma bala. É este que está aqui. (CASTRO, 2002, p. 202)

Notemos que, no caso de alguns vocábulos, como ubim (outra espécie de palmeira) e curumim (menino), entre outros ao longo da narrativa, haveria um cruzamento de campos lexicais: trata-se de palavras de

---

[31] Aproveitamos o ensejo, para destacar que as palavras com a grafia do português europeu foram assim mantidas.

[32] O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa explica que jamaxi é o mesmo que jamaxim e pode ser: a) "cesto longo de três lados, geralmente de trançado hexagonal, que alguns indígenas brasileiros carregam nos ombros ou prendem na testa por uma alça e que repousa sobre suas costas"; b) na Amazônia, "espécie de bolsa de estopa onde se transportam objetos como numa mochila" (p. 1670).

[33] Ainda segundo Houaiss, "a forma frecha é mais antiga e mais vulgar em Portugal", sendo "mais tarde substituída pela forma erudita retomada do francês *flèche*". (p. 1355)

[34] Por último, Houaiss define tuxaua como o mesmo que morubixaba, "chefe temporal", "indivíduo influente no lugar em que mora".

origem indígena que tiveram o seu raio de uso ampliado, passando a nomear objetos, seres e práticas de toda uma região. Reside aqui uma das notas de particularidade do português brasileiro, como nos dizem Melo (1975) e Teyssier (2007).

As nossas sucintas especulações nos conduziram à percepção de que Ferreira de Castro, em *A selva,* faz uso de termos regionais, particularmente daqueles que dizem respeito à região amazônica, estabelecendo, assim, um forte diálogo com o léxico do português do Brasil.

4. Últimas palavras

Sem mencionar a dificuldade de renomear práticas, objetos e seres existentes numa dada região, a submissão a alguns aspectos do português brasileiro, notadamente o uso do vocabulário regional, insinuaria a contaminação de elementos do universo brasileiro sofrida por uma obra da literatura portuguesa, evidenciando a inversão dos vetores de influência entre Portugal e Brasil. Quem outrora, insistentemente, emanou influxos, agora os recebe numa dinâmica dialógica.

A visão de Ferreira de Castro sobre o ambiente brasileiro se mostra, então, aberta à troca e à experimentação, revelando o reconhecimento do país como rica fonte de aprendizado, como as opções vocabulares do autor nos permitem enxergar. Resta saber se essa visão se estende aos outros níveis da língua presentes na narrativa em foco, como por exemplo, a sintaxe, ou a outras obras do autor, o que pode ser objeto de investigações posteriores.

Para além das particularidades linguísticas que Castro traz para *A selva*, o romance discute um tema universal: a exploração dos fracos pelos fortes. O próprio escritor, no pórtico de seu romance, afirma que devia essa obra à "gente humilde que me antecedeu ou me acompanhou na brenha". Seu livro seria, segundo ele mesmo, "um pequeno capítulo da obra que há de registar a tremenda caminhada dos deserdados através dos séculos, em busca de pão e de justiça".

Os recursos vocabulares empregados pelo autor se apresentam, dessa forma, como uma das ferramentas que o ajudou a discutir ambiente e assunto tão complexos.

Por fim, reforçamos o nosso intento de regressar a esse tema – que se mostrou tão instigante – com o intuito de ampliá-lo e discuti-lo de

modo mais profundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, Jaime. *Ferreira de Castro*: a obra e o homem. Lisboa: Arcádia, [s.d].

CASTRO, Ferreira de. *A selva*. 39. ed. Lisboa: Guimarães, 2002.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Sales. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ELIA, Sílvio. *Fundamentos histórico-linguísticos do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*: Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

MENDONÇA, Fernando. *A literatura portuguesa no século XX*. São Paulo: Hucitec/ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1973.

_____. *O romance português contemporâneo*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1966.

NOLL, Volker. *O português brasileiro*: formação e contrastes. São Paulo: Globo, 2008.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VANOYE, Francis. *Usos da linguagem*: problemas e técnicas na produção oral e escrita. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

ISMAEL DE LIMA COUTINHO
PONTOS DE GRAMÁTICA HISTÓRICA
Companhia Editora Nacional – S. Paulo, 1938[35]

José Pedro Machado

De há muito que se faz sentir a falta de um trabalho em língua portuguesa onde, além dos assuntos relacionados com a gramática histórica, se trate também dos da linguística geral.

Esta falta ainda mais é para lastimar se pensarmos num *manual* onde os principiantes se possam familiarizar, embora levemente, com os grandes nomes, com os grandes problemas.

Julgo que foi de certo modo para suprimir essa lacuna que o Prof. Coutinho publicou o presente trabalho, que também é o resultado das lições por ele professadas nos estabelecimentos de ensino onde exerceu a sua atividade.

"Nasceu ele de simples notas manuscritas, rubricadas ao sabor do programa oficial, sem ordem nem ligação".

Este trabalho já granjeou alguma popularidade entre os estudantes portugueses. Ainda bem, porque o merece.

Essa popularidade mostra como há muito a esperar do gênero, que aparece já algo desenvolvido nesta obra.

Oxalá que alguém olhe com carinho para ele.

Oxalá também que os mestres saibam auxiliar os estudantes no seu caminho para a compreensão e concatenação de muitas ideias que andam no ar e que nem todos as apresentam, uns por as ignorarem, outros por partidarismo que muito cheira a século XVIII.

Oxalá!

Como é natural, a obra do Prof. Coutinho tem passos com os quais não estou em acordo absoluto.

Vou passar a examinar alguns.

---

[35] Recensão transcrita por José Pereira da Silva, do *Boletim de Filologia,* tomo VI, fascículos 3-4, Imprensa Nacional de Lisboa, 1940, p. 474-481, com atualização ortográfica.

§ 10. – "Pânini, desde o século IV antes da Era Cristã, traça, com admirável precisão, as principais regras fonéticas e gramaticais dessa língua (o sânscrito), servindo o seu trabalho de ponto inicial para toda uma literatura de comentários nos velhos textos indianos".

O Autor parece querer dizer nestas palavras que Pânini foi o iniciador duma escola de filólogos.

Não sei onde se baseou neste passo, mas parece-me que a sua doutrina não concorda com a de outros autores, como, por exemplo, L. Bloomfield, que, ao contrário do Prof. Coutinho, afirma que

> generations of such labor must have preceded the writing of the oldest treatise that has come down to us, the grammar of Pānini. This grammar, which dates from somewhere round 350 to 250 B. C., is one of the greatest monuments of human intelligence. (*Language,* 1935, p. 11)

A *Enciclopédia Espasa* diz muito prudentemente que Pânini (s.v.) era o autor da primeira obra gramatical *que se conhece* sobre o idioma árico clássico dos antigos índios.

§ 14. – Parece-me que o Autor não é suficientemente claro sobre a língua sanscrítica: "Em 1606, o missionário Roberto de Nóbili aporta à Índia e, desde logo se entrega, anos seguidos, ao estudo das línguas locais, notadamente do sânscrito".

Ora o sânscrito já era uma língua morta nessa época, segundo a opinião autorizada de Vasconcelos-Abreu:

> Por sânscrito entende-se: rigorosamente, a língua em que estão escritos os textos clássicos da literatura árica da Índia antiga bramânica; e latamente, a língua em que estão escritos estes textos e os arcaicos da mesma literatura árica. (*Sanscritologia e seu valor,* p. 8)

O que os missionários ouviam eram as tais "línguas locais", mais ou menos aparentadas com a dos Vedas.

Note-se até que no § 41 o Autor considera (e bem) o sânscrito como pertencente ao ramo *velho* do grupo índio-asiático do indo-europeu.

Vem muito a propósito no final deste parágrafo a citação do passo de William Jones sobre a existência de uma hipotética língua que precedeu o sânscrito, o grego e o latim.

Parecia-me talvez conveniente dizer que os primeiros estudiosos chegaram a identificar o sânscrito com o próprio indo-europeu. A dife-

rença ficava assim bem vincada, e isso parecia-me muito vantajosa porque há também tendência entre os principiantes para as confundir.

§ 48. – "Uma língua só conserva o seu aspecto uniforme enquanto é falada por um pequeno agrupamento humano. É que, neste caso, as influências são as mesmas; as comunicações entre as pessoas, mais íntimas e constantes; os interesses idênticos, etc.".

Estas palavras devem ser entendidas em termos hábeis e se não veja-se o seguinte caso: em certas populações selvagens de há muito que se observa a existência de línguas especiais com uso corrente ao lado das vulgares. Convém observar que estas são faladas por "pequenos agrupamentos humanos" e ainda que "as influências são as mesmas; as comunicações entre as pessoas, mais íntimas e constantes; os interesses idênticos".

Um dos aspectos dessa especialização vocabular é o religioso (VENDRYES, *Le Langage,* p. 301). Outro é o que resulta da diferença de sexos ou de graus sociais. Assim "entre os caraíbas, por exemplo, os homens falam caraíba, mas as mulheres falam aravaque... Entre os naturais de Java, o superior fala ao seu inferior em língua ngoko, mas o inferior responde em língua cromo." (*Idem, ibidem,* p. 302)

§ 52. – O "*fenício* teria desaparecido completamente se não fora de novo introduzido por outro povo da mesma raça e língua – o *cartaginês".*

O *cartaginês* (melhor seria o *púnico*) não é exatamente o mesmo que o fenício; o seu fundo principal seria na realidade esse, mas estava cheio de formas de outras origens, como, por exemplo, líbicas.

§ 53. – "A última notícia acerca da existência das línguas indígenas da Península é-nos transmitida por Tácito, nos seus preciosos *Anais.* Narra este historiador que, no século I depois de Cristo, certo camponês da Tarraconense, acusado da morte de um pretor, respondeu na língua própria, recusando-se confessar os seus cúmplices..."

Este passo (para melhor informação do estudioso) devia trazer uma remissa para este outro, no § 141, (p. 95):

> O processo de arcaização dos termos é assim explicado por Darmesteter: "Uma geração de homens, num dado momento, começa a abandonar tal palavra, representando por outra a ideia que ela designa; a geração seguinte conhecê-la-á ainda menos, e virá um instante em que ela só será conhecida dos velhos, que dentro em pouco a levarão consigo para o túmulo..."

No § 161 (p. 109) ocorre ainda outro, que me parece afim:

> A tenaz infiltração de elementos eslavos e venezianos na Dalmácia acarretou a morte do dalmático, que se falou até ao século passado [século XIX]. Com o velhoto Udina, falecido em 1898, desapareceu para sempre esse rebento da latinidade.

Neste último, nota-se que o Autor seguiu muito de perto as palavras de Meyer-Lübke na *Einführung in das Studium der Romanischen Sprachwissenschaft,* § 12, p. 11 da 2ª ed. (1909); § 11, p. 34-35 da versão espanhola de Américo de Castro (2ª ed., 1926).

> Nous connaissons d'autres langues auxquelles pareil sort est arrivé. Le sorabe ou wende, dialecte slave, est aujourd'hui parlé dans le Spreewald (Lusace); mais son frère, le polabe, que l'on parlait sur le cours inférieur de l'Elbe, est mort au XVIIIe siècle. Du prussien, dialecte baltique, qui vivait encore sur la côte entre Dantzig et Königsberg à la fin du XVIe siècle, il n'y a plus aucune trace aujourd'hui. En Angleterre, le cornique, dialecte celtique, que devait au moyen âge occuper tout ela péninsule du Cornwall, y compris le Devon actuel, et rejoindre au delà du canal de Bristol le domaine gallois, a aujourd'hui disparu. Celle qui passe pour avoir parlé cornique la dernière, une nommée Dolly Pentreath, s'est éteinte le 26 décembre 1777 à Saint-Paul, près Penzance, âgée de cent deux ans. On a toutefois recueilli en plein XIXe siècle des lambeaux de prières, des jurons, des bouts de phrases en cornique sur les lèvres des paysans; en 1875, il y avait encore au Cornwall des vieillards qui comptaient en cornique jusq'à 20. (VENDRYES, *Langage,* p. 338)

§ 55. – "...não se deu o congraçamento dos vencidos (cristãos) com os vencedores (árabes), porque os extremavam fatores de ordem étnica, moral e social, como a raça, a religião, os costumes, etc."

Isto só é certo parcialmente. Lembremo-nos dos *moçárabes* e dos *mudéjares*[36].

§ 82. – "Começando... o sufixo por vogal, opera-se a queda da vogal final do radical, se é átona, ou permanece, se é tônica, aparecendo então entre o radical e o sufixo uma consoante intermediária, chamada *infixo,* para desfazer o hiato, a qual é geralmente representada por *z*: *livr-aria, bel-eza, branc-ura, relv-oso, barc-aça; pé-z-inho, café-z-al".*

O Autor esqueceu casos como *homenzarrão.*

---

[36] Mudéjar é denominação arábica atribuída a indivíduo do povo árabe que se manteve na península Ibérica depois da reconquista pelos cristãos. Por extensão de sentido, o árabe que se subjugou aos cristãos na Espanha, depois da Reconquista, também se denomina mudéjar. (Cf. HOUAISS, 2010) [NE].

§ 112. – "Muitas palavras estrangeiras aparentam em português forma simples, quando na língua originária são compostas".

Também há exemplos em palavras de origem latina: "miona (*Boletim de Filologia,* V, p. 368), enteado, cadaía.

3)[37] A palavra portuguesa *julepo* deriva na realidade do persa *gulab,* mas não diretamente. Foram os árabes que a trouxeram para o Ocidente. Como é de regra, o *g* brando do indo-europeu deu *j* na língua arábica; é só pela intervenção desta que pode explicar satisfatoriamente a evolução do *g* em *j* das formas europeias (português *julepo,* espanhol *julepe,* francês *julep,* italiano *giulebbe*).

Note-se que no § 127 o Autor já diz que a palavra *julepo* é uma das que os árabes trouxeram importadas de outras línguas.

§ 127. – "A influência da língua árabe sobre o latim da península...".

Na época da invasão árabe (século VIII) já não se falava latim, mas sim o romanço.

"A única particularidade que apresentam as palavras árabes em português é a transformação do *h* em *f,* como provam os exemplos: *atahona* (atafona), *almihaça* (almofoda), *rehen* (refém), *azahame* (azáfama), *Mahomede* (Mafamede). No mais, sofreram as mesmas modificações que os vocábulos latinos".

1º Note-se que em árabe não há só um fonema aspirado; há três, e todos eles geraram no período arcaico da nossa língua *f.* São eles o خ, o ح e o ه. Cf. a propósito A. R. Gonçalves Viana, *Deux Faits de Phol*ologie *Historique Portuguaise*[38].

2º Essa evolução não é a única na fonética luso-arábica. Há mais alguns fonemas que não "sofreram as mesmas modificações que os vocábulos latinos". Cf. o ث > *ç* (*açorda*); o ج > *g* (*almogama*), etc.

Além disso, ocorre ainda a circunstância de a língua arábica possuir mais alguns fonemas que eram completamente desconhecidos da la-

---

[37] Item 3) do § 12, na mesma página 72. [NE].

[38] Mémoire présentée à la 10ème Session du Congrès International des Orientalistes. Lisboa, 1892. [Lamentamos informar que não temos todos os caracteres árabes para transcrever inteiramente o texto de José Pedro Machado.]

tina ([?, ?, ?], etc.).

3º Como o nome do profeta em árabe é [???], a transcrição tem dois *mm*; deve ser, portanto, *Muhammad.*

4º A forma vernácula dessa palavra é *Mafoma. Mafamede* pode ser uma de duas:

a) Forma proparoxítona de (*Mafâmede*) correspondente à arábica acima citada. É vulgar nos nossos antigos textos. É um antropônimo que, embora tivesse a mesma origem que *Mafoma,* não se confundiu com este, porque designava um nome muito vulgar de indivíduo que se continuou a ouvir pronunciar na língua originária bastas vezes através dos tempos, ao contrário do outro, que dizia respeito só ao profeta.
Este entrou, pois, cedo; o outro entrou não sei quando, mas teve sempre sobre si a influência da aravia.

b) Forma paroxítona (*Mafaméde*) trazida do Oriente e vulgar nos quinhentistas.

5º Não conheço a preposição *fata* (até) que "no antigo português era corrente". Conheço *atá* e *fasta* (hoje dialetal; cf. o espanhol *hasta*), que na realidade tem a sua origem no árabe [??](*hattā*).

§ 131. – "... vocábulos asiáticos que se incorporaram no léxico português..."

1º *Sânscrito. Açúcar* foi trazido para o português pelo árabe; este é que o recebeu da Índia.

5º *Persa. Azul* também não entrou diretamente dessa língua no português. Julgo que foi por intermédio do francês ou italiano.

Limão é árabe.

§ 139. – *Algoz, gaita, lacaio* e *paxá* ou *baxá* não são de origem turca. O primeiro e o segundo são de origem arábica; o terceiro veio-nos pelo francês. *Paxá* ou *baxá* são respectivamente formas correspondentes à pérsica (donde a turca) e à arábica.

§ 146. – *Adur* significava em geral *dificilmente. Ende,* além de *daí,* também, tinha a ideia de *por isso. Toste* era igualmente *depressa.*

§ 161. – Na enumeração das línguas românicas falta o catalão.

§ 177. – Ao apresentar uma lista onde pretende demonstrar que

"nem sempre empregamos (os brasileiros, claro está) as mesmas palavras que os portugueses" não faz mais do que reproduzir em cerca de três quartos dos exemplos o que Renato de Mendonça apresentou em *O Português do Brasil,* p. 235 da ed. de 1936.

Reproduz por isso alguns casos onde a diferença existe apenas para... Renato de Mendonça. Exemplos: *necrotério* também se emprega cá na acepção de *morgue;* o mesmo para *vitrina* em relação a *montra, moça* a *rapariga, latrina* a *retrete, tabacaria* a *estanco, tigela* a *malga,* etc., etc.

Açougue é arcaico e dialetal em relação a *talho.*

§ 237. – Não me parece que em *ameaça* (< *minacia*) houvesse a aglutinação do artigo [p. 163). Antenor Nascentes (*Dic. Etim.,* s. v.) tem a mesma doutrina e abona até com outro exemplo: *abantesma.* Vejam-se mais estes casos: *alevantar, aqueixar, acabaia*[39]. Também se observa neles o mesmo fenômeno?

Julgo que se trata muito simplesmente de *aa* prostéticos.

§ 237. – O "-*p*- abranda-se em *b"* [p. 165], apenas quando intervocálico.

§ 270 *c* (p. 184). – A propósito da deslocação do acento em *campa, quinta* e *centa* s.v. *Boletim de Filologia,* VI.

§ 319. – *Cifra* e *zero* são na verdade divergentes. O Autor devia ter apresentado a causa dessa divergência, que afinal é bem simples: a primeira veio-nos diretamente do árabe; a segunda pelo francês, que por sua vez a recebeu do italiano.

§ 325. – O francês *chantre* não corresponde ao latim *cantore,* mas sim ao respectivo nominativo (*cantor*). O acusativo deu em francês *chanteur.*

§ 359. – Podia ainda dizer que o dual existia em grego.

§ 522. – Não é necessário apresentar um hipotético *dao* para explicar o português *dou.* O próprio latim *dō* é suficiente.

§ 523. – O mesmo para **stao; stō* basta. Neste ponto o Autor se-

---

[39] "Deu elrey a Xpovão de Figueyredo em se despedimdo dele hũa *acabaya* de brocado...", *Cron. dos Reis da Bisnaya,* p. 93.

guiu, sem indicar a fonte, muito de perto a doutrina de Grandgent (*Latino Volgare,* § 397), depois reproduzida por Savi-Lopez (*Orígenes Leo-Latinos,* p. 137 da ed. *Labor*).

§ 565. – Há por aí quem defenda mais ou menos parcialmente que certa especialidade é que deve constituir a base do bom filólogo. Eu não sei ao certo o que é que entendem por um *bom filólogo,* mas para mim um *bom filólogo* é o que sabe lidar bem com a filologia. Para saber manejar a filologia (na minha fraca e ainda por cima desautorizada opinião) é conhecer o método filológico, saber manejá-lo e utilizar com o devido senso um sem número de conhecimentos vários que constituem os reagentes com que se provam os materiais em estudo.

Mas infelizmente cada qual "puxa a brasa à sua sardinha" e com ela faz uma das mais estúpidas políticas partidaristas.

Assim nada se conseguirá, é necessário que nos convençamos disso.

Aparecerão muitos trabalhos que serão ótimos dentro do capítulo especialidade, mas fora disso para nada servem.

Por isso ainda hoje se está à espera de trabalhos sistemáticos. Ainda não apareceram, nem há esperanças de aparecerem nestes tempos mais chegados.

Há uma obra que mesmo dentro da especialidade é necessário realizar e quanto antes: a revisão de *tudo* o que se tem escrito.

Muito há a rever, a emendar, a deitar fora.

Muito há também a aproveitar.

Este longo arrazoado foi motivado por um fato que acabo de encontrar neste parágrafo dos *Pontos* do Prof. Coutinho.

Eis o passo: "Às vezes também o til se acha deslocado para outra vogal: *boã* = *bõa*".

A paleografia é sem dúvida nenhuma uma das ciências auxiliares a que os filólogos portugueses têm votado o mais comprometedor dos desprezos.

Não há infelizmente em Portugal o ambiente necessário para se criar uma escola paleográfica, com que os estudos históricos, jurídicos e filológicos bastante lucrariam.

Mas não. Uns não têm tendência para tais estudos; outros olham-nos altivamente, considerando os que a tal se dedicam mentalidades infracomuns.

A culpa do erro, talvez comezinho, daquele passo não é evidentemente do Prof. Coutinho; é, sem dúvida, dos que se abalançam a publicar textos arcaicos sem possuírem cabedais para tal e sobretudo dos que deixam passas os dislates neles contidos.

Se já pertencesse ao número dos elementares conhecimentos dos paleógrafos e filólogos portugueses que na presença de um ditongo nasal decrescente na transcrição nunca se coloca o til sobre a segunda vogal, mas sim sobre a primeira, já o Prof. Coutinho não teria afirmado o que afirmou.

Que isto sirva de exemplo a todos os estudiosos e que meditem duramente cinco minutos no que eu escrevi mais acima. Se todos o fizerem, estou convencido de que dentro de breve tempo teremos em Portugal uma filologia séria, científica, digna do século em que vivemos, porque assentará em bases sólidas.

Será a mais espantosa das revoluções científicas do nosso País e com ela muito se lucrará.

Muitos ídolos irão abaixo, mas caem porque os seus pés são de barro.

Em breve escreverei um pouco mais pormenorizadamente sobre o assunto.

Por ora continuemos.

§ 566. –

b. – O aparecimento do *b* nos documentos medievais em palavras como *aber* = *haver* não se explica "por influência do latim ou por influência espanhola", mas sim do dialeto que o escriba falava.

É uma particularidade vulgaríssima dos nossos textos jurídicos medievais.

x. – Este fonema não "substituía com frequência (*sic*) os dois *ss*: *dixe* = *disse*", a articulação destes é que era semelhante à daquele.

"*z*. – Podia empregar-se no início e no meio das palavras em lugar do *ç*: *sapateiro* = *sapateiro, zafar* = *çafar...*".

Isto acontecia geralmente só nos documentos redigidos em latim bárbaro.

A *bibliografia* é preciosa; abundante não só em obras portuguesas e brasileira, mas principalmente em estrangeiras.

Uma pergunta: Porque não aparece lá nem ao menos a indicação de uma do Prof. Dr. David Lopes?

O Autor com certeza de alguma se utilizou na composição do seu trabalho.

Em resumo: os *Pontos de Gramática Histórica* do Prof. Ismael de Lima Coutinho devem ser lidos por todos.

O seu Autor é pessoa de elevada cultura e de grande capacidade de síntese, o que é raro nos estudiosos deste gênero. Pena é que a sua largueza de vistas (com a qual, como disse, concordo em absoluto) não esteja ainda suficientemente espalhada no Brasil e em Portugal e que a sua atividade escolar não lhe permitisse o aperfeiçoamento de certas deficiências, como repetições, deslizes doutrinários, etc.

O Prof. Coutinho parece-me que é daqueles estudiosos de quem muito esperamos. Não deve pertencer ao número daqueles a que me referi nas considerações ao § 565 da sua obra.

Se se contar com mais alguns nas suas condições (por poucos que sejam) em breve alguma cousa se fará de novo.

Uma última impressão sobre os *Pontos*: parece-me que seria necessário olhar com um pouco mais de atenção para o português arcaico, não só sob os pontos de vista fonético, morfológico e sintático, mas em especial para o ortográfico.

Agosto de 1939.

José Pedro Machado